



Universidade de Évora

**Gestão Participativa da Paisagem Rural.
Um estudo de caso no concelho de Odemira.**

Maria do Rosário Gaspar de Oliveira

Provas Complementares de Doutoramento
Sob orientação da Professora Doutora Teresa Pinto Correia

Estas Provas não incluem os
comentários nem as críticas
feitas pelo júri.

“Vemos solamente aquello que somos capaces de reconocer, y pensamos según aprendemos a ver la diversidad fenoménica del mundo.”

Javier Maderuelo

In El Paisaje. Génesis de un concepto (2005, pp 37)



169 812

Resumo

Segundo a Convenção Europeia da Paisagem, a “*Gestão da paisagem designa a acção visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais.*” A aplicação deste conceito pressupõe o envolvimento de um conjunto de actores dos quais depende a gestão da paisagem, pelo menos a dois níveis. Por um lado o da tomada de decisão em relação à formulação de normas e regulamentos emanados pelos mais diversos planos e instrumentos de políticas provenientes dos sectores económicos, sociais e ambientais. Por outro lado, os actores responsáveis pela implementação no terreno de tais planos e instrumentos, ou a simples decisão em relação ao que, em última instância, corresponde ao processo de humanização da paisagem.

A gestão da paisagem assume-se assim como um quadro complexo que necessita da integração de conhecimento proveniente, não só dos resultados da investigação de diferentes disciplinas, mas também de um outro tipo de conhecimento que pressupõe a interacção com outros interlocutores fora do contexto académico.

A Investigação-Acção constitui-se como uma das áreas do conhecimento onde essa interacção tem lugar, entendendo-se como uma das possíveis abordagens para a gestão participativa da paisagem.

Com base num estudo de caso no interior do concelho de Odemira pretende-se com este trabalho conciliar metodologias relacionadas com a análise da paisagem de uma área rural periférica com metodologias participativas que permitam envolver a população local e representantes de actores locais na construção de um diagnóstico conducente à definição de uma carta de paisagem.

Para tal procedeu-se ao estudo das principais transformações ocorridas na paisagem entre os anos 50 e 2000 e à aplicação de entrevistas a 50% da população dos lugares de Corte Brique e Corte Sevilha. Através da análise destas entrevistas obtiveram-se dados empíricos acerca da percepção que os agricultores e outros residentes sem uma actividade agrícola significativa têm relativamente às transformações da paisagem local, dos aspectos desta paisagem com que mais se identificam, que visão definem para a paisagem futura, para além da sua opinião sobre o contexto institucional que interfere na gestão daquela paisagem. Foram também organizados um conjunto de workshops, reuniões e seminários que permitiram a interacção entre investigadores, decisores e população local com vista à possível utilização da paisagem como um contexto para a definição de uma estratégia de desenvolvimento local.

Ainda que os resultados obtidos correspondam apenas a uma fase bastante preliminar do que possa ser considerado um processo participativo de gestão da paisagem, foi possível identificar as vantagens que resultam de uma experiência levada a cabo no quadro da Investigação-Acção, comparativamente a outras metodologias em que prevalece de forma mais desequilibrada uma ou outra das suas componentes. Foi ainda possível avançar com um conjunto de recomendações que poderão ser consideradas nas fases subsequentes deste projecto.

Agradecimentos

À Taipa, CRL, pelo convite endereçado à Universidade de Évora e pela iniciativa de pretender desenvolver um projecto em que a investigação e a acção possam andar de mãos dadas. Em especial ao Helder Guerreiro, autor do projecto “Pertencer”, e à Paula Lourenço e à Telma Guerreiro, pelo envolvimento e pelo seu entusiasmo e disponibilidade para acompanhar as várias fases do projecto.

À Teresa Pinto Correia por me ter proposto desenvolver este trabalho e por se ter disponibilizado a orientá-lo.

Às técnicas da Taipa que aplicaram as entrevistas.

Ao Filipe Oliveira e ao António Martins Quaresma pela sua colaboração na análise espacial das transformações recentes da ocupação do solo e nos apontamentos da história local que ajudaram também a compreender as transformações da paisagem noutros períodos mais recuados.

À Dulce Brito Neves pela colaboração na análise das entrevistas em SPSS.

A todas as pessoas que se disponibilizaram a participar nos workshops e reuniões do projecto, em particular aos técnicos e especialistas que no seminário final contribuíram com as suas reflexões, comentários e sugestões.

Obrigada pela partilha desta aprendizagem.

Índice

Resumo	i
Agradecimentos	ii
Índice Geral	iii
Índice de Anexos	iv
Índice de Figuras	iv
Índice de Quadros	v
Acrónimos	v

Índice Geral

1. Introdução

1.1 Enquadramento do tema	1
1.2 Enquadramento do projecto	2

2. Objectivos do estudo no âmbito da Investigação-Acção 5

3. Enquadramento teórico e conceptual

3.1 A gestão da paisagem no âmbito da Investigação-Acção	6
3.2 Alguns aspectos epistemológicos acerca da Investigação-Acção	8
3.3 A Investigação-Acção como uma resposta às necessidades da sociedade	10
3.4 A relevância da participação. Alguns elementos orientadores e normativos	12

4. Metodologia e materiais 15

5. Caracterização da área de estudo

5.1 Enquadramento da área de estudo a nível regional e local	19
5.2 Contexto histórico	

6. Resultados 22

6.1 As transformações da paisagem de Corte Brique, Corte Sevilha e suas envolventes	25
6.2 A relação da população local com a paisagem	27
6.2.1 Resultados das entrevistas	28
6.2.2 Reuniões com a população local	35
6.2.3 Reuniões com representantes de entidades locais	36
6.2.4 Seminário Pertencer Paisagem	37

7. Discussão de resultados 38

8. A paisagem como contexto para uma estratégia de desenvolvimento	
8.1 O Plano de Desenvolvimento Rural, que oportunidades?	39
8.2 Estratégia Local de Desenvolvimento	42
9. Recomendações	47
10. Conclusão	49
Referências Bibliográficas	51

Índice de Anexos

Anexo 1. Transformações da Ocupação do Solo	II
Anexo 2. Guiões das entrevistas	VIII
Anexo 3. Resultados das Entrevistas	XVI
Anexo 4. Elementos da História Local	XXVI
Anexo 5. Estrutura da Propriedade	XXXVIII
Anexo 6. Caracterização das explorações agrícolas das freguesias da Zona Interior do concelho de Odemira	XLI
Anexo 7. Fotos das áreas de estudo e das actividades do projecto	XLVIII
Anexo 8. Programa do Seminário Pertencer Paisagem	LVI
Anexo 9. Artigo “From the Landscape Perception until the Landscaping Action. How long is the way?”	LVIII

Total de páginas – 132pp

Índice de Figuras

Figura 1 - Localização do concelho de Odemira no país e das áreas de estudo de Corte Brique e Corte Sevilha no interior do concelho.

Figura 2 - Ocupação do solo em 1957 em Corte Brique

Figura 3 - Ocupação do solo em 1957 em Corte Sevilha

Figura 4 - Evolução da ocupação do solo entre 1990 e 2000 em Corte Brique

Figura 5 - Evolução da ocupação do solo entre 1990 e 2000 em Corte Sevilha

Figura 6 - Integração dos ciclos Acção – Investigação com vista à Participação e Inovação aplicada à gestão participativa da paisagem (adaptado de White, 1991)

Índice de Quadros

Quadro 1 - Mode I e Mode II: dois modelos diferentes de entender a investigação. Resumido de Gibbons et al., 1994 e Nowotny et al., 2001.

Quadro 2 - Número de entrevistas aplicadas a cada grupo de entrevistados, em cada uma das localidades e sua representatividade em relação à respectiva população residente.

Acrónimos

ADL – Associação de Desenvolvimento Local
AIA – Avaliação de Impacto Ambiental
ONGA- Organização Não Governamental de Ambiente
PAC – Política Agrícola Comum
PDR – Plano de Desenvolvimento Rural
SAU – Superfície Agrícola Útil

1. Introdução

1.1 Enquadramento do tema

Este trabalho corresponde às Provas Complementares de Doutoramento no Ramo de Técnicas e Arte da Paisagem. O tema desenvolvido pretende reflectir sobre o conhecimento da paisagem adquirido através de metodologias orientadas para a Investigação-Acção e a sua aplicação prática ao nível da gestão, como um processo em que diferentes actores se encontram envolvidos.

O interesse por esta temática surgiu numa fase anterior ao programa de doutoramento, através da concretização de outros projectos de investigação aplicada, em particular o que se relacionou com a gestão participativa do Parque Natural do Vale do Guadiana (Oliveira e Baptista, 2000).

Em 2004, no decorrer do período de doutoramento, e numa reflexão conjunta baseada em dois projectos de investigação levados a cabo, um no concelho de Monforte, outro no concelho de Mértola, foi preparado um artigo e feita a sua apresentação no Congresso “From Landscape Knowledge to Landscaping Action” em Bordeaux, França, sendo o correspondente artigo (Oliveira, Dneboská e Pinto Correia, 2007) seleccionado para publicação no livro “Landscapes; From Knowledge to Action”, a publicar brevemente pelas Editions Quae (Versailles). Esse artigo encontra-se no Anexo 9.

Em 2005-2006, também ainda no decorrer do período de doutoramento, foi possível aprofundar esta experiência e reflexão participando num projecto de desenvolvimento local numa área do concelho de Odemira, enquanto estudo de caso. O projecto foi coordenado e executado pela autora das Provas em colaboração com entidades locais. É sobre os dados empíricos deste projecto e sobre a reflexão desta experiência que versam estas Provas.

Em Abril/Maio de 2007, e no sentido de dar início à constituição de uma rede internacional sobre Investigação-Acção¹, a candidata às Provas organizou na Universidade de Évora, em colaboração com a Universidade de Roskilde², Universidade

¹ ARALIG – Action Research – Action Learning Interest Group (<http://aralig.blogspot.com>)

² Landscape and Research School of Life Long Learning

de Copenhaga³ e a Nordic Landscape Network, um curso internacional para alunos de doutoramento sobre o tema “ Learning in Action for Democratic Change in Human Nature Relationships: Methodological Course on Participatory Action Research in Relation with Planning and Rural Development”.

1.2 Enquadramento do projecto

O espaço rural na Europa está a assistir a uma transformação que vai da modernização agrícola em direcção ao desenvolvimento rural como paradigma (Van der Ploeg, Long and Banks, 2003). O conceito de ruralidade tem vindo a ser alterado como resultado de um processo de reorganização e adaptação económico, político e social, onde novas funções, para além da produção, ganham destaque (Baptista, 2006; Moors, Rip and Wiskerke, 2004). Diferentes áreas reagem de diferentes modos aos impactos de tais transformações, sendo a paisagem um contexto através do qual a interpretação dos diferentes aspectos implícitos à mudança podem ser analisados (Oliveira, Dneboská, Pinto Correia, 2007). A Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000) realça a importância de serem consideradas todas as paisagens, independentemente dos seus valores patrimoniais, e a necessidade de se encontrarem formas ágeis de gestão que tomem em consideração os diversos interesses e actores em presença. A escala local surge assim como o nível adequado para compreender essas relações e ensaiar modelos inovadores de gestão da paisagem com vista ao desenvolvimento rural (Fernández, 2002; Téllez, 2002).

A Taipa, CRL⁴ tem vindo a dedicar uma especial atenção às freguesias do interior do concelho de Odemira através da implementação de projectos que relacionam a produção de produtos hortícolas com a sua transformação e comercialização, nomeadamente através do projecto Multifuncionalidade Rural. A constituição de um Centro de Valorização da Paisagem é um dos objectivos desta Associação de Desenvolvimento Local, no âmbito do qual se enquadra o projecto Pertencer. Os lugares de Corte Brique e Corte Sevilha têm constituído o palco onde estas actividades têm vindo a ser implementadas, criando também oportunidade para a construção de capital social e da intensificação de redes favoráveis ao desenvolvimento local. Esta iniciativa

³ Danish Centre for Forest, Landscape and Planning

⁴ Taipa, Organização Cooperativa para o Desenvolvimento do Concelho de Odemira.

tem também obtido resultados positivos na ligação entre a população rural e urbana do concelho de Odemira.

Assim, e partindo do princípio que a paisagem é entendida como uma apropriação subjectiva de uma determinada realidade, dependente de uma multiplicidade de factores associados à experiência individual e colectiva, entende-se que a paisagem pode constituir um tema central em redor do qual possam ser dinamizadas um conjunto de actividades de participação e desenvolvimento das comunidades, orientadas para o desenvolvimento local em espaço rural (Peterson, 2006; GuisePELLI, 2001).

Com efeito, adoptou-se no âmbito deste projecto, o conceito que é emanado pela Convenção Europeia de Paisagem (Conselho da Europa 2000): “*A paisagem é uma área tal como é percebida pelas pessoas cujo carácter é o resultado da acção e da interacção dos factores naturais e humanos.*”.

Os estudos de caso a uma escala local ou micro-local constituem laboratórios de estudo e ensaio de um conjunto de metodologias que, por serem recentes, carecem de consideráveis aprofundamentos e validações. Validações não só em relação aos métodos mas também em relação à sua transferabilidade para a prática.

O projecto Pertencer foi uma oportunidade interessante de conjugar aspectos da investigação e de aplicação destes métodos e a possível incorporação dos seus resultados numa futura estratégia de desenvolvimento local.

Um dos instrumentos no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) em que a aplicação destes princípios pode ter enquadramento é o Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) (MADRD,2007), cujo programa de acção para o período 2007-2013 evidencia a necessidade de conciliar, especialmente nas áreas mais periféricas, novas alternativas à função produtiva da agricultura, surgindo a paisagem como um possível contexto para abordar as questões da multifuncionalidade. Contudo, atendendo a que existem condições para a prática de alguma agricultura na área de estudo, tendo em conta a sua inserção numa área que beneficia de um Plano Hidroagrícola, é fundamental considerar esta função produtiva da paisagem, a par de outras que têm que ser criadas a partir dos recursos existentes, evitando o risco a que se refere Luginbühl (1991):”*Paysager le pays, c’est le désagricoliser*”.

A operacionalização destes conceitos pode ser facilitada por estudos e investigação que permitam um melhor conhecimento da complexidade inerente a este tipo de inter-relações, mas o sucesso da sua implementação depende dos modelos de governação adoptada. Ou seja, se por um lado é fundamental a compreensão de uma determinada

paisagem num contexto social, económico e ambiental, num dado momento, não menos importante será a construção de instrumentos que permitam a sua avaliação e monitorização ao longo do tempo, como ferramenta de apoio à decisão e como fonte de conhecimento dos processos e dinâmicas em curso. A relevância desta componente é actualmente reconhecida como um quarto pilar do conceito de sustentabilidade; para além da componente ambiental, económica e social, a componente institucional (Roca e Roca, 2007).

O PDR abre oportunidade para a reconstrução das paisagens rurais, apostando na diversidade de funções, em que o agricultor passa a ter responsabilidades acrescidas para além da produção. Esta oportunidade constitui um potencial de diferenciação das áreas rurais entre si, em função da sua apetência e dinâmica, mas torna-se em simultâneo mais exigente na relação de coerência que deverá existir entre as opções do agricultor e a visão estratégica para a gestão da paisagem onde esse mesmo agricultor se insere, bem como a sua integração nas diferentes escalas e nos diversos interesses em presença. O projecto Pertencer constituiu uma oportunidade de aplicar estes vários contextos e conceitos emergentes a uma realidade concreta e abriu possibilidades para se poder dar continuidade a este trabalho de forma inovadora, criativa e participada, na perspectiva de integrar a investigação e a acção num processo de aprendizagem comum. Os objectivos gerais deste projecto são, a partir de um conceito integrado de paisagem, da compreensão das suas principais transformações e das relações de identidade estabelecidas entre a paisagem e os seus principais utilizadores:

- Identificar valores de referência que se constituam como factores de identificação da população local com a paisagem da área de intervenção do projecto e da relação que o indivíduo estabelece com a comunidade a que pertence.
- Identificar as condições estruturais que podem determinar dinâmicas funcionais da paisagem como base para o desenvolvimento local.

A metodologia prosseguida consistiu nas seguintes acções: (i) análise das principais transformações do uso do solo que ocorreram nos períodos de 1957, 1985/90 e 2000; (ii) Análise da relação funcional e afectiva da população local com a paisagem, (iii) debate com a população acerca dos problemas e potencialidades essenciais à construção de uma visão estratégica para o seu território e à construção de objectivos de

paisagem; (iv) apresentação de resultados e debate acerca das condições que podem determinar novas dinâmicas funcionais da paisagem como base para o desenvolvimento local.

O estudo foi coordenado pela Universidade de Évora e gerido em termos logísticos pela Taipa, Crl. Decorreu formalmente entre Janeiro de 2005 e Junho de 2006, tendo a grande maioria das acções, por circunstâncias alheias à Universidade de Évora, sido concentradas no último semestre do seu período de execução.

Deste estudo resultou uma caracterização das transformações ocorridas ao nível da ocupação do solo nas áreas seleccionadas para estudo de caso que, em conjunto com a compreensão dos factores que estabelecem a relação da população local com a paisagem, permitem identificar os pontos fortes e os pontos fracos a partir dos quais possa vir a ser definida uma possível estratégia de desenvolvimento local. Por sua vez, a discussão destes aspectos com outros actores locais permitiu discutir o enquadramento de um possível plano de acção no quadro do Plano de Desenvolvimento Rural (2007-2013).

Contudo, é fundamental desde já considerar que os resultados deste projecto apresentados neste trabalho, correspondem a uma fase ainda bastante embrionária daquilo que se considera ser uma efectiva construção de uma estratégia de intervenção territorializada para as freguesias do interior do concelho de Odemira. Por um lado é necessário averiguar a representatividade destas áreas de estudo em relação à diversidade de situações que podem ocorrer nestas 9 freguesias. Por outro lado, a construção de um processo participativo pressupõe o aprofundamento dos contactos com a população e outros actores locais, tanto ao nível da informação como da negociação e partilha de responsabilidade, o que pressupõe um horizonte temporal mais alargado e uma continuidade que extravasam em muito o âmbito deste projecto. Também os aspectos inerentes ao reforço do capital social e humano merecem um maior aprofundamento como base de um processo de inovação e qualificação dos recursos desta paisagem.

2. Objectivos do estudo na perspectiva da Investigação-Acção

Atendendo a que este estudo resultou da colaboração entre a Taipa, CRL, entidade promotora, e a Universidade de Évora (Departamento de Planeamento Biofísico e

Paisagístico), a quem o referido estudo foi solicitado, tornou-se necessário ajustar os objectivos gerais do projecto, já referidos na introdução, aos objectivos das duas entidades numa lógica de complementaridade e de parceria Investigação-Acção.

Assim, em termos de Acção (para a Taipa) pretendeu-se definir formas de intervenção territorial sustentável a partir do conceito de paisagem para as freguesias do interior do concelho de Odemira, através de metodologias participativas em que seja salvaguardado o envolvimento dos vários actores locais. Para tal, por sugestão da Taipa, foram seleccionadas duas áreas para estudo de caso – Corte Brique e Corte Sevilha.

Em termos de Investigação (para a autora das provas) pretendeu-se: (i) fazer uma introdução conceptual à relação do tema Investigação-Acção com a gestão da paisagem rural, neste caso com características sociais e económicas bastante frágeis, em que a agricultura como função de produção tende a ser substituída por outras funções, nomeadamente de regulação ambiental, de recreio e de suporte de outras actividades; (ii) aplicar uma metodologia semelhante à que foi aplicada no estudo de caso onde se desenvolveu a investigação levada a cabo no âmbito do doutoramento, por forma a, partindo de dados empíricos recolhidos numa outra área, aprofundar a reflexão sobre este tipo de metodologia. De realçar que a investigação levada a cabo no âmbito do doutoramento se enquadra mais explicitamente no âmbito da Ecologia da Paisagem, razão pela qual o desenvolvimento conceptual acerca da gestão da paisagem foi, naquele caso, mais aprofundado, enquanto nas presentes Provas se deu mais destaque aos princípios teóricos da Investigação-Acção, ainda que numa relação directa com a gestão da paisagem; (iii) Dar início a um processo participativo direccionado para a gestão da paisagem e procurar acompanhar os passos seguintes promovidos localmente, de modo a poder avaliar e incorporar os seus resultados da acção nos resultados da investigação a médio prazo, caso o processo tenha continuidade.

3. Enquadramento teórico e conceptual

3.1 A gestão da paisagem no âmbito da Investigação-Acção

A investigação sobre a paisagem, à semelhança de outros domínios da investigação, tem vindo a adaptar-se às solicitações da sociedade, nomeadamente às necessidades de gestão que um processo acelerado e intenso de transformação da paisagem exige.

Sendo a paisagem, por definição, um objecto de estudo holístico, impossível de analisar fora de um contexto espacial e temporal complexo, ele induz necessariamente a uma abordagem integrada de diversas disciplinas (Musacchio et al., 2005; Tress et al., 2003). Por um lado porque a complexidade dos factores que a constituem e determinam é elevada, por outro lado porque a intervenção sobre a paisagem, seja ou não de base técnico-científica, interfere no seu processo de mudança. Esta intervenção pode resultar de um processo de planeamento e ordenamento orientado para a gestão, da aplicação de um conjunto de medidas de política que interfiram ao nível estético e funcional da paisagem, ou podem simplesmente resultar da decisão de actores locais com forte influência na modelação da paisagem à escala local (Guisepelli, 2001; Steiner, 1999), como é o caso dos agricultores (Langeveld and Roling, 2006). O carácter da paisagem resulta, portanto, de um conjunto de factores naturais, sociais, económicos e culturais que podem ou não estar associados a uma orientação de mudança em função de objectivos concretos de natureza estratégica.

Em Portugal, tem sido notável o investimento feito no sentido da qualificação do sistema normativo e capacidade técnica ao nível do planeamento e ordenamento do território, mas existem ainda fortes debilidades em relação à aplicação desses planos ou instrumentos de tomada de decisão no que concerne à gestão da paisagem.

Segundo a Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000), “*Gestão da paisagem designa a acção visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais.*” Assim, a gestão é indissociável da acção, num contexto de aplicação e em relação a uma realidade concreta num determinado quadro social, económico e ambiental, a que acresce ainda a dimensão institucional (Roca e Oliveira-Roca, 2007). A gestão da paisagem pode também ser entendida como a regulação dos seus usos. Mas mesmo considerando esta possível abordagem é difícil conceber como poderá tal regulação ser feita sem que seja assumida e integrada no processo de decisão. Dar resposta às necessidades de gestão significa assim, inevitavelmente, considerar todos os actores de quem a gestão da paisagem depende, isto é, os agentes responsáveis pela tomada de decisão, nos diferentes níveis e nas diferentes dimensões que a paisagem abarca, portanto, ambiental, funcional e estética (Buchecker, Hunzinker and Kienast, 2003; Kaplan, Kaplan and Ryan, 1998).

Se por um lado é sobejamente reconhecida a necessidade de uma visão interdisciplinar e holística da investigação da paisagem, por outro lado é necessário alargar o âmbito da interdisciplinaridade para a transdisciplinaridade, onde se incluem conceitos e metodologias que permitam estabelecer a ligação entre a investigação e a acção, servindo o propósito de ambas (Tress, Tress e Van der Valk, 2003). A Investigação-Acção, aplicada à investigação da paisagem, constitui por isso o quadro conceptual em que este estudo se enquadra.

3.2 Alguns aspectos epistemológicos acerca da Investigação-Acção

O conjunto de questões que diferentes sectores da sociedade colocam actualmente à ciência tem feito emergir um conjunto de paradigmas que convergem na necessidade de considerar dentro do mundo científico “Novas Produções de Conhecimento”. Estas novas abordagens são necessárias num contexto de rápidas e intensas mudanças para dar resposta a problemas concretos, numa perspectiva multidisciplinar, que abranja o nível de complexidade que os próprios problemas por inerência, maioritariamente apresentam. Tais abordagens pressupõem a utilização de métodos inter-activos que permitam aos diferentes actores influenciarem o processo de investigação, por vezes associado também a um processo de decisão. A investigação como uma forma tradicionalmente associada à descrição e análise dos problemas enfrenta agora um novo desafio em relação à definição de uma solução para o problema (Lenz and Peters, 2006).

Esta nova acepção do conhecimento enquadra-se dentro daquilo que é defendido por Nowotny et al. (2001) no Mode II, por oposição ao Mode I, dois modelos diferentes de considerar a investigação, como se apresenta no Quadro 1

Mode I	Mode II
Os problemas são definidos e resolvidos dentro da comunidade académica	Os problemas são abordados no contexto da aplicação
Abordagem disciplinar	Abordagem transdisciplinar
Organização hierárquica com tendência para preservar o seu modo de organização	Organização hierárquica mas temporária, em função da evolução do processo
Controlado dentro do meio académico	Controlado no meio social de forma reflexiva

Quadro 1 - Mode I e Mode II: dois modelos diferentes de entender a investigação. Resumido de Gibbons et al., 1994 e Nowotny et al., 2001.

Entende-se assim que o Mode II é o modelo adequado à produção inovadora de conhecimento, em que os modelos mais lineares e mecanicistas de mudança vão sendo substituídos por estratégias de aprendizagem mais interactivas. A assunção deste tipo de pressupostos obriga a uma revisão profunda de conceitos e à definição de uma nova terminologia que permita referir-se às novas formas de produzir e transferir conhecimento (Svensson and Nielsen, 2006).

Este confronto pode também ser visto como uma questão pragmática acerca da relação entre a teoria e a prática, como se se tratasse de duas dimensões diferentes em que assenta o pensamento na cultura ocidental, colocando nos extremos opostos da mesma linha conceitos como: Abstracto – Concreto; Objectivo – Subjectivo; Razão – Sentimento; Reflexão – Acção; Lógica – Percepção; Dedução – Indução; Universalidade – Particularidade; Ideia – Facto; Saber – Fazer.

Este tipo de dualismo não se encaixa nos propósitos da Investigação-Acção. Para concretizar um processo de aprendizagem em conjunto é necessária uma base epistemológica que assente noutros pilares, como a teoria do pensamento complexo ou o princípio da incerteza (Lenz and Peters, 2006; Magalhães, 2001), em que a investigação deixe de ser considerada como o meio de classificar ou fazer previsões, mas passe a ser encarada como o meio de identificar conexões, interpretar diferentes significados, dar forma a novas inter-relações, o que Svensson and Nielsen (2006), designam de investigação relacionística ou Packham and Sriskandarajah (2005) de investigação sistémica.

Diversos autores têm contribuído para a reconstrução do conhecimento científico através da integração do conhecimento teórico produzido pela ciência que nos permite responder ao “porquê” e o conhecimento produzido através da técnica que nos permite responder ao “como”. Por exemplo, o conceito de *Phronesis* baseia-se na combinação de ambos, dando ênfase ao conhecimento prático, ou seja, à produção de conhecimento através da experiência e da aplicação de princípios éticos (Flyvbjerg, 2001). A ciência “Phronésica” corresponde a uma interpretação contemporânea do conceito clássico Grego “Phronesis”, a virtude intelectual que permite deliberar acerca de que acções sociais são boas ou más, correctas ou incorrectas. Consiste numa abordagem utilizada nas áreas sociais, onde se incluem os domínios políticos e económicos, e analisa os sistemas de valores e a relação de poder, conduzindo a questões como: Para onde

caminhamos? Será este tipo de desenvolvimento desejável? Quem ganha e quem perde e através de que mecanismos de poder? Se algo pode ser feito, o que podemos fazer?

Outros conceitos como o planeamento colaborativo (Kelly and Becker, 2000; Healy, 1997), constituem também abordagens conhecidas de como a participação pode ser tomada em consideração no planeamento à escala microlocal, muitas vezes à escala da comunidade e da sua área de influência mais próxima. Outro exemplo é o planeamento interactivo associado à investigação interactiva que aponta para a necessidade de utilizar metodologias participativas em que deixa de fazer sentido considerar apenas a “Investigação em” para passar a considerar a “Investigação para” ou a “Investigação com” (Svensson and Nielsen, 2006). Da mesma forma, nestes casos, a produção, transferência e uso do conhecimento, em vez de serem entendidos como compartimentos separados da investigação, devem apontar para a cooperação entre os diferentes actores envolvidos num processo de aprendizagem contínua (Reason, 2001).

3.3 A Investigação-Acção como uma resposta às necessidades da sociedade

A Investigação-Acção surgiu na década de 60 nos países do Norte da Europa, tanto dentro como fora do meio académico. Ainda que fortemente relacionado com as Ciências Sociais, a sua base interdisciplinar não é assumida como um conjunto de princípios com um corpo teórico e métodos próprios, mas como uma perspectiva acerca de como pode ser conduzido o processo de investigação. Contudo, pressupõe necessariamente uma componente de acção e, ao mesmo tempo, produz conhecimento. Assim, a Investigação-Acção é entendida como um método científico de fazer investigação. Sublinha a ligação entre compreender e mudar, entre teoria e prática e pressupõe uma cooperação activa entre investigadores e os actores envolvidos na produção de novo conhecimento. Esta cooperação define-se como uma forma de aprendizagem conjunta que se inicia com a definição do problema, prossegue com a análise e assegura a disseminação dos resultados (Greenwood and Levin, 1998). A organização da investigação deve ser caracterizada pela relação de igualdade entre as várias partes envolvidas e por um elevado nível de participação (Luz, 2000). O

conhecimento produzido deve ter uma relevância prática, mas necessariamente terá que corresponder aos princípios normativos da ciência.

Esta abordagem coloca uma questão de partida, que já não se prende com a necessidade de integração de várias disciplinas numa mesma investigação, mas procura integrar a teoria e a prática na investigação. Da mesma forma que, a partir do momento que se admite o envolvimento e participação activa de outros actores para além do investigador, torna-se também necessário questionar como podem os resultados de uma Investigação-Acção ser úteis para o investigador e para as outras partes envolvidas.

A Investigação-Acção pressupõe assim, inevitavelmente, um contexto de participação, sendo por alguns actores definida como Investigação-Acção Participativa (Wadsworth, 1998; White, 1991):

"Essentially Participatory Action Research is research which involves all relevant parties in actively examining together current action (which they experience as problematic) in order to change and improve it. They do this by critically reflecting on the historical, political, cultural, economic, geographic and other contexts which make sense of it. ... Participatory action research is not just research which is hoped will be followed by action. It is action which is researched, changed and re-researched, within the research process by participants. Nor is it simply an exotic variant of consultation. Instead, it aims to be active co-research, by and for those to be helped. Nor can it be used by one group of people to get another group of people to do what is thought best for them - whether that is to implement a central policy or an organisational or service change. Instead it tries to be a genuinely democratic or non-coercive process whereby those to be helped, determine the purposes and outcomes of their own inquiry." – (Wadsworth, 1998).

A Investigação-Acção participativa tem as suas raízes na fenomenologia e no pós-modernismo, movimentos que reconhecem a experiência como um caminho válido para aceder ao conhecimento e que representam uma mudança importante do paradigma do positivismo, em que a ciência se baseava em princípios como a certeza e a verificabilidade em relação às questões de investigação, enquanto o pós-positivismo reconhece e procura ter em consideração a complexidade humana e social dos problemas (Magalhães, 2001).

Esta linha da Investigação-Acção tem origem nas questões do desenvolvimento e assenta em três tipos de relações e interacções: (i) entre indivíduos e grupos; (ii) entre grupos e comunidades e (iii) relações entre pessoas e o seu ambiente físico. O

procedimento corresponde a ciclos repetidos nos quais os investigadores e a comunidade começam pela identificação do tema principal, preocupações e problemas, iniciam a investigação, promovem a acção, aprendem acerca dessa acção e prosseguem para um novo ciclo de investigação e acção. Os resultados são muito difíceis de prever no início do ciclo e dependem do nível de envolvimento de todas as partes (Wadsworth, 1998).

Apesar de se tratar ainda de formulações relativamente recentes no campo da ciência, ainda carentes de reconhecimento por parte de alguns dos sectores académicos, os defensores da Investigação-Acção identificam algumas vantagens, comparativamente aos modelos de ciência mais tradicionais. Por exemplo, o conhecimento produzido num processo participativo pode ser utilizado tanto na prática como na teoria, criando oportunidade a uma validação mútua, numa abordagem democrática (Svensson and Nielsen, 2006). Portanto, a prática e a teoria não têm que ser encaradas como duas dimensões opostas, ou então a Investigação-Acção não teria chegado a encontrar espaço para se afirmar.

Apesar da Investigação-Acção se ter desenvolvido em diferentes áreas disciplinares e vários sectores sociais, sendo mais frequente na área das ciências sociais, a utilização de alguns dos seus princípios aplicados à gestão da paisagem parecem poder introduzir novas abordagens, ou seja, uma aproximação entre a teoria e a prática, entre a produção de conhecimento e a sua aplicação (Oliveira, Dneboská e Pinto Correia, 2007; Luz, 2000). A Investigação-Acção sobre a paisagem deve assim ser vista como um instrumento para reinventar a paisagem de forma mais integradora, no sentido disciplinar da investigação sobre a paisagem, e mais integrativa no sentido social da sua gestão, o que pressupõe uma atitude responsável e activa em termos de participação dos diferentes actores envolvidos.

3.4 A relevância da participação. Alguns instrumentos orientadores e normativos.

A participação pública tem vindo a ser reconhecida como uma área fundamental para o sucesso das políticas de ambiente e de ordenamento do território, tanto a nível europeu como nacional. A Convenção de Åarhus, espelha o compromisso que os países da União Europeia deverão respeitar em matéria de participação pública e políticas de ambiente. Assinada em 1998, a sua regulamentação tem vindo progressivamente, ao

longo dos últimos anos, a ser efectuada no sentido da sua aplicação. Comporta três pilares: o primeiro, que se refere ao acesso do público à informação⁵; o segundo trata da participação do público nos procedimentos ambientais⁶; finalmente, o terceiro refere-se ao acesso à informação⁷, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente, disposições que permitem ao público participar na elaboração dos planos e programas relativos ao ambiente. Essas disposições:

- Prevêem prazos razoáveis para informar o público sobre os planos e programas e as modalidades de participação, assim como para lhe permitir participar efectivamente na elaboração destes documentos.
- Oferecem ao público a possibilidade de participar, desde o início, no procedimento de elaboração dos planos e programas.
- Providenciam no sentido de que os resultados da participação do público sejam tidos em conta aquando da tomada de decisões.
- Indicam o público que pode participar (incluindo organizações não-governamentais).

A nível nacional a Constituição da República Portuguesa⁸ no seu artigo 9º (Tarefas Fundamentais do Estado) e artigo 66º (Ambiente e Qualidade de Vida) refere vagas referências à necessidade de envolvimento e participação dos cidadãos, juntamente com os órgãos do Estado para assegurar o direito a um ambiente saudável e de qualidade de vida num quadro de um desenvolvimento sustentável.

Também a Lei de Bases do Ambiente⁹ defende os direitos de participação, nomeadamente na alínea c) do seu Artigo 19º (Gestão da Paisagem), em que se considera como instrumento de gestão da paisagem “uma estratégia de desenvolvimento

⁵ Directiva 2003/4/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2003

⁶ Directiva 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003

⁷ É considerada como uma informação relativa ao ambiente: qualquer informação disponível sob forma escrita, visual, oral ou de base de dados relativa ao estado das águas, do ar, do solo, da fauna, da flora, dos terrenos e dos espaços naturais e igualmente às actividades ou medidas que os afectem ou possam afectar negativamente e às actividades ou medidas destinadas a protegê-los (incluindo medidas administrativas e programas de gestão ambiental).

⁸ Aprovada em 2 de Abril de 1976, tendo sofrido a 7ª Revisão através da Lei Constitucional nº /2005 de 12 de Agosto

⁹ Lei nº 11/8 de 7 de Abril, alterada pela Lei nº 13/02 de 19 de Fevereiro

que empenhe a população na defesa dos seus valores [ambientais e paisagísticos], nomeadamente, e sempre que necessário, por intermédio de incentivos financeiros ou fiscais e de apoio técnico e social”. Não obstante, têm sido muito invulgares os processos que pressuponham na prática este tipo de envolvimento público. Por um lado, e por questões de natureza política e cultural, a sociedade portuguesa nunca foi particularmente activa em matéria de participação (Veiga, 2007, Oliveira e Baptista, 2000). Por outro lado porque o conceito subjacente à participação pública traduzido nesta normativa é muito redutor, e é considerado mais como um processo de consulta pública do que de envolvimento efectivo dos diferentes actores na própria elaboração dos planos, na definição de estratégia inerentes à gestão da paisagem e no próprio processo de tomada de decisão. Conforme se pode confirmar no Relatório de Estado Ambiente (1999), a promoção da participação activa dos cidadãos em matéria de tomada de decisão, compreende os seguintes objectivos:

- Melhorar o atendimento do cidadão;
- Facultar o acesso à informação;
- Promover o envolvimento dos cidadãos nas questões ambientais;
- Implementar a consulta pública no âmbito dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), melhorar os meios de divulgação da mesma e promover acções de sensibilização, dirigidas ao público alvo, sobre procedimentos, avaliação e participação nos processos de AIA;
- Prestar apoio técnico e financeiro às Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA).

Efectivamente, deve-se sobretudo à intervenção das ONGA e Associações de Desenvolvimento Local (ADL), no final dos anos 90, o surgimento de algumas iniciativas que promoveram e divulgaram experiências de participação pública e só muito raramente estas se relacionavam explicitamente com a gestão da paisagem.

A própria Convenção Europeia da Paisagem¹⁰, apesar de ir um pouco mais além em matéria de participação pública na gestão da paisagem, é ainda relativamente vaga quando refere nas alíneas b) e c) do Artigo 5º (Disposições Gerais), a necessidade de promover medidas de sensibilização, formação e educação para a definição e aplicação

¹⁰ Aprovada através do Decreto nº 4/2005 de 14 de Fevereiro

de políticas de paisagem que visem a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

A análise do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2007) também reconhece nos seus objectivos estratégicos a importância da participação (Objectivo 6¹¹): no ponto 6.2 – Renovar e fortalecer a capacidade de gestão territorial, a participação é já entendida de uma forma transversal, incluindo concepção, execução, monitorização e avaliação numa perspectiva aberta e abrangente; no ponto 6.3 – Promover a participação cívica e institucional no processo de planeamento e desenvolvimento territorial, estes princípios são reforçados quando se refere que o processo de decisão tem que reflectir os resultados da participação como expressão do interesse público colectivo. Em termos de Plano de Acção merece destaque o reconhecimento de que é necessário rever os modelos de acompanhamento e de participação previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, no sentido de garantir o maior envolvimento de entidades públicas e das organizações económicas, sociais, culturais e ambientais, desde a fase inicial de definição do conteúdo e das principais acções desses instrumentos.

Este conjunto de princípios orientadores e de acções previstas para o período 2007-2013, criam oportunidade para importantes desenvolvimentos no campo da investigação e da acção que poderão permitir um salto qualitativo e quantitativo da participação pública aliada à tomada de decisão para a gestão da paisagem.

4. Metodologia e materiais

A metodologia incluiu a compilação de informação que permitisse caracterizar a área de intervenção do projecto em termos históricos e dos actuais instrumentos de planeamento, para além de uma componente analítica e descritiva que inclui três componentes: (A) análise da transformação da ocupação do solo em 1957 e em 1985 - 2000, (B) entrevistas à população das localidades de Corte Sevilha e de Corte Brique e (C) workshops, tanto com estas comunidades como com decisores envolvidos na gestão da paisagem da sua área de influência. A organização de um seminário final de

¹¹ Objectivo Estratégico 6 – Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e participada dos cidadãos e das instituições

apresentação e discussão de resultados com experts considerou-se ainda como actividade inserida neste último grupo.

(A) Análise da transformação da ocupação do solo

Cartografia de base utilizada:

- Cartas Agrícola e Florestal (Reconhecimento de campo 1950, 1951; actualização: 1957, 1960; Escala 1:25000);
- Cartas Corine Land Cover (1985,86,87, – 2000; Escala 1:100000)

Na interpretação da Carta Agrícola e Florestal considerou-se a classe correspondente ao uso dominante da carta original, não se tendo considerado a sub-classe, representada por uma letra no seu interior, pois esta, para além de não ter representatividade espacial, induziria a um maior contraste nas escalas quando se compara esta carta com o Corine Land Cover.

No caso da interpretação do Corine Land Cover, utilizou-se a classificação original, não se procedendo a qualquer tipo de agregação das classes de usos, por forma a não perder informação, uma vez que a escala 1: 100000 já é bastante grosseira para as áreas de estudo em análise.

A análise diacrónica foi feita apenas com os dados do Corine Land Cover, pois os critérios de elaboração dessas cartas são os mesmos nos períodos de 1985 e 2000. A escolha desta base cartográfica justifica-se ainda pelo facto destes dois períodos permitirem verificar se ocorreram transformações significativas para as áreas de estudo por conta da Política Agrícola Comum, ou outros instrumentos determinantes do uso do solo, uma vez que a primeira data corresponde ao período anterior à adesão de Portugal à União Europeia. A informação fornecida pela Carta Agrícola e Florestal, apesar de não ser directamente comparável pelos critérios e escala serem muito diferente do Corine Land Cover, permite, contudo, compreender num horizonte temporal de 50 anos, as principais mudanças ocorridas na ocupação do solo.

Da comparação entre as duas cartas Corine Land Cover, para além da análise das variações absolutas e relativas ocorridas, procedeu-se também ao cálculo dos ganhos, das perdas e da persistência para cada uma das áreas (Anexo 1). Para tal recorreu-se a

uma ferramenta de geoprocessamento que permite integrar a informação, neste caso, das duas épocas, resultando uma área cujos polígonos possuem os atributos referentes a essas épocas. Ou seja, os polígonos cujos cobertos se mantêm nas duas épocas correspondem à persistência; os polígonos cujos cobertos variam representam as perdas ou os ganhos, consoante os casos. Integrando-se os valores absolutos das áreas por classe de coberto e por época numa matriz de transição, obtêm-se as perdas e os ganhos, sendo assim possível identificar à custa de que classes de ocupação do solo ocorreu uma dada transformação.

(B) Entrevistas à população

Esta componente da metodologia, com vista à obtenção de dados empíricos, foi aplicada em 6 etapas:

- (i) Definição da amostra
- (ii) Definição de dois guiões a ser aplicados a residentes e agricultores
- (iii) Aplicação de uma entrevista teste a 17 indivíduos de Corte Brique, sem critérios de representatividade estatística através da qual se pretendeu ensaiar o guião e verificar a reacção da população inquirida às questões.
- (iv) Revisão do guião
- (v) Aplicação do guião final de entrevista a pelo menos 50% (Quadro 2) da população de cada um dos lugares em que se consideraram como variáveis dependentes a idade, o género, a profissão, a escolaridade e os anos de residência no local (Anexo 3).

Entrevistas	Agricultores	Residentes	Total entrevistas	% População
Corte Brique	5	57	62	52
Corte Sevilha	3	30	33	55
Total Entrevistas			95	

Quadro 2 - Número de entrevistas aplicadas a cada grupo de entrevistados, em cada uma das localidades e sua representatividade em relação à respectiva população residente.

Da entrevista (Anexo 2) aos agricultores constaram os seguintes grupos de questões:

- Caracterização da exploração
- Historial da exploração
- Gestão da exploração
- Participação em redes locais

Da entrevista aos residentes (Anexo 2) constavam os seguintes grupos de questões:

- Conceito de Paisagem
- Transformação da Paisagem
- Sentimento de Pertença
- Visão da Paisagem do futuro
- Contexto Institucional

À fase de recolha seguiu-se a componente de análise de dados (Anexo 3).

(vi) Análise dos dados

A análise dos dados foi feita através da categorização das questões abertas, sua quantificação em conjunto com as questões fechadas, e efectuado o respectivo tratamento fazendo uso do software SPSS 14.0. O tipo de análise aplicada foi baseada em estatística descritiva e no cruzamento de algumas variáveis, consideradas essenciais para a interpretação dos resultados.

(C) Workshops

(i) Com as comunidades locais

O workshop com a comunidade de cada uma das localidades foi promovido após a análise das entrevistas, servindo este para apresentação e discussão dos resultados e para a construção de uma visão conjunta da paisagem do futuro para cada uma das áreas envolventes das aldeias. Tiveram lugar nos dias 26 e 27 de Abril de 2006 e contaram com 18 participantes em Corte Brique e 6 participantes em Corte Sevilha.

(ii) Workshop com os decisores

O workshop com os decisores decorreu na sede da Taipa, a 22 Maio de 2006, e pretendeu dar conta dos resultados do projecto, em particular das visões e propostas resultantes das metodologias referidas, bem como identificar outras visões acerca da realidade agrícola e sócio-económica por parte de outros actores locais. Contou com a presença de 6 representantes de diversas entidades locais.

(iii) Seminário de divulgação e discussão dos resultados do projecto

Este seminário, cuja organização esteve a cargo da Associação Portuguesa de Ecologia da Paisagem (APEP) numa estreita articulação com a Universidade de Évora e a Taipa, realizou-se no dia 26 de Junho de 2006 e teve como principal objectivo reflectir sobre os principais resultados do projecto e propostas formuladas para a sua possível continuidade. O Programa (Anexo 8) contou com a presença de experts nas diferentes abordagens focadas, nomeadamente paisagem, desenvolvimento rural e inovação em espaço rural, tendo tais contributos, juntamente com os que surgiram do debate promovido na segunda parte do seminário, vindo a revelar-se fundamentais para a apresentação de propostas que é feita no ponto 8. deste relatório.

5. Caracterização da área de estudo

5.1 Enquadramento da área de estudo a nível local e regional

O concelho de Odemira situa-se no Sudoeste Alentejano, é o maior concelho da Europa em termos de área, com 1 719,73 Km², com uma população de 26 106 habitantes (INE, 2001), e encontra-se subdividido em 17 freguesias (Fig 1). Apresenta forte assimetrias em termos de desenvolvimento, sendo a área junto ao litoral caracterizada por um desenvolvimento urbano e económico significativo, onde se concentra a maioria da população, em contraste com um interior agrícola e florestal, com reduzida densidade populacional e economicamente deprimido.

Pelo facto dos critérios de delimitação das áreas de estudo de Corte Sevilha e Corte Brique se terem baseado nas bacias hidrográficas que organizam a escorrência das águas superficiais nas imediações daqueles lugares, e não em critérios administrativos, tais

áreas integram-se em diferentes freguesias: Freguesias de Luzianes-Gare, S. Martinho das Amoreiras e Santa Clara-A-Velha no caso da área de estudo de Corte Brique, e Saboia e Pereiras-Gare, no caso da área de estudo de Corte Sevilha (Fig 1).

De acordo com o estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, a área de intervenção do projecto Pertencer insere-se na unidade de paisagem “Colinas

Enquadramento das Áreas de Intervenção

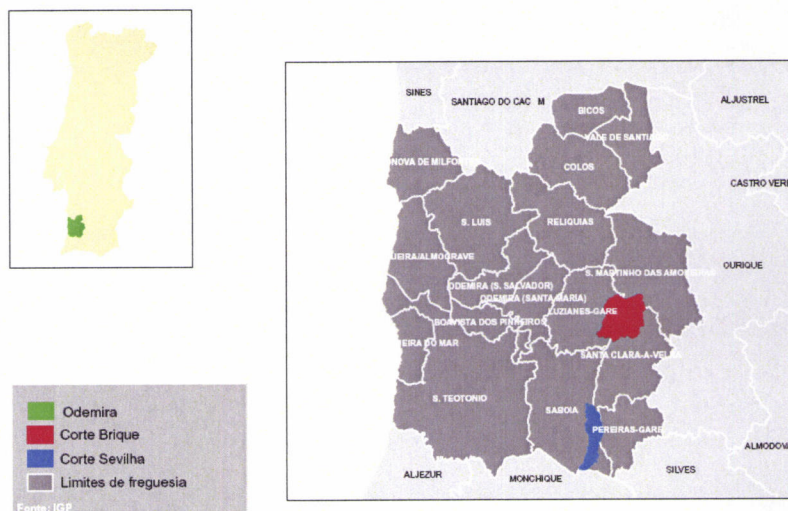


Figura 1- Localização do concelho de Odemira no país e das áreas de estudo de Corte Brique e Corte Sevilha no interior do concelho.

de Odemira” (unidade 121), numa situação de transição para a unidade “Serra do Caldeirão” (unidade 122). O carácter da primeira unidade está associado a um coberto florestal contínuo e a um relevo repetidamente dobrado num substrato de xistos e grauvaques, onde a presença humana sempre foi escassa. As limitações biofísicas e populacionais motivaram a florestação, com forte presença do eucalipto, o que agravou e acelerou o processo de abandono (Abreu, Pinto Correia e Oliveira, 2004). Estas circunstâncias conduziram a uma progressiva descaracterização da paisagem que carece agora de uma gestão conducente à sua reabilitação. A uma escala mais pormenorizada, as áreas de estudo de Corte Brique e Corte Sevilha correspondem, no entanto, a áreas onde os usos silvopastoris e o aproveitamento dos vales com culturas hortícolas foram preservados, pelo que é possível reconhecer-lhes um carácter mais próximo daquele que define a unidade Serra do Caldeirão – paisagens agrestes, de relevo mais ou menos movimentado, onde dominam extensas áreas de matas, montados e matos e onde se inclui também a Serra de Monchique, no seu conjunto designadas por Serras do Algarve. Esta unidade inclui uma sub-unidade, designada como Serra de Odemira, onde se insere a Albufeira de Santa Clara como um plano de água de dimensão significativa, o que introduz um contraste nítido com o meio bastante seco que a envolve.

O enquadramento das áreas de estudo ao nível do concelho de Odemira e das 9 freguesias do seu interior, cujas características tanto biofísicas como sócio-económicas determinam uma matriz mais ou menos comum, permite verificar que as dinâmicas de uso do solo são mais significativas nas freguesias do litoral do que nas do interior, onde a persistência dos usos para o período entre 1990 e 2000, com base na análise do Corine Land Cover, varia entre os 81% e os 97% das áreas das referidas freguesias de interior. As freguesias em que ocorreram menos transformações do coberto vegetal, portanto onde os valores de persistência de usos são mais elevados, são: Vale de S. Tiago (98,9%), Bicos (97%), Colos (96,7%), Luzianes (90%), enquanto nas restantes a dinâmica é um pouco mais significativa, S. Martinho das Amoreiras (87%) Relíquias (85,15), Saboia (83,1%), Pereiras Gare (81,6%) e Santa Clara (81,2%). Em relação ao número de explorações, segundo o Recenseamento Geral da Agricultura (RGA de 1989-1999), verificou-se ao nível do concelho uma diminuição de 42,6%, enquanto para a Superfície Agrícola Útilizada (SAU), registou-se um aumento de 15,9%. Em relação às freguesias, a tendência vai, no geral no mesmo sentido, merecendo destaque a freguesia de Santa – Clara – a - Velha, onde se verificou a maior perda de SAU (17,3%) e a maior diminuição do número de explorações agrícolas (55%), enquanto na freguesia de Bicos, a Norte do Concelho, verificaram-se variações positivas, tanto em número de explorações (74,1%) e a SAU aumentou quase seis vezes (590,2%). As freguesias onde se inserem as áreas de estudo têm comportamentos muito semelhantes, que no geral se traduzem numa significativa redução do número de explorações e num muito ligeiro aumento da SAU, de onde se depreende uma tendência geral para a perda de peso da actividade agrícola e, sobretudo, uma diminuição do número de agricultores associados a esta actividade. Contudo, verifica-se um aumento do número de explorações que foram convertidas para pastagens permanentes em terra limpa, bem como matas e florestas sem culturas sub-coberto e Superfície Agrícola Não Utilizada (Anexo 6).

Ao nível do Plano Director Municipal tanto a área de Corte Brique como de Corte Sevilha são classificadas na Planta de Ordenamento como Espaço Agrícola em Espaços de Valorização e Protecção Ambiental, no que se refere ao vale e respectivos solos aluvionares, enquanto as vertentes do vale surgem como espaços Agro-Silvo-Pastoris.

Ambas as áreas são abrangidas pelo Plano de Rega do Mira, no que se refere aos solos com apetência para irrigação (Anexo 5).

5.2 Contexto Histórico¹²

São poucas as referências que nos elucidam acerca da história da paisagem de Corte Brique e Corte Sevilha em períodos mais remotos da história. Contudo, com base numa análise feita a diferentes fontes (Anexo 4) podem atribuir-se algumas interpretações toponímicas aos locais onde o estudo foi desenvolvido. Acerca da palavra “corte” admite-se que possa ter sido simplesmente o nome dado a uma área arroteada na serra, e que seria como que uma ilha de paisagem humanizada entre o mar de primitivos matagais mediterrâneos da região. Seria cumulativamente terra desbravada, local onde se recolhiam e protegiam os gados, onde se habitava, onde se produzia e divulgava a norma. Ao topónimo Brique e Sevilha é mais difícil associar interpretações fundamentadas, embora se saiba que a Corte Sevilha sempre esteve associado um lugar de passagem, próximo de vias de comunicação importantes para assegurar a ligação entre o Alentejo e Algarve.

Por exemplo, Porto dos Almocreves, aparentemente na ribeira de Telhares, indiciava aqui a passagem de homens e mercadorias. Não podemos deixar de a referir como eixo do fluxo do cereal, entre o Alentejo e o Algarve, e dos gados e outras mercadorias da importante feira de Garvão, verdadeira capital regional do comércio do gado.

Há cerca de século e meio, um mapa dos lugares e população da freguesia de Santa Clara indicava para a zona de Corte Brique: Casa Branca, Quintal e Cortes de Brique, com 35 fogos (161 almas); Mezinhas, Estalagem, Serrinho e Ameixiais, 4 fogos (14 pessoas); Monte da Corte de Brique, Vale de Água e Cumeadas, 6 fogos (28 pessoas)¹³.

Vê-se assim que, além do Monte de Corte de Brique, havia, no vale, um núcleo de povoamento significativo que agrupava três lugares, um deles Cortes de Brique. A importância demográfica do vale era já clara, e, parece, o nome Cortes de Brique, dito no plural, indicará ocupação humana e aproveitamento agrícola.

Provavelmente, no século XX, Corte Brique continuou a crescer demograficamente, acompanhando a evolução demográfica da região, sofrendo, porém,

¹² A recolha de informação para a análise da história da paisagem contou com a colaboração de um historiador local, Dr. António Martins Quaresma.

¹³ Arquivo Histórico Municipal de Odemira, *Mappa da Parochia de S.^{ta} Clara, Divisão Projectada*, AG 2/2.

nas últimas décadas, como as demais áreas rurais, forte erosão económica e populacional. Nos censos da primeira metade do século XX, o topónimo não aparece explícito, sendo decerto os seus fogos contabilizados em “outros lugares” ou “isolados”, mas em 1960, época já recessiva, Corte Brique aparece, na freguesia de Santa Clara, com 68 fogos, 112 prédios e 194 pessoas (população residente), e na freguesia de Sabóia, com 22 fogos, outros tantos prédios e 67 residentes. No vale a que chamámos de Corte Sevilha, os fogos são contabilizados como isolados, mas a evolução populacional terá sido do mesmo tipo. A recessão demográfica e o envelhecimento da população que caracteriza todo o tradicional mundo rural, e, no que nos interessa, esta região, tem-se agravado, desde meados do século XX até aos nossos dias. Como sinal dessa evolução, notemos que as escolas de Corte Sevilha de Cima e Corte Brique, criadas num período em que o número de habitantes o justificava, foram extintas por escassez de alunos: a de Corte Sevilha, em 1997 (no ano lectivo de 1996/97 tivera 4 alunos) e a de Corte Brique, em 2006 (no ano de 2005/06 foi frequentada por 6 alunos). Na última década, a frequência desta escola oscilou entre os 4 e os 13 alunos, inclusive com um pequeno período de crescimento entre 1998 e 2001. O desejo municipal relativamente às pequenas escolas rurais tem sido o de mantê-las abertas, pois considera-se que a sua existência constitui um elemento que contraria a desertificação humana dos lugares, mas, especialmente nos últimos anos, a política governamental tem ido no sentido de fechar escolas com poucos alunos (ultimamente, foi considerado o limite mínimo de 10 alunos), sob pretextos pedagógicos, mas certamente sobretudo por motivos económicos. Pode dizer-se, relacionando os dois factos, que enquanto o número de crianças e jovens diminui drasticamente (não só nos espaços em análise), o Lar de 3.^a Idade, de Sabóia, é hoje a principal instituição desta zona, empregando cerca de 60 trabalhadores.

Entretanto chegaram à região alguns estrangeiros, inclusive com filhos em idade escolar, mas não se têm fixado nos dois vales em apreço. Ao que se diz, preferem maior isolamento¹⁴.

Os lugares de Corte Brique e Corte Sevilha¹⁵ correspondem, ainda hoje, à ocupação de dois vales baseados num povoamento relativamente disperso e pouco estruturado. No primeiro caso, associado à ribeira de Corte Brique, trata-se de um

¹⁴ Conforme Anastácio Custódio Guerreiro e sua mulher Maria Guiomar Domingos Guerreiro.

¹⁵ A área de estudo de Corte Brique inclui parte das Freguesias de Luzianes-Gare, Santa –Clara e S. Martinho das Amoreiras. A área de estudo de Corte Sevilha insere-se na freguesia de Saboia

aglomerado com cerca de 120 habitantes com idades médias inferiores à população de Corte Sevilha. A policultura de uma considerável variedade de culturas hortícolas e frutícolas satisfaz as necessidades familiares, embora existam condições para aumentar a produção se for organizado o seu escoamento.

Na Corte Sevilha, a ribeira da Tramagueira enforma um vale mais aberto e com uma tradição de produção mais intensiva, a população de cerca de 60 habitantes encontra-se bastante envelhecida e apenas um número muito reduzido de agricultores (3?) apresenta algum empreendedorismo que, pelo menos em um dos casos, permite escoar a produção para circuitos comerciais locais e regionais.

Em ambos os casos a unidade de exploração agrícola inclui normalmente uma pequena parcela de regadio no vale (entre 0,5 e 2ha em média) e uma ou mais parcelas de sequeiro (entre 20 e 50 hectares em média) (Anexo 6), onde se produzem arvenses de sequeiro, pastagens, floresta ou mato. Nestes casos os solos são maioritariamente esqueléticos de xisto com muito reduzida aptidão agrícola.

De acordo com o Estudo de Reabilitação do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira (Estudo Prévio), efectuado pela Hidroprojecto (s/ data), os agricultores da área de Corte Brique e Corte Sevilha incluem-se essencialmente dentro de três tipologias: (1) Produtor de culturas extensivas de sequeiro, com uma exploração tipo que apresenta uma área média total de 36,7 ha, com apenas 12 ha de área beneficiada, o que significa que grande parte da área da exploração se encontra actualmente fora do perímetro de rega. A área regada da exploração é de apenas 3,5 ha, o que significa que este agricultor produz essencialmente culturas de sequeiro. Nesta tipologia as principais culturas regadas são as culturas forrageiras, o milho, o feijão, as batatas e outras hortícolas com pouca representatividade; (2) Pequeno agricultor, com uma exploração média de 2,4 ha, dos quais 1,6 ha são beneficiados e 1,3 ha da área é regada. A ocupação cultural inclui milho, pomar, batata, forragem, entre outras de menor expressão; (3) Quintal familiar, constitui uma exploração-tipo dirigida sobretudo para o auto-consumo, como se poderá verificar pela ocupação pela ocupação cultural da exploração, que apresenta em média uma área de 0,39 ha com culturas como o milho, a batata, as hortícolas e o feijão.

6. Resultados

6.1 As transformações da ocupação do solo na paisagem de Corte Brique, Corte Sevilha e suas envolventes

A análise da transformação do coberto vegetal foi efectuada em função dos meios disponíveis e, lamentavelmente, não dispõe do detalhe suficiente para poder identificar as mudanças associadas a áreas com um padrão mais pormenorizado, apenas as tendências mais expressivas da paisagem são identificáveis. De uma análise das principais transformações ocorridas entre 1990 e 2000, com base no Corine Land Cover, à escala das freguesias onde a área de estudo se inclui, podemos identificar para a freguesia de Luzianes um aumento dos espaços florestais degradados, cortes e novas plantações (4,9%), uma diminuição das culturas anuais de sequeiro (6,8%) e uma pequena dinâmica em agricultura com espaços naturais, sistemas agro-florestais e florestas de folhosas. Na freguesia de Santa Clara, por sua vez verificou-se neste período uma diminuição das áreas de agricultura em espaços naturais (8,8%), um aumento de florestas de folhosas (8,5%) e alguma dinâmica espacial em espaços florestais degradados, cortes e novas plantações, bem como uma pequena diminuição das áreas de matos.

Partindo para a análise das áreas de estudo propriamente ditas, e segundo a análise da Carta Agrícola e Florestal (Escala 1:25000), no final dos anos 50, ambas as áreas eram predominantemente ocupadas por culturas arvenses de sequeiro para além de outros usos inerentes ao sistema agro-pastoril baseado no montado de azinho ou, pontualmente, de sobro (Fig. 2 e Fig. 3).

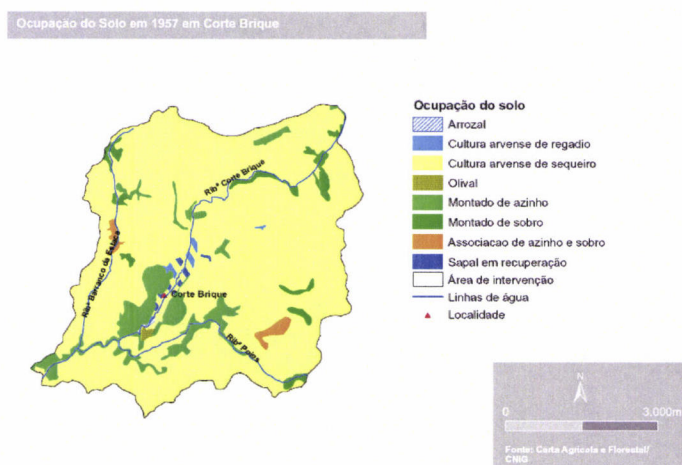


Figura 2 - Ocupação do solo em 1957 em Corte Brique

Ocupação do Solo em 1957 em Corte Sevilha

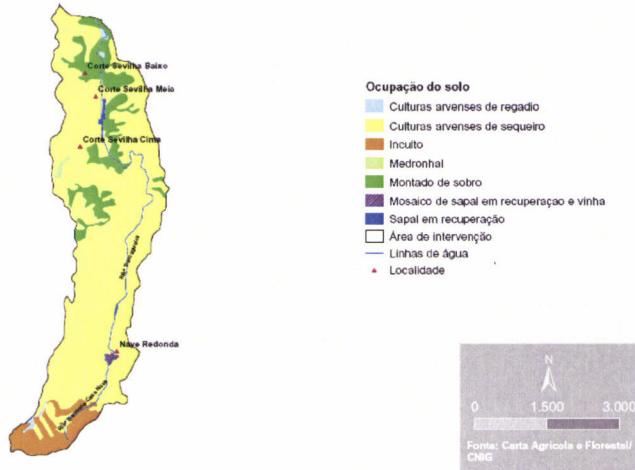


Figura 3 - Ocupação do solo em 1957 em Corte Sevilha

Estes usos, de acordo com o Corine Landcover (Escala 1:100000), para Corte Brique (Fig. 4) parecem ter evoluído para sistemas agro-florestais a partir de 1985/90 e, em 2000, confirma-se uma certa evolução no sentido dos sistemas florestais, diminuição das áreas de produção agrícola, ainda que esta transformação inclua também uma aparente diminuição da vegetação esclerofítica.

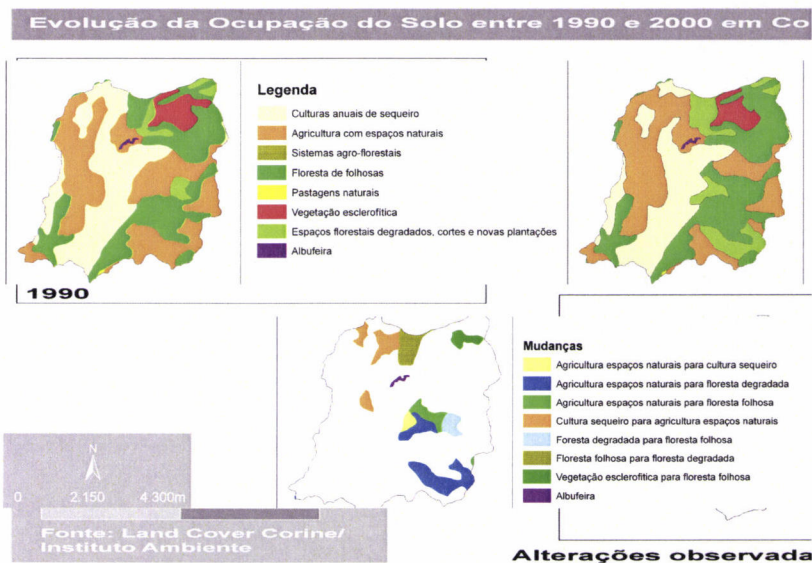


Fig. 4. Evolução da ocupação do solo entre 1990 e 2000 em Corte Brique

No caso da Corte Sevilha (Fig. 5) também se verificaram transformações sobretudo nas áreas florestais, tendo as áreas predominantemente agrícolas mantido uma considerável estabilidade. Verificou-se uma degradação de algumas das áreas florestais

anteriormente existentes e a área de floresta de folhosas aumentou, provavelmente absorvendo algumas das áreas agro-florestais. À semelhança de Corte Brique, também a área de vegetação esclerofítica diminuiu.

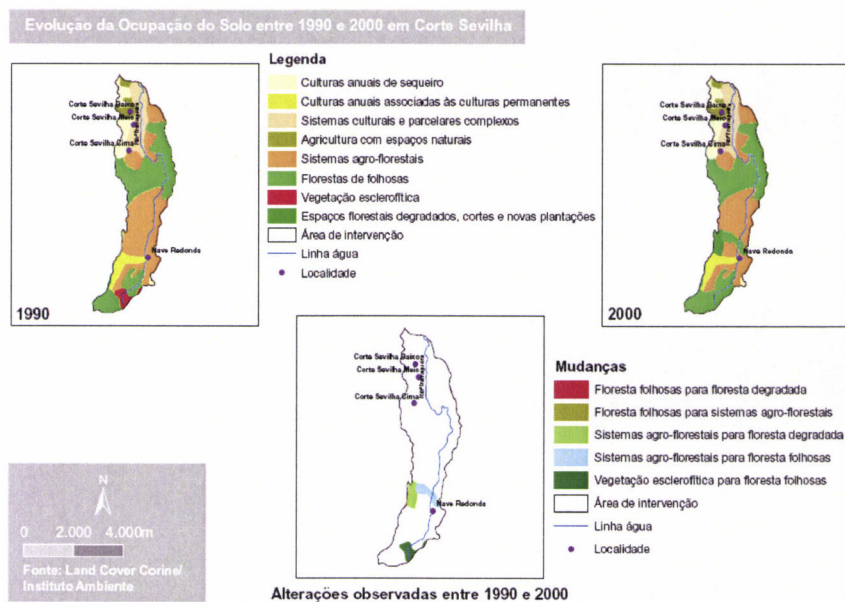


Figura 5 - Evolução da ocupação do solo entre 1990 e 2000 em Corte Sevilha

Esta paisagem, tanto pelas suas características intrínsecas como pelas transformações que nela ocorreram, não apresenta contudo aspectos particulares que determinem um carácter específico ou raro, nem valores que se destaquem no contexto local ou regional. Contudo, existem potencialidades que a distinguem de outras com características de base relativamente similares, nomeadamente o facto de ambas as áreas se encontrarem abrangidas por um Plano de Rega (Corte Brique pela Barragem de Corte Brique e Corte Sevilha pela Barragem de Santa Clara).

6.2 A relação da população local com a paisagem

O estudo da relação das comunidades locais com a paisagem foi feito através da aplicação de entrevistas aos agricultores e residentes das 2 áreas de estudo. Atendendo a que o perfil das respostas obtidas através das entrevistas aplicadas em Corte Brique e em Corte Sevilha não são significativamente diferentes, optou-se por apresentar o resultado da sua análise de forma conjunta, fazendo alusão, sempre que se justifique, às diferenças entre um e outro estudo de caso. Por outro lado, o facto de serem similares as dinâmicas locais recentes que têm sido promovidas pela Taipa num e noutra lugar faz

também com que se assemelhem alguns dos parâmetros de resposta, nomeadamente no que toca às questões de participação em redes locais de desenvolvimento.

Todos os dados aqui referidos são apresentados sob a forma de gráfico no Anexo 3. Os guiões das entrevistas encontram-se no Anexo 2.

6.2.1 Resultados das entrevistas

Os Agricultores

A amostra de agricultores entrevistados inclui 8 indivíduos, maioritariamente com idade compreendida entre os 50 e os 65 anos (50%), com representação equilibrada entre o género masculino (62,5%) e feminino (37,5%), a maioria dos quais tem um nível de escolaridade correspondente ao 1º ciclo (50%) e com residência na área há mais de 5 anos (50%).

Aquando da descrição da sua exploração, são as culturas agrícolas o aspecto mais referido (87,5%), seguido da criação de gado (37,5%) e a existência de equipamentos, sobretudo associados ao sistema de regadio (25%).

Acerca das transformações ocorridas na exploração, a conversão de áreas agrícolas para floresta são as mais referidas (37,5%). A transformação de agricultura para pastagem e de agricultura para matos têm algum significado (ambas referidas em 25% dos casos), embora tenham sido referidas transformações de matos para áreas agrícolas em 12,5% dos casos. Por outro lado, 37,5% dos agricultores refere ter ocorrido a introdução de novas culturas associadas ao regadio, nomeadamente milho, bem como outras culturas hortícolas e frutícolas. Assim, podemos identificar uma tendência para a extensificação, aparentemente nos sectores da exploração associado ao sequeiro e uma intensificação nos sectores que se inscrevem dentro dos perímetros de rega.

Dos 8 agricultores entrevistados apenas 3 beneficiaram de financiamento da PAC, nomeadamente no que respeita à florestação de terras agrícolas, indemnizações compensatórias e Agris. Apesar desta fraca adesão, 50% dos entrevistados demonstra estar satisfeito com as medidas disponibilizadas pela PAC, 37,5% está insatisfeito e 12,5% não sabe responder à questão. Contudo, é importante considerar que a pergunta não foi formulada com o nível de detalhe suficiente que permita inferir resultados com um nível de fidelidade elevado. Da mesma forma, perante a questão relativa à opinião do agricultor no que se refere às medidas estratégicas que se prevêem para o PDR

(2007-2013), 37,5% considera-as adequadas à realidade local, a mesma percentagem não está em condições de responder e 25% considera-as pouco adequadas. Atendendo a que à data da aplicação da entrevista ainda não tinham sido disponibilizadas ao público as orientações estratégicas do PDR, admite-se como provável que estas respostas, em parte, traduzam a falta de informação deste instrumento.

Outro dos aspectos que se considerou relevante incluir na entrevista foi a previsão que o agricultor tem para a gestão futura da sua exploração, em que 37,5% dos inquiridos pretendem continuar a mesma actividade, a mesma percentagem admite iniciar uma nova actividade, 12,5% prevê o abandono da actividade actual e a mesma percentagem não tem planos para o que possa vir a fazer no futuro.

Acerca da participação dos agricultores em redes locais que pressuponham o estabelecimento de inter-relações com outros agricultores ou com entidades locais, 37,5% já participou em reuniões locais, participação essa que é descrita como pontual e informal, 25% refere já ter participado em reuniões com outras entidades e 37,5% não estabelece nem nunca estabeleceu qualquer tipo de inter-relação.

Desta análise de resultados podemos sinteticamente referir que para os agricultores entrevistados:

- A agricultura continua a ter uma preponderância funcional, apesar de se terem verificado algumas transformações quando comparadas as ocupações do solo recentes com aquelas que foram identificadas na Carta Agrícola e Florestal, em que predominavam largamente as culturas arvenses de sequeiro.

- A definição de Planos de Rega introduziu alguma dinâmica na paisagem do vale, por comparação com os padrões da agricultura tradicional.

- A transformação de áreas agrícolas em floresta fora da zona de vale é percebida pelos agricultores com bastante clareza.

- Os agricultores têm beneficiado de poucos apoios financeiros no quadro da PAC.

- As respostas indiciam um significativo nível de satisfação com a PAC até 2003 e um grande desconhecimento em relação ao PDR (2007-2013).

- Ainda que exista uma tendência para manter as mesmas actividades que se encontram actualmente em curso, parece existir alguma abertura para novas actividades agrícolas ou no âmbito do desenvolvimento rural.

- Apesar de serem escassas as práticas de participação, existe disponibilidade para uma participação mais activa.

Os Residentes

A amostra de residentes entrevistados inclui 86 indivíduos, em que a classe etária mais representada é a superior a 65 anos (52,3%), com uma representatividade tão equilibrada quanto possível pelas restantes classes (>18 e <25 3,5%; >25 e <50 26,7%; >50 e <65 17,4%). O perfil profissional foi agrupado em função dos 3 sectores de actividade – primário (22,1%), secundário (4,7%), terciário (12,8%). Ainda os indivíduos reformados (37,2%) e sem ocupação definida (20,9%) foram considerados em categorias diferentes. Quanto à escolaridade a grande maioria dos residentes entrevistados são iletrados (46,5%) ou apenas frequentaram o 1º ciclo (31,4%), sendo menos representativas as restantes classes consideradas. A grande parte reside há mais de 5 anos no local (57%) ou sempre ali viveu (37,2%). Em relação aos que residem no local há mais de 5 anos, verifica-se que o seu local de residência anterior foi em outros locais de relativa proximidade, no concelho ou na região.

Quando questionados acerca do que é para o entrevistado a paisagem da área envolvente, ela é frequentemente definida como o espaço visível a que estão também associados critérios estéticos, de beleza e de fertilidade no que respeita à sua função produtiva. Por exemplo, a paisagem da área envolvente aos lugares de Corte Brique e Corte Sevilha é:

- Como espaço visível:

Tudo o que está à nossa volta (CS-R6)

- Critérios estéticos e de beleza:

É o verde do ambiente (CB-R6).

É uma maravilha, é pena estar abandonada. É uma área sem poluição (CB-R51).

É muito boa, bonita, saudável. Os de cá dão menos importância (CB-R33).

É tudo. Este lugar é o mais bonito do sul do Alentejo (CB-R17).

- Critérios de beleza e de fertilidade:

Principalmente a agricultura, com o milho, fica bonito (CB-R32).

Está melhor, com milho e hortas no verão e matos no inverno, mas as pessoas vão embora (CB-R37).

Por outro lado, há quem associe a paisagem às condições de vida que o local oferece:

É bonita, mas com poucas condições de viver (CB-R41).

A paisagem é boa, é um sítio bom, é pena ser um sítio pouco desenvolvido (CB-R44).

É tudo muito pobre (CB-R13).

Da análise das respostas acerca da descrição da paisagem infere-se que os principais elementos referidos são as culturas (64%), as árvores (52,3%), as estruturas associadas à rega e as acessibilidades (45,3%), as habitações (32,6%). Os aspectos estéticos aos quais se encontram associados conotações positivas são também referidos (25,6%), tais como as próprias pessoas (19,8%) e animais (11,6%). Curiosamente as respostas aos residentes de Corte Sevilha incluem com mais frequência aspectos relacionados com o abandono agrícola e com a desertificação humana quando comparadas com as respostas dos residentes de Corte Brique. Este aspecto, apesar de não estar de acordo com a análise cartográfica da evolução da ocupação do solo, em que as áreas agrícolas se mantiveram mais estáveis, pode dever-se ao facto da população de Corte Sevilha ser mais envelhecida e ter uma percepção de abandono mais vincada quando comparada a situação actual com outros períodos mais populosos e com maior actividade agrícola.

Acerca das principais mudanças percebidas pelos entrevistados na paisagem, as transformações ocorridas na agricultura são as mais referidas (68,6%), quase ao mesmo nível das mudanças demográficas (65,1%). Também as alterações ocorridas ao nível das condições de trabalho são mencionadas (41,9%), ainda que sejam aspectos que não se reflectam directamente sobre a paisagem, mas sobre a conjuntura socio-económica que, naturalmente se traduz nas ocupações do solo e noutros parâmetros de ocupação do território. Também ao nível das tradições e dos modos de vida em geral são notadas mudanças (18,6%), para além de outros aspectos diversos (16,3%), como são o caso das acessibilidades ou de infraestruturas como a electricidade, a água e o telefone.

As causas identificadas para estas mudanças estão relacionadas maioritariamente com a perda de população (34,9%), com a PAC (18,6%), ou com o mercado (8,1%), se bem que 34,9% dos entrevistados são de opinião que é da combinação de todas elas que

resulta este quadro de mudança. Ainda de referir que 24,4% refere outras causas de mudança como a construção das barragens e a definição dos perímetros de rega.

Par além das causas de mudança procurou-se ainda compreender quais os aspectos considerados positivos e negativos neste contexto. Assim, e pesem embora as dificuldades sentidas pela população destes lugares, a qualidade de vida no que se refere à tranquilidade, segurança, relações de sociabilidade e outras formas de vida, é valorada positivamente em 70,9% das respostas. Também ao ambiente, no que respeita à qualidade do ar e ao estado de conservação de outros recursos naturais, bem como a paisagem, é atribuído um valor positivo (64%). Os aspectos que foram considerados negativos são a falta de emprego (83,7%) e a desertificação, entendida no sentido da perda de população (77,9%).

Acerca dos aspectos que carecem de mudança eles são essencialmente relativos aos diversos factores inerentes ao desenvolvimento, como é o caso da promoção da criação de emprego (39,5%), a criação ou melhoramento de infraestruturas como as acessibilidades ou a instalação de electricidade em todas as habitações (23,3%). O desenvolvimento agrícola é referido em 18,6% dos casos como um necessário factor de mudança e o desenvolvimento social, tanto ao nível dos serviços sociais como de animação socio-cultural são mencionados em 11,6%. Contudo, 7% da amostra de residentes não sabe identificar as necessidades de mudança.

Por outro lado, quando questionados sobre os aspectos que não deveriam mudar, o ambiente surge como sendo o factor que mais expressivamente deverá ser mantido (25,6%), seguido da referência feita às pessoas (17,4%), no sentido de que as que actualmente residem no local não deveriam ir embora. Outros aspectos menos referidos, mas que traduzem a vontade de salvaguardar aquilo que é prezado pelos residentes é a agricultura (9,3%), o sossego (8,1%), a qualidade de vida (5,8%) e a pensão de reforma (2,3%). Contudo, perante esta questão, 30,2% dos entrevistados não souberam responder, o que denota que muitas pessoas têm dificuldade em valorizar aspectos que considerem relevantes e que queiram ver salvaguardados no futuro.

Relativamente ao sentimento de pertença que possa ser identificado pelos entrevistados como o aspecto a que se deve a relação que estabelecem com a paisagem, ou seja os elementos em que se possa basear algum tipo de relação afectiva, parece ser a existência de habitação própria que mais faz as pessoas sentir-se enraizadas no local, seguido das raízes culturais (22,1%) e familiares (12,8%) associadas ao local onde nasceram. A agricultura (5,8%) e a qualidade ambiental (4,7%) são referidos, mas sem

grande relevância. Por parte de 10,5% da amostra não é possível responder a esta questão.

Por outro lado, ainda que a agricultura não aparente ser um aspecto fundamental na relação afectiva entre os residentes e a sua paisagem, ela corresponde à função primordial identificada (75,6%), sem qualquer outra que se lhe assemelhe em termos de importância. O ambiente e o sossego (9,4%), a habitação (8,1%), a floresta (1,2%) e o turismo (1,2%) parecem ter muito pouco significado no quadro de uma possível multifuncionalidade que a paisagem, tal qual é gerida actualmente, possa proporcionar. Não respondem à questão 4,7% dos inquiridos.

Quando solicitada uma visão para a paisagem num horizonte temporal de 20 anos, as respostas são de carácter muito genérico e manifestam a necessidade de que ocorra uma mudança para melhor (22,1%), ou mais desenvolvimento *sensu lato* (17,4%). Apenas alguns entrevistados particularizam um pouco mais o sector em que esperam ocorrer alguma melhoria como: Mais agricultura (16,3%); Mais população (15,1%); Mais emprego (14%). Curioso é o facto de 8,1% não esperar nem desejar nenhuma mudança, pretendem que a situação se mantenha, ou pelo menos que não piore. Não se obteve uma resposta em 7% dos casos. Pela tipologia de respostas obtidas, tudo indica que a pergunta foi interpretada no sentido do desejo e expectativas que os entrevistados gostariam que ocorresse no futuro, em vez do que opinam ser, efectivamente, a sua previsão acerca do que irá acontecer.

Também a pergunta relacionada com as propostas de gestão que poderiam contribuir para uma melhor gestão da paisagem não se considera que as respostas tenham sido dadas com base numa interpretação clara face aos objectivos da pergunta, elas, quando existem vão no sentido das necessidades locais mais eminentes. Assim agruparam-se em categorias que incluem as que se referem ao desenvolvimento social (15,1%), desenvolvimento agrícola (11,6%), acessibilidades (11,6%), turismo (1,2%), desenvolvimento económico (3,5%), desenvolvimento ambiental (3,5%) e desenvolvimento florestal (1,2%). 2,3% não considera necessário quaisquer medidas de gestão particulares e o relevante é considerar que 48,8 % não sabe responder à questão.

Na opinião dos entrevistados são a Câmara Municipal (57%) e as respectivas Juntas de Freguesia (27,9%) onde se insere cada um dos lugares que mais influenciam a gestão da paisagem. Outras entidades são também referidas por 8,1% dos entrevistados, como é o caso da Associação de Beneficiários do Mira e a Zona Agrária e 7% não responde à questão.

A maior parte das respostas (62,8%) aponta um nível de satisfação com o desempenho das instituições referidas na pergunta anterior, 4,7% refere mesmo estar muito satisfeito e 29,1% não está nada satisfeito.

Quanto à participação dos entrevistados em iniciativas que considerem a sua opinião no processo de decisão, apenas 11,5% diz já ter participado e 88,5 % nunca teve essa experiência. Contudo, 43% gostaria de participar quando houvesse ocasião, 18,6% gostaria muito e 31,4% não mostra qualquer interesse neste tipo de iniciativa.

Assim, em síntese, pode-se afirmar a partir da análise das entrevistas aos residentes que :

- As principais mudanças percebidas na paisagem são de ordem agrícola e social. No que concerne às primeiras, as principais referências são relativas à introdução do regadio e à redução das culturas arvenses de sequeiro, o que corresponde às transformações identificadas através da cartografia de ocupação do solo. Contudo, a percepção do aumento das áreas de floresta não aparece referida de forma proporcional ao aumento desta área na realidade. No que concerne às mudanças de ordem social a diminuição do efectivo populacional é, de facto, considerado como a transformação social mais relevante em ambos os lugares.

- As causas das mudanças são diversas, de onde se destaca a perda da população. Não é contudo evidente se a perda de população é entendida pela população como causa ou como consequência das alterações verificadas na agricultura.

- O emprego e a desertificação humana são os principais impactos negativos de mudança e o ambiente, na perspectiva da qualidade ambiental que os entrevistados reconhecem localmente, associada por sua vez à qualidade de vida, são tidos como impactos positivos da mudança.

- A criação de emprego é a maior necessidade de mudança e a qualidade ambiental de que beneficiam é o aspecto que mais se pretende preservar.

- A habitação própria e as raízes familiares e culturais são o que melhor definem o sentimento de pertença dos entrevistados em relação à paisagem.

- A agricultura é vista actualmente como a principal função da paisagem, com escasso significado para as restantes mencionadas, o que deixa antever a relevância deste aspecto ao nível dos objectivos de paisagem e da definição de uma visão estratégica para o seu futuro.

- A visão estratégica que é possível aos entrevistados esboçar para um horizonte temporal de 20 anos é baseada em aspectos positivos relacionados com o desenvolvimento no geral, embora denuncie a necessidade de um trabalho de discussão mais aprofundado com as comunidades locais no sentido da definição de uma visão prospectiva mais rigorosa.

- As propostas de gestão por parte dos inquiridos não existem ou são muito generalistas, pelo que todo o trabalho de informação e discussão se torna fundamental.

- As pessoas estão no geral satisfeitas com o desempenho das instituições locais. Este aspecto pode significar uma boa base de partida para se dar início, ou continuidade quando for caso disso, a um processo participativo e de reforço do capital social.

- As pessoas estão disponíveis para uma participação activa, o que, conciliado com o ponto anteriormente referido abre boas possibilidades para um trabalho conjunto dentro da comunidade e com outros actores locais.

6.2.2 Reuniões com a população local

Das reuniões levadas a cabo com a população de cada uma das áreas de estudo, importa destacar os principais aspectos que resultaram da discussão acerca de potencialidades e constrangimentos para o desenvolvimento local, tendo em conta a paisagem como recurso. Atendendo a que foi a primeira reunião efectuada com este intuito, não foi possível identificar muito mais para além dos pontos fortes e pontos fracos que cada um dos locais oferece para um possível estratégia de desenvolvimento, cuja síntese se apresentam de seguida:

- **Corte Brique**

Pontos Fracos

- Falta de abastecimento de água para uso doméstico.
- Falta de terreno para construção (restrição do plano de rega?).
- Falta de instalação de electricidade em todas as habitações.
- Inadequado cálculo de taxa de exploração da Regadeira nos casos em que o agricultor não beneficia da rega por opção própria.
- A exigência de estatuto de agricultor e registo de actividade nas finanças dificulta a adesão a apoios financeiros.

- Estrutura da propriedade na área de regadio (pequena dimensão) é condicionante para obtenção de financiamentos.
- Falta de aproveitamento da Albufeira de Corte Brique para turismo e recreio.

Pontos Fortes

- Existe uma experiência que combinada a produção com a comercialização (cabaz da horta).
- Existe alguma abertura para a adopção de novas práticas, novas culturas e organização do mercado local, apesar de não existir suficiente capital social e humano orientado para a inovação que dispense o apoio exterior.
- Existe disponibilidade para participar activamente em novas dinâmicas.

- **Corte Sevilha**

Pontos Fracos

Inadequado cálculo de taxa de exploração da Regadeira nos casos em que o agricultor não beneficia da rega por opção própria.

Subsídios para produção hortícola muito exigentes em termos de obrigações.

A Albufeira de Santa Clara é mal explorada em termos turísticos.

Pontos Fortes

Existe uma experiência que combina a produção com a comercialização (cabaz da horta).

Existe alguma prática de comercialização (com a Alicoop, com sede no Algarve).

Existe disponibilidade para participar activamente em novas dinâmicas.

6.2.3 Reuniões com representantes de entidades locais

Os principais resultados da reunião em que participaram representantes de 7 entidades locais incidiram sobre as razões que justificam a reduzida adesão aos apoios financeiros da PAC e dessa forma não tirar partido de condições que permitissem fomentar o desenvolvimento agrícola e rural.

- Falta de divulgação da informação e poucos hábitos de consulta por parte dos potenciais beneficiários.
- Processo burocrático pesado em relação à declaração de actividades nas finanças.
- Pouca visão para a elaboração de projectos.
- As Zonas Agrárias têm vindo a ser esvaziadas de meios e de entusiasmo.
- Têm-se vindo a verificar uma não renovação de contratos de arrendamentos de pais para filhos, o que indicia uma falta de continuidade da actividade agrícola no seio da família.
- Existe uma fraca adesão ao Banco de Terras do Perímetro de Rega como alternativa aos rendeiros que ficam sem terra para trabalhar
- A lei do arrendamento é pouco adequada para quem quer fazer uma gestão e uso dos apoios da PAC na condição de reneiro.

6.2.5 Seminário Pertencer Paisagem

Com base num relatório preliminar sobre os resultados do projecto Pertencer, foi convidado um painel de especialistas para, através de uma reflexão crítica, discutir os resultados obtidos ao nível da sua interpretação, relevância e identificação de lacunas. O Programa deste relatório encontra-se no Anexo 9. Para além disso cada um dos convidados preparou uma apresentação sobre os temas referidos no programa e a sua contextualização nos estudos de Caso de Corte Brique e Corte Sevilha, procurando, sempre que possível, uma abordagem mais generalizada, aplicada às freguesias do interior do concelho de Odemira. Para além disso, foi também apresentada uma proposta de como dar continuidade ao projecto com vista à definição de uma carta de paisagem e de um plano de acção a considerar no âmbito do PDR (2007-2013).

A segunda parte do seminário foi reservada ao debate dos temas apresentados que envolveu todos os convidados e participantes. Os resultados deste debate encontram-se vertidos nos dois pontos seguintes deste relatório.

7. Discussão de resultados

Da análise dos resultados verifica-se que as transformações da paisagem nas áreas de estudo, apesar de não serem muito significativas quando comparadas com outras na região, apresentam uma tendência para a diminuição das áreas agrícolas e um aumento da área de folhosas. Através das entrevistas confirmou-se que, no geral, a percepção das transformações verificadas nos últimos anos pelos entrevistados aponta no mesmo sentido das que foram obtidas através da análise espacial da ocupação do solo. Para além disso, verifica-se também que a agricultura continua ainda a ter um papel fundamental dentro dos factores que estabelecem uma relação entre a população local e a paisagem, tanto em termos funcionais relacionados com a produção, como em termos estéticos e de identidade local. Apesar de não ser fácil o entendimento sobre a abrangência do conceito de paisagem para a população local, ele relaciona-se frequentemente com os aspectos que se prendem com a paisagem agrícola. Para além disso o ambiente, no sentido da qualidade ambiental, é um dos factores que é mencionado regularmente como positivo para o bem-estar e a qualidade de vida. Nesse sentido parece ser possível estabelecer uma relação fácil entre ambiente e agricultura e tirar partido desta inter-acção ao nível da definição de uma carta de paisagem no âmbito de uma estratégia local de desenvolvimento. Por sua vez, esta é também a orientação definida ao nível do ordenamento proposto no Plano Director Municipal ao considerar as áreas de estudo como Espaço Agrícola em Espaços de Valorização Ambiental, no caso das áreas de solos aluvionares, e dos Espaços Agro-Silvo-Pastoris nas áreas de encosta.

Contudo, os aspectos relacionados com o desenvolvimento social e económico deverão ser considerados como prioritários e bem articulados com estas preocupações agro-ambientais, o que exige um apoio técnico eficaz, não só ao nível da inovação de iniciativas que se constituam como alavancas de desenvolvimento, mas também ao nível da facilitação dos procedimentos burocráticos e administrativos necessários ao financiamento.

No que se refere à ideia de gestão da paisagem, como um conjunto de acções conducentes ao desenvolvimento social, económico e ambiental, não se verifica qualquer capacidade de compreensão ou de proposição, tanto por parte dos residentes e agricultores entrevistados, como por parte dos representantes de entidades locais que participaram nas reuniões do projecto. Esta constatação reforça a necessidade de dar

continuidade ao processo participativo, nomeadamente através de acções de formação e informação que permita uma base de discussão mais clara e consequente. O facto da maioria dos entrevistados ter manifestado uma predisposição e interesse em poder participar mais activamente neste tipo de iniciativas, esse deverá ser considerado um aspecto positivo e facilitador da concretização das próximas fases.

8. A paisagem como contexto para uma estratégia de desenvolvimento

8.1 O Plano de Desenvolvimento Rural, que oportunidades?

O diagnóstico da situação da agricultura em Portugal identifica a perda de dinâmica económica e social das áreas rurais como uma das principais fragilidades deste sector (MADRP (b), 2007) a que é necessário fazer face através do PDR (2007-2013). Por outro lado, identifica a necessidade do aumento da competitividade como o principal pilar da Estratégia Nacional para o sector. Contudo, as áreas de estudo deste projecto correspondem à situação de diagnóstico referido, mas apresentam-se, por via disso, fortemente condicionadas para poderem seguir orientações estratégicas conducentes aos objectivos do aumento de competitividade, referenciando uma actividade agrícola e florestal não apenas economicamente competitiva, mas ambientalmente equilibrada e socialmente estável e atractiva. Apesar disso não é de subestimar a existência de disponibilidade de água, de um Plano de Rega, e de algumas iniciativas de dinamização local que foram iniciadas pela Taipa. Estas pré-existências deverão ser enfatizadas aquando da planificação das acções que possam ser definidas por forma a induzir a transformação dos métodos e sistemas de produção agrícolas e silvícolas no sentido da sua maior sustentabilidade. Por outro lado as características das explorações agrícolas existentes, em particular as que são complementares à área de regadio, portanto aquelas ocupadas por sistemas agrícolas de sequeiro e sistemas florestais ou agro-florestais, apresentam condições para beneficiarem do apoio à manutenção de áreas agrícolas e florestais relevantes para a conservação da biodiversidade e da paisagem.

Ainda de considerar que a população local está aberta a novas possibilidades de desenvolvimento agrícola e sócio-económico e apresenta alguma disponibilidade e interesse para participar e se envolver em acções inovadoras. Também na sequência do

projecto Pertencer e de outras iniciativas locais já realizadas ou em curso, as entidades locais estão despertas para a necessidade de estabelecerem uma rede de acção partilhada, no sentido de uma maior eficácia e transparência, de acordo com modelos actuais de governança. É à luz destes princípios que devem ser analisadas as oportunidades que o PDR apresenta para áreas com características similares às de Corte Brique e Corte Sevilha.

Assim, e partindo do princípio de que a agricultura desempenha um papel multifuncional para a riqueza e diversidade das paisagens, dos produtos alimentares e do património cultural e natural, torna-se essencial considerar os três eixos fundamentais em que assenta a futura Política de Desenvolvimento Rural:

Eixo 1 – Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal

Este objectivo pretende ser cumprido mediante a implementação de intervenções ao nível do desenvolvimento de fileiras estratégicas, desenvolvimento da capacidade empresarial, rejuvenescimento do tecido empresarial, criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e sistemas de gestão de risco, inovação e transferência de conhecimento através da cooperação, diferenciação e valorização de produtos de qualidade, qualificação e capacitação dos activos do sector agro-alimentar e desenvolvimento de infra-estruturas de impacto relevante.

As características da população local ao nível da sua capacidade empreendedora, bem como outros constrangimentos de natureza biofísica, da estrutura da propriedade ou da organização do sector produtivo, fazem afigurar-se como difícil a aplicação das medidas que venham a emergir deste eixo neste contexto específico. Contudo, a existência de um Plano de Rega deve constituir-se como a base para a competitividade associada ao perímetro de rega do Mira. Contudo deveria ser efectuado um estudo de mercado actual, atendendo a que as principais culturas de regadio praticadas no Perímetro de Rega no seu total, nos últimos anos, foram as hortícolas, as pastagens e forragens, o milho e outras oleaginosas, e o arroz, estando previsto no modelo de ocupação futura o aumento do arroz, a manutenção da área de milho, girassol e outras culturas similares, o aumento de pastagens e forragens de regadio e a diminuição em termos percentuais das hortícolas e horto-industriais. Também a definição de novas perspectivas para a floresta devem ser consideradas como uma oportunidade, bem como a possível constituição de micro-empresas que possam conciliar as questões da

produção e da transformação, recorrendo às facilidades que existirão no acesso ao micro-crédito.

Eixo 2 – Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural

Pretende-se através deste eixo assegurar uma gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais através de intervenções ao nível da reorientação da agricultura convencional para modos de produção mais sustentáveis, a manutenção de actividades relevantes para a conservação da biodiversidade e/ou paisagem, a intervenção nos espaços florestais face aos incêndios e também ao nível da promoção da eco-eficiência e redução da poluição e melhoria da eficácia na gestão qualitativa e quantitativa da água. A possibilidade de reconversão de alguns sistemas de produção para outros ambientalmente compatíveis e com produções de qualidade garantidas, como é o caso da agricultura biológica, deve ser considerada neste eixo. Por sua vez, a componente de mercado e de certificação de qualidade será considerada pelo Eixo 1.

No que concerne a este eixo, seria importante analisar as possibilidades de intervenção nos domínios florestais e agro-florestais em consonância com a Estratégia Nacional para as Florestas e com a Estratégia Nacional para a Prevenção de Incêndios. De qualquer forma são de considerar possíveis acções de ordenamento e reconversão de povoamentos e à promoção da gestão multifuncional, onde se inclui a sua dimensão ambiental. Serão essenciais os serviços de aconselhamento florestal.

Eixo 3 – Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia

As prioridades deste eixo centram-se na revitalização económica e social das zonas rurais e no reforço da coesão territorial e social, mediante intervenções nomeadamente ao nível do desenvolvimento de competências nas zonas rurais, a capacitação local para a diversificação da economia e criação de emprego e o desenvolvimento de serviços básicos para a população.

Este parece ser o eixo com maior facilidade de enquadramento nas áreas em estudo e deve ser considerada a possibilidade de apoio a empresas não agrícolas, programas de dinamização e animação social, bem como uma forte componente de formação direccionada para as linhas estratégicas que venham a ser identificadas, tal como um serviço de apoio técnico e de aconselhamento, não só para as actividades de produção, como para todas aquelas que se constituam importantes para o desenvolvimento local.

Uma parte destas iniciativas deverá ser vocacionada para o aumento do capital social e criação de condições que favoreçam a inovação em espaço rural, nomeadamente através da extensificação e intensificação de redes, tanto internas às comunidades como com o exterior. Estes aspectos, por sua vez, serão fundamentais à definição de Programas de Acção Local que favoreçam uma lógica de parceria entre o sector público e privado, em tudo semelhante à abordagem LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento em Espaço Rural), que surge como Eixo 4.

Para uma melhor compreensão de como poderá esta formulação do PDR ser útil ao território do interior do concelho de Odemira é fundamental prosseguir os propósitos iniciados no âmbito deste projecto, de modo a responder às seguintes questões:

Que cenários podem/devem ser montados que possam constituir-se como oportunidades efectivas de desenvolvimento rural para as áreas interiores do concelho de Odemira?

Que componentes da matriz territorial têm que ser ajustados para a concretização destas oportunidades?

Que significado e relevância pode ter a inovação em espaço rural para uma aplicação eficiente do PDR?

Com base nos dados obtidos no âmbito deste estudo e nas questões que se colocam, apresenta-se de seguida uma proposta preliminar de como poderá a investigação e a acção contribuir para uma mais eficiente aplicação do PDR nas freguesias do interior do concelho de Odemira.

8.2 Estratégia Local de Desenvolvimento

O diagnóstico efectuado no âmbito deste projecto evidencia a necessidade de intervir no sentido de assegurar uma gestão da paisagem capaz de promover a dinâmica sócio-económica necessária para a fixação da população e a construção de um contexto de identificação com o meio em que essa mesma população se insere. Por outro lado, o PDR, como vimos anteriormente, assume-se como o instrumento financeiro que mais poderá contribuir para a implementação de um plano de acção conducente a tais objectivos. Contudo, sabe-se que o possível sucesso de uma intervenção a este nível não depende da decisão de cada agricultor ou qualquer outro actor individualmente, mas da

concertação de objectivos e de interesses individuais e colectivos que determinem uma gestão coerente em termos ambientais e económicos, que pressuponha impactos sociais positivos. A definição de um plano de acção com capacidade de concretização de tais objectivos depende fortemente de uma base de participação e do aumento do capital social que permita não só a definição de uma visão estratégica como a assunção de compromissos e partilha de responsabilidades entre os vários actores envolvidos.

A estrutura prevista para a implementação do Plano Estratégico Nacional inclui um conjunto de Programas de Desenvolvimento Rural, que poderão ser de âmbito nacional ou regional, que, por sua vez, serão implementados através de Estratégias Locais de Desenvolvimento. A Estratégia Local de Desenvolvimento é definida como um conjunto coerente de operações destinadas a satisfazer objectivos e necessidades locais, executado em parcerias ao nível adequado. Assim, e atendendo ao contexto do projecto Pertencer, entende-se que a Paisagem poderia ser entendida como um conceito facilitador da definição de tal estratégia, para o que se tornaria útil a aplicação dos princípios inerentes ao que pode ser designado carta de paisagem, como um instrumento informal de gestão de base social, na medida em que:

- A paisagem é um tema que permite uma abordagem atraente para a maior parte dos actores locais, uma vez que tem a ele associado o sentimento de pertença a um território comum. Necessita contudo de ser clarificado, ajustado e compreendido por parte de todos os actores envolvidos.
- Trabalhar sobre a paisagem permite uma oportunidade de reflexão progressiva em relação a todas as dimensões do ordenamento, gestão e desenvolvimento local.
- A abordagem paisagística permite uma flexibilidade de escalas que vão do sítio, ao nível local e sub-regional.
- A paisagem é o resultado da intervenção de múltiplos actores, logo, facilita uma reflexão partilhada em função dos vários interesses em presença.

De considerar que o desenvolvimento desta proposta carece ainda de uma pesquisa mais detalhada e de uma reflexão mais aprofundada acerca de como pode um

instrumento como uma carta de paisagem articular-se com outros instrumentos formais de ordenamento e gestão em vigor.

O conceito de carta de paisagem é inspirado num conjunto de outros conceitos já existentes e aplicados noutros países, nomeadamente França, Inglaterra e Holanda, cuja referência ajuda a contextualizar a proposta que se apresenta em seguida. Assim:

- *Charte Paysagère* (Gorgeu, 1995) (França) - Estratégia que privilegia a gestão partilhada da paisagem de acordo com um projecto paisagístico, a sensibilização dos habitantes e dos actores envolvidos, uma planificação financeira, e a definição de regulamentos e acordos contratuais.

- *Local commitment* (Volker, 1997) (Holanda) - É o meio através do qual a população local e os decisores assumem a gestão do ambiente físico e social de uma determinada área, o que pressupõe um envolvimento individual e colectivo de ambas as partes.

- *Whole landscape management* (MacFarlane, 2000) (Inglaterra) - Baseia-se no conceito holístico de paisagem, nomeadamente nos princípios ecológicos e estéticos e pretende encontrar soluções viáveis entre forma, uso e função com vista à sustentabilidade das paisagens rurais.

- *Design whole landscape* (Dolman, 2001) (Inglaterra) - Processo de integração da escala de planeamento regional ou local na escala da propriedade de modo a otimizar a quantidade, distribuição e gestão de habitats e outros elementos da paisagem que se traduzam em vantagens explícitas ao nível das múltiplas funções da paisagem. Baseia-se na definição de uma visão estratégica de mudança.

O processo inerente à definição de uma carta de paisagem baseia-se num longo trabalho de discussão e de partilha de responsabilidades acerca da gestão da paisagem e pressupõe, pelo menos, as seguintes fases: Diagnóstico, Definição de um projecto e Estabelecimento de Compromissos.

Diagnóstico

Esta fase pretende recolher e analisar a informação necessária à compreensão da paisagem nas suas diversas componentes biofísicas e humanas de forma integrada, bem como as suas dinâmicas evolutivas, pressões e constrangimentos. Inclui também o estudo da percepção da paisagem e dos instrumentos de gestão em vigor. Assume-se como a fase de estudo e corresponde, no essencial, ao que foi efectuado no âmbito do projecto Pertencer.

Definição de um projecto

Pressupõe a definição de grandes linhas de orientação para a gestão da paisagem, no sentido de identificar em termos espaciais e operacionais as acções que permitam preservar, valorizar, reabilitar ou criar novas paisagens. A fase de projecto deverá partir da identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos no sentido da definição de objectivos de paisagem, objectivos esses que deverão ser espacializados. Através do projecto serão definidas acções que permitam, em função dos casos, reforçar aspectos identitários da relação entre a população e a paisagem, promover a emergência de novas funções e novas identidades, reforçar ou recuperar as especificidades cujo valor simbólico ou funcional seja essencial para assegurar a relação entre a comunidade e o seu meio envolvente. Do projecto deve fazer parte um documento cartográfico e prospectivo, um documento escrito e, eventualmente outros documentos que traduzam as diferentes competências entre as partes implicadas ou as recomendações que possam ser estabelecidas.

Estabelecimento de Compromissos

Esta fase não passa propriamente pelo estabelecimento de um contrato formal mas pela assunção de compromissos e partilha de responsabilidades entre os diferentes grupos de actores envolvidos no processo, como é o caso dos eleitos, de outros actores institucionais e dos habitantes. Os objectivos de paisagem definidos na fase de projecto terão que ser contextualizados nas prioridades, objectivos e acções definidos pelos decisores políticos, terão que ser articulados com as prioridades e acções de outros actores institucionais em diferentes áreas de competência e, em particular, têm que ser compreendidos e assumidos pela população local. O sucesso do estabelecimento de compromissos e da partilha de responsabilidades, depende não só do trabalho efectuado

em cada um dos níveis de decisão referidos, mas também de uma boa articulação entre eles.

Por sua vez, a operacionalização da carta de paisagem, ainda que não corresponda a nenhuma figura formal de gestão de paisagem, depende de um conjunto de meios e de recursos, tais como: Meios técnicos; Meios humanos; Meios de comunicação; Meios regulamentares e Meios financeiros.

Uma vez identificados tais recursos e dotados de meios para a aplicação da carta de paisagem devem prever-se visitas de campo assíduas e a constituição de grupos de trabalho que assegurem as actividades indispensáveis ao aumento do capital social, nomeadamente através da constituição e dinamização de redes, de sessões de informação e esclarecimento da população face aos objectivos e planos de acção estabelecidos, o envolvimento do maior número possível de pessoas num plano de acção.

A par da operacionalização do plano de acção, a monitorização da sua implementação é de especial importância, por forma, não só a avaliar o seu impacto ao longo do tempo, mas também a identificar possíveis ajustes que tenham que ser feitos para uma maior eficiência e integração das várias componentes que possa incluir.

A monitorização deverá ser efectuada em função de uma bateria de indicadores que só poderão ser especificados em função do plano de acção que venha a ser definido. Deverão, contudo, incluir as diferentes componentes que pressupõem os objectivos de sustentabilidade para os quais o plano deve ser orientado, tais como: (i) Indicadores ambientais: Capital natural (stock de recursos naturais disponíveis que podem fornecer produtos e serviços no presente e no futuro), conceito que nos permite ter uma visão acerca das relações de dependência entre as pessoas e os recursos naturais (ar, água, solo, biomassa, biodiversidade) e das funções que tais sistemas podem assegurar; (ii) Indicadores sociais: Capital social (estrutura das redes sociais locais e nível de participação) e Capital humano (nível de satisfação e realização do indivíduo nas áreas da saúde, educação, família, afectividade/identidade com a paisagem e com a comunidade em que se insere.); (iii) Indicadores económicos: Relação entre rendimento e função da paisagem Sucesso da aplicação de políticas (PAC e, eventualmente outras políticas sociais e de emprego); (iv) Indicadores institucionais: Confiança nas instituições, parcerias estabelecidas, nível de cooperação.

Uma vez definida a carta de paisagem de acordo com a abordagem anteriormente proposta, deverá ser feita a sua apresentação pública perante os representantes das

entidades locais, regionais e, eventualmente, nacionais, bem como a sua divulgação junto de outros meios de comunicação que possam facilitar o estabelecimento de contactos e trocas de experiências facilitadoras da constituição de contactos com o exterior e o reforço das redes externas a estabelecer.

9. Recomendações para fases subsequentes do processo de participação

O trabalho desenvolvido no âmbito do projecto Pertencer que serviu de base empírica para a reflexão que consta destas provas constituiu-se como uma fase de diagnóstico em relação ao que poderá vir a ser um processo participativo conducente à proposta de definição de uma Estratégia Local de Desenvolvimento como instrumento de base social, orientador para a implementação do Plano de Desenvolvimento Rural nas freguesias do interior do concelho de Odemira. Não obstante, é importante considerar que este processo no seu todo implica um horizonte temporal bastante mais alargado e a disponibilidade de recursos humanos e financeiros complementares, bem como uma interacção mais profícua entre todos os actores que venham a ser considerados fundamentais envolver, sendo essencial adequar as metodologias participativas ao longo de todo o processo. A implementação de uma estratégia participativa através da qual se possam esperar uma influência positiva nas dimensões de confiança e do envolvimento e compromisso efectivo entre os vários actores, necessita uma perspectiva de longo prazo (Höppner, Frick and Buchecker, 2007) em que decorra um constante processo de aprendizagem comum (Buchecker, Hunziker and Kienast, 2003).

De entre as várias abordagens possíveis deverão combinar-se as que permitam a definição de um objectivo comum (Goal-Driven) associada às tendências verificadas e esperadas em termos de uso de solo e em termos sociais (Trend-Driven) (Steiner, 1999). Contudo, e independentemente das abordagens a utilizar é importante ter presente que o que se pretende em última instância com o processo participativo é o alcançar de uma base consensual para suportar um conjunto de intenções e acções (projecto) e a partilha de responsabilidade para a sua prossecução, e não a unanimidade de opiniões em relação aos temas em causa (Wadsworth, 1998). Atendendo a que a prossecução destas fases deverá conjugar representantes da população local e das várias entidades locais, e considerando que as características da população local deixam prever que apenas um número reduzido de representantes estará em condições de participar mais activamente

na discussão e formulação de um projecto e respectivo plano de acção, entende-se que poderá fazer sentido considerar dois momentos distintos. Um primeiro em que, através de um facilitador, promover-se-ia a discussão com todos os elementos da população local que queiram participar e a identificação de um ou mais representantes. Estes representantes, por sua vez, participariam nas reuniões com os restantes actores locais e encarregar-se-ão de informar a população local dos resultados dos trabalhos, dando início a um novo ciclo de discussão que se renovará o número de vezes necessário ao estabelecimento de compromissos e partilha de responsabilidades com vista à concretização do plano de acção que venha a ser definido. Em todo este trajecto é essencial que as entidades públicas locais tenham um papel claro em relação à sua disponibilidade e motivação de se envolverem, nomeadamente a Câmara Municipal de Odemira, a Direcção Regional de Agricultura e a Associação de Beneficiários do Mira.

Uma das particularidades que se veio a confirmar nestas áreas de estudo, comparativamente a outras no sul de Portugal, é de que a agricultura aqui pode ainda desempenhar um papel importante no desenvolvimento rural, particularmente aquela que está associada ao regadio. As entrevistas confirmam a sua relevância no que respeita aos aspectos funcionais que estabelecem a relação entre as pessoas e a paisagem. No entanto, é fundamental identificar novas culturas, novas práticas culturais, lógicas de fileira e novos mercados que possam assegurar a viabilidade económica. Como factor positivo deve considerar-se a existência do centro de transformação de produtos agrícolas e as dinâmicas já iniciadas que facilitarão a relação fundamental entre produção e transformação. A identificação de outras actividades, directa ou indirectamente relacionadas com a paisagem são fundamentais para assegurar a fixação da população, sendo de considerar que o grupo “mulheres desempregadas” constitui uma franja da população para quem uma parte destas actividades deveria ser orientada, atendendo a que apresentam, em média, uma escolaridade mais elevada que o grupo masculino, que permanece bastante relacionado com a actividade agrícola. O grupo de desempregados masculinos é igual ao feminino e poderá ser absorvido pelo desenvolvimento da actividade agrícola no geral. A definição das actividades que poderão constituir-se como a base para um projecto de desenvolvimento levanta uma questão de escala, acerca da qual é necessário reflectir a partir de uma consulta a diferentes decisores e instrumentos de ordenamento e gestão. Será a escala do lugar a mais adequada para a definição de uma Estratégia Local de Desenvolvimento? Se por um lado é possível considerar uma informação suficientemente detalhada e um mais

próximo contacto com a população local, por outro, não é possível descer ao nível micro-local sem a contextualização e a articulação com outros níveis superiores. Assim, torna-se indispensável que seja considerada a aplicação da metodologia proposta para dar seguimento ao processo que se iniciou com o projecto Pertencer, a uma escala superior que poderá estar ao nível da freguesia ou da unidade de paisagem. Uma vez cumprido esta etapa poderá então pensar-se em alargar a definição de um plano de acção à escala das freguesias do interior do concelho de Odemira

10. Conclusão

A experiência de Investigação-Acção levada a cabo no âmbito do projecto Pertencer, permitiu aplicar um conjunto de pressupostos teóricos e conhecimentos relacionados com a prática, dos quais foi possível retirar algumas conclusões, não só sobre a iniciativa em si, mas também sobre como aplicar os resultados desta aprendizagem em futuros projectos dentro desta área do conhecimento.

Esta experiência correspondeu à integração de dois ciclos entre os quais foi possível estabelecer um conjunto de pontos de ligação e interacção de modo a assegurar um paralelismo ao longo das diferentes fases do processo, sendo um e outro ciclo beneficiados como se se tratasse de uma relação de simbiose (Fig. 6). É nesta relação que deve assentar a Participação, não só como uma forma de aprendizagem comum das várias partes envolvidas, como também uma aprendizagem reflexiva no que toca à forma de construção e de crescimento das capacidades e do empreendedorismo que este ciclo possa gerar. Por outro lado é também desta inter-acção que se espera poder emergir uma oportunidade para a inovação como a assimilação das novas aprendizagens e do novo conhecimento criado, sendo assim possível identificar novas soluções práticas.

Para além disso, esta aprendizagem permitiu também reflectir acerca de uma melhor sistematização dessas diferentes fases do ciclo Investigação-Acção que deverão ser seguidas numa próxima oportunidade. Essas fases constam da Fig. 6, e poderão ser entendidas como linhas orientadoras do processo no seu conjunto.

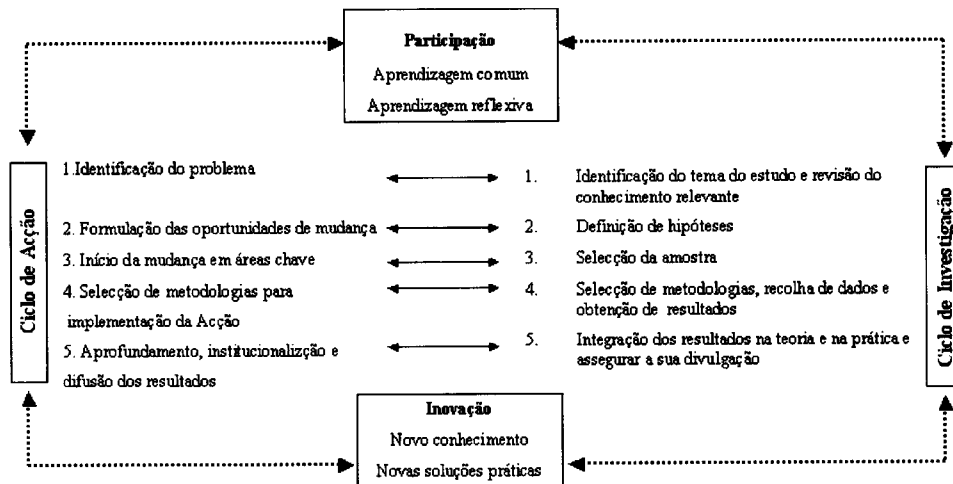


Figura 6 - Integração dos ciclos Acção – Investigação com vista à Participação e Inovação aplicada à gestão participativa da paisagem (adaptado de White, 1991)

Assim, o ciclo Investigação-Acção cumpriu-se para a fase de diagnóstico do projecto Pertencer, mas a próxima fase de definição de projecto e do plano de acção poderá já beneficiar dos resultados obtidos e da aprendizagem efectuada por todos os actores envolvidos. O ciclo que caracteriza a Investigação-Acção parece corresponder a um ciclo constituído por outros ciclos, interiores a este e de menor dimensão, em que em cada uma das fases se podem obter resultados esperados e outros imprevisíveis, fazendo do processo um percurso dinâmico e flexível, onde a incerteza e a complexidade são inevitáveis, pois são elas que tornam este desafio estimulante e enriquecedor.

Referências bibliográficas

- Abreu, A. C., Pinto- Correia, T., Oliveira, R., 2004.** *Contribuição para a Identificação e Caracterização das Paisagens de Portugal Continental*, Universidade de Évora, Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.
- Ambroise, R., Bonneaud, F. and Brunet-Vinck, V., 2000.** *Agriculteurs et Paysages. Dix exemples de projets de paysage en agriculture*, Educagri Éditions.
- Baptista, F. et al, 2006.** *As Dinâmicas Sócioeconómicas do Espaço Rural do Continente*, Projecto AGRO 62, ISA, INIAP, ANIMAR.
- Buchecker, M., Hunzinker, M. and Kienast, F., 2003.** *Participatory landscape development: overcoming social barriers to public involvement*, Landscape and Urban Planning, Volume 64, Issues 1-2, pp 22-46.
- Conselho da Europa, 2000.** *Convenção Europeia da Paisagem e Relatório Explicativo*. T-Land (2000)6. Estrasburgo.
- Convenção de Åarhus**, <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l28140.htm>.
- Dolman, P.M., Lovett, A., O’Riordan, T and Cobb, D, 2001.** *Designing Whole Landscapes*, Landscape Research, Vol 26, nº 4, 305-335, 2001.
- Fernández, D.M., 2002.** *Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural*; Sociedad, Cultura y Educación; Universidad Internacional de Andalucía/ AKAL.
- Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzam, S., Scott, P. and Trow, M. , 1994.** *The New Production of Knowledge: The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*, Sage.
- Gorgeu, Y. and Jenkins, C. (coord), 1995.** *La Charte Paysagère*, Federation des Parcs Naturels Régionaux de France.
- Greenwood, D.J. and Levin, M., 1998.** *Introduction to Action Research – Social Research for Social Change*. Sage Publications, USA.
- Guisepelli, E, 2001.** *Le paysage comme Object et Outil de Negociation des Actions de Developpement dans les Alpes du Nord*. Thèse de doctorat en Géographie Humaine, Université Paris I.
- Healy, P., 1997.** *Collaborative Planning. Shaping Places in Fragmented Societies*. Macmillan Press, London.
- Hidroprojecto, (s/ data).** *Reabilitação do aproveitamento hidroagrícola do rio Mira. Estudo Prévio*.

- Höppner, C., Frick, J. and Buchecker, M., 2007.** *Assessing psycho-social effects of participatory landscape planning.* Landscape and Urban Planning (in Press, Corrected Proof), 7 pp.
- INE, 2001.** *Censos da População.* Instituto Nacional de Estatística.
- Kaplan, R., Kaplan, S. and Ryan, L., 1998.** *With People in Mind. Design and Management of Everyday Nature.* Island Press.
- Kelly, E. D. and Becker, B., (2000)** *Community Planning. An Introduction to the Comprehensive Plan,* Island Press.
- Langeveld, H and Roling, N. (eds.), 2006.** *Changing European farming systems for a better future. New visions for rural areas.* Wageningen Academic Publishers.
- Lenz, R. and Lenz, Peters, 2006.** Steps to an application-oriented landscape research. Ecological Indicators, volume 6, Issue 1, pp 250-263.
- Luginbühl, Y., 1991.** Le paysage rural. La couleur de l'agricole, la saveur de l'agricole, mais que reste-t-il de l'agricole? Etudes Rurales, «De l'agricole au paysage», 121-124: pp, 27-44.
- Luz, F., 2000.** *Participatory landscape ecology – a basis for acceptance and implementation.* Landscape and Urban Planning, Volume 50, Issues 1-3, pp 157-166.
- MacFarlane, R., 2000.** *Managing whole landscapes in the post-productive rural environment* in Benson, J.F. and Roe, M. (eds). Landscape and sustainability, Spon Press.
- Magalhães, M.R., 2001.** *A Arquitectura Paisagista. Morfologia e Complexidade.* Editorial Estampa, Lisboa.
- Maderuelo, J., (2005).** *El Paisaje. Génesis de un concepto.* Abada Editores.
- MADRP (Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas), 2007.** *Plano de Desenvolvimento Rural (continente).*
- MADRP (b)(Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas), 2007.** *Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural.*
- MADRP (Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas), Grupo de Reflexão Estratégica, 2005.** *Orientações para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural* (Doc. 27.12.2005 ver.1)
- MAOTDR (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional), 2006.** *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Plano de Acção.*

- Moors, E.H.M., Rip, A. and Wiskerke, J.S.C, 2004.** *The dynamics of Innovation: A multilevel Co-Evolutionary Perspective in* Wiskerke, J.S.C. and Van der Ploeg, J.D. (eds), *The seeds of transition. Essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*, Royal Van Gorcum.
- Moreno, L. M. C., 2002.** *Desenvolvimento Local em Meio Rural. Caminhos e Caminhantes.* Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Musacchio, L., Ozxdenerol, E., Bryant, M. and Evans, T. (2005).** *Changing landscapes, changing disciplines: seeking to understand interdisciplinary in landscape ecological change research.* *Landscape and Urban Planning* 73, pp 326-338.
- Nielsen, K.A and Svensson, L (eds.), 2006.** *Action Research and Interactive Research.* Shaker Publishers.
- Nowotny, H., Scott, P., Gibbons, M., 2002.** *Re-Thinking Science – Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty*, Policy Press.
- Oliveira, R., Dneboská, M. and Pinto Correia, T., 2007.** *From Landscape Perception to Landscaping Action. How long is the way? In* *Landscapes; From Knowledge to action.* Terrasson, D., Luginbühl, Y., Berlan-Darque, M. (Edts.). Editions Quae, Versailles. (in Press).
- Oliveira, R. and Baptista, I, 2000.** *Guadiana vivo. Uma Abordagem Participada ao Planeamento e Gestão do Parque Natural do Vale do Guadiana.* Associação de Defesa do Património de Mértola.
- Peterson, A., 2006.** *Farms between Past and Future. Local perspectives for farm planning, design and the new production of landscape values.* Doctoral Thesis no 2006:17, Faculty of Landscape Planning, Horticulture and Agricultural Science, Sweden.
- Reason, P., 2001.** *Learning and Change through action research.* In J. Henry (ed.), *Creative Management.* Sage.
- RGA, 1989.** *Recenseamento Geral da Agricultura*, Instituto Nacional de Estatística.
- RGA, 1999.** *Recenseamento Geral da Agricultura*, Instituto Nacional de Estatística.
- Roca, Z. and Oliveira-Roca, M.J., 2007.** *Affirmation of territorial identity: a development policy issue.* *Land Use Policy*, Issue 2 pp 434-442.
- Steiner, F., 1999 (2nd Ed.).** *The living landscape. An Ecological Approach to Landscape Planning.* McGraw-Hill, Professional Architecture.

- Téllez, F.A., 2002.** *Gestión Sostenible de Paisajes Rurales. Técnicas e Ingeniería.* Fundación Alfonso Martín Escudero.
- Tress, B., Tress, G. and van der Valk, A., 2003.** *Interdisciplinary and transdisciplinary in landscape studies – the Wageningen Delta approach.* Delta Series 2.
- Van der Ploeg, J.D., Long, A., and Banks, J., 2003.** *Living Countrysides – Rural Development Process in Europe: The State of the Art,* Elsevier.
- Veiga, B.G.A., 2007.** *Participação Social e Políticas Públicas sobre Gestão das Águas: Olhares sobre as experiências do Brasil, Portugal e França.* Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasil.
- Volker, K., 1997.** *Local commitment for sustainable rural landscape development.* Agriculture Ecosystems & Environment 63, pp 107-120.
- Wadsworth, Y., 1998.** *What is Participatory Action Research?* Action Research International, Paper 2.
- Whyte, W. (ed.), 1991.** *Participatory Action Research,* A Sage Focus Edition, Sage Publications.

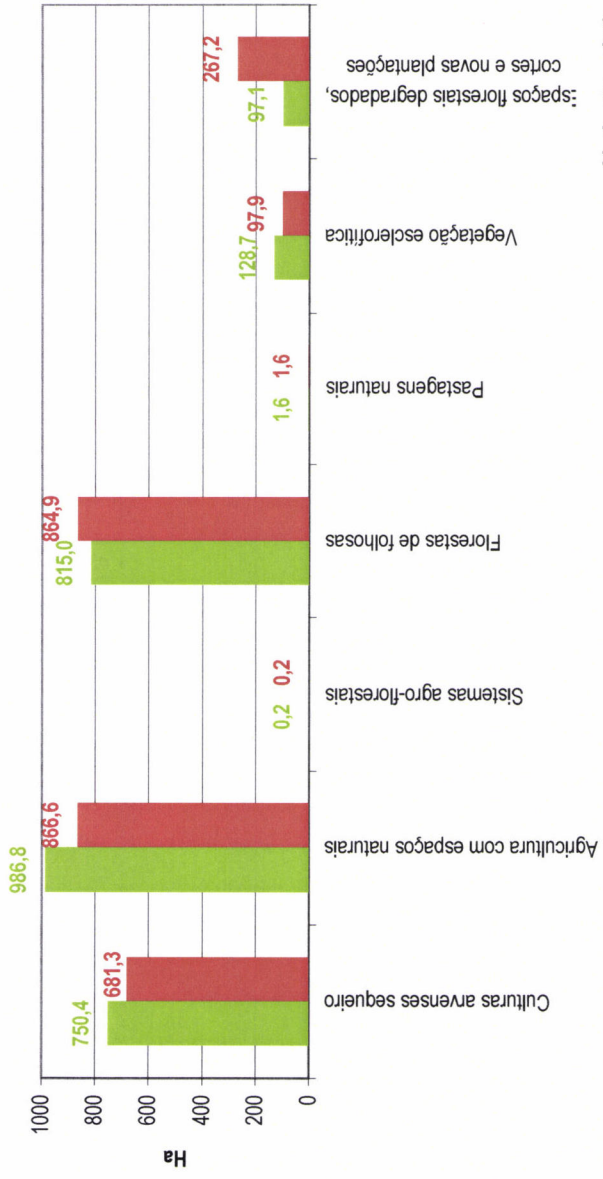
ANEXOS

- 1. Transformações da Ocupação do Solo**
- 2. Guiões das entrevistas**
- 3. Resultados das Entrevistas**
- 4. Elementos da História Local**
- 5. Estrutura da Propriedade**
- 6. Caracterização das explorações agrícolas**
- 7. Fotos das áreas de estudo e das actividades do projecto**
- 8. Programa do Seminário Pertencer**
- 9. Artigo “From the Landscape Perception until the Landscaping Action. How long is the way?”**

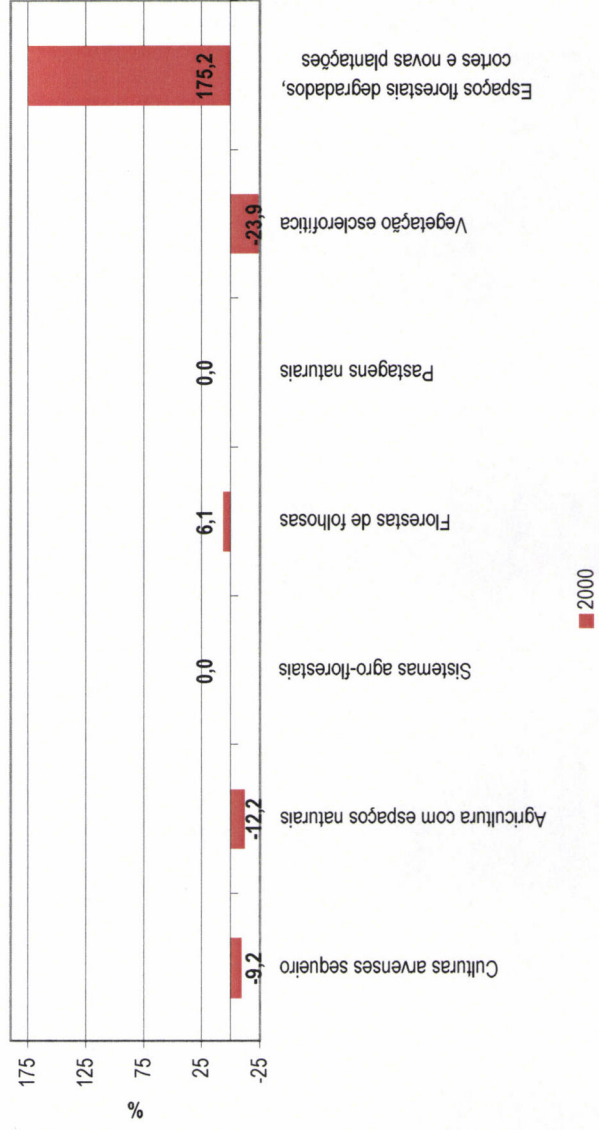
ANEXO 1

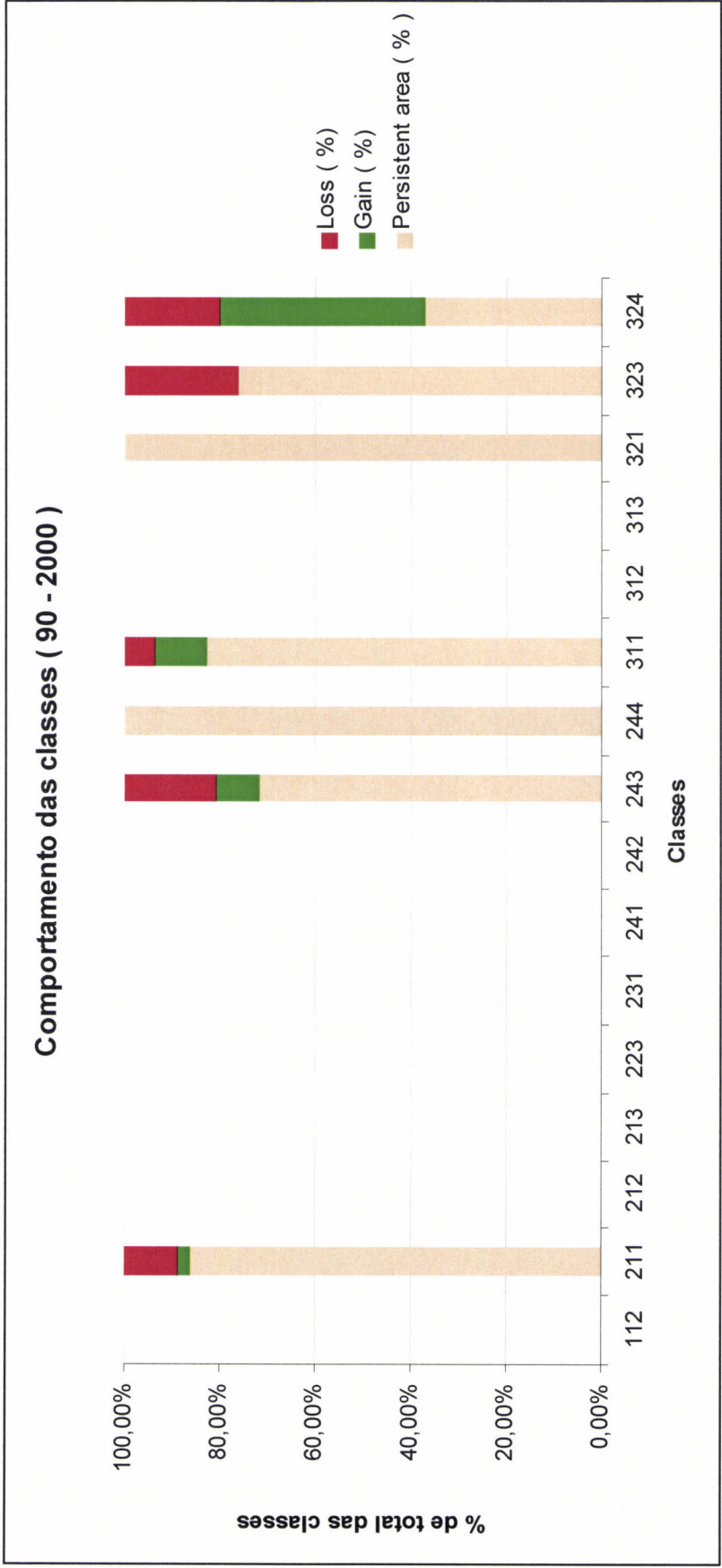
Transformações da Ocupação do Solo

Ocupação do solo em 1990 e 2000 em Corte Brique



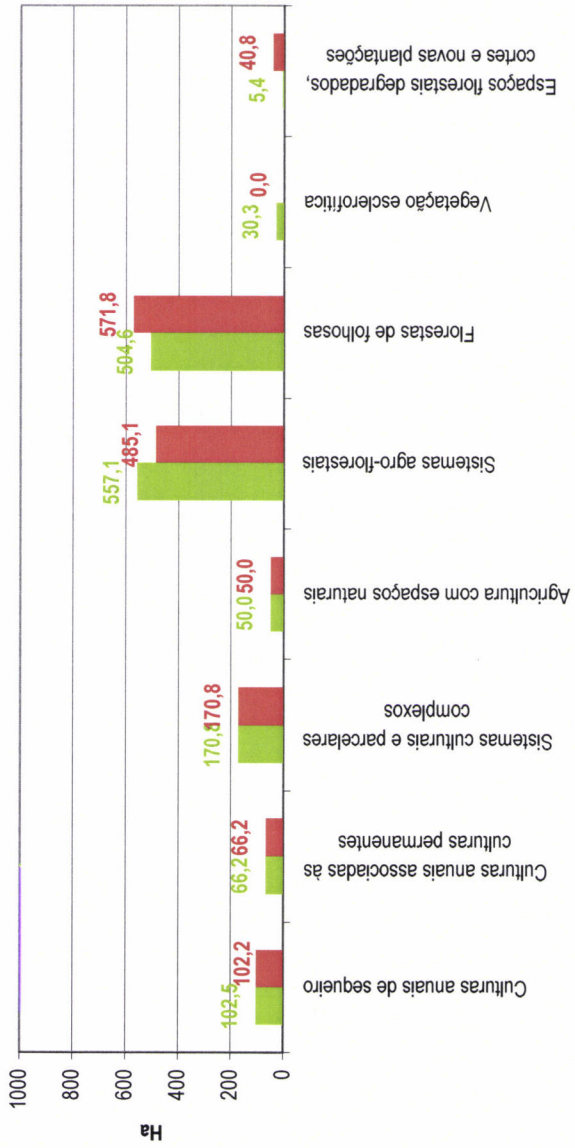
Varição relativa entre 1990 e 2000 em Corte Brique



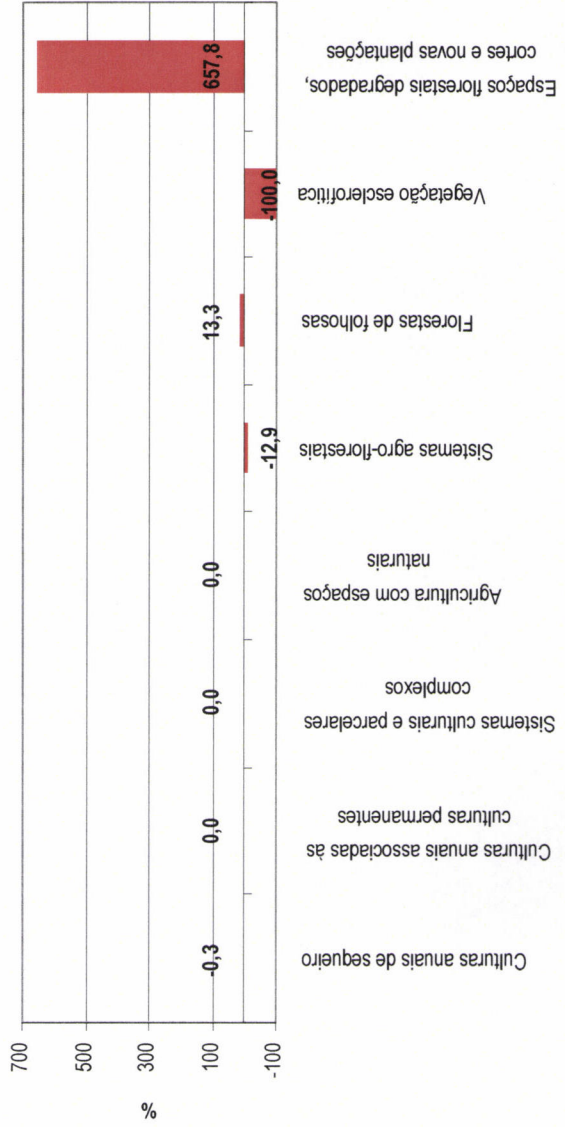


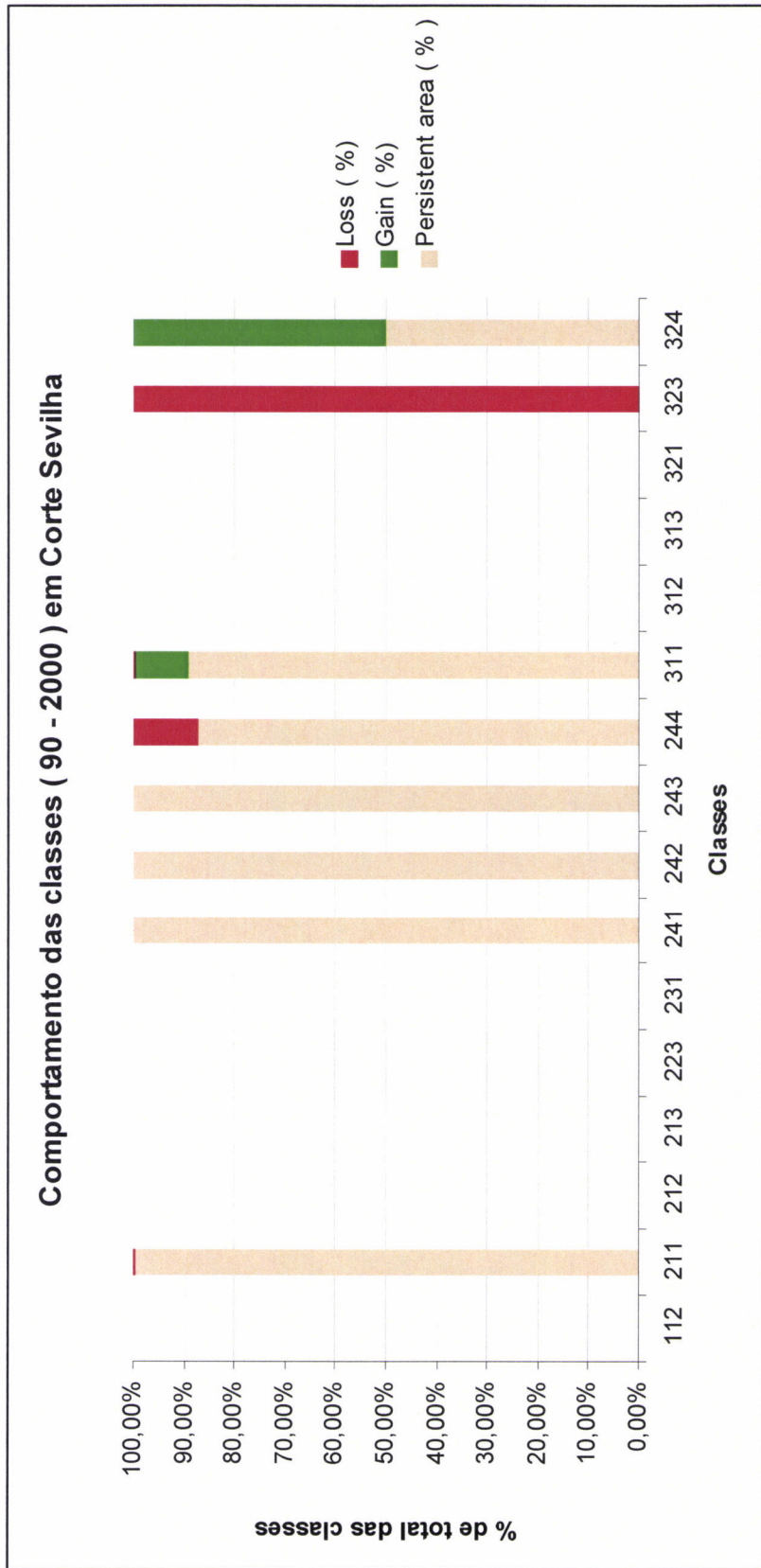
Legenda para leitura das classes de ocupação do solo no final do Anexo 1. (Nomenclatura CORINE)

Ocupação do solo em 1990 e 2000 em Corte Sevilha



Varição relativa entre 1990 e 2000 em Corte Sevilha





Legenda para leitura das classes de ocupação do solo no final do Anexo 1. (Nomenclatura CORINE)

Nomenclatura CORINE

Nível 1	Nível 2	Nível 3
1. Territórios artificializados	1.1 Tecido urbano	1.1.1 Tecido urbano contínuo 1.1.2 Tecido urbano descontínuo
	1.2 Indústria, comércio e transportes	1.2.1 Indústria, comércio e equipamentos gerais 1.2.2 Redes viárias e ferroviárias e espaços associados 1.2.3 Zonas portuárias 1.2.4 Aeroportos
	1.3 Áreas em construção, de extracção, e de deposição de resíduos	1.3.1 Áreas de extracção mineira 1.3.2 Áreas de deposição de resíduos 1.3.3 Áreas em construção
	1.4 Zonas verdes ordenadas	1.4.1 Espaços verdes urbanos 1.4.2 Equipamentos desportivos e de lazer
2. Áreas agrícolas	2.1 Culturas anuais	2.1.1 Culturas anuais de sequeiro 2.1.2 Culturas anuais de regadio 2.1.3 Arrozais
	2.2 Culturas permanentes	2.2.1 Vinhas 2.2.2 Pomares 2.2.3 Olivais
	2.3 Pastagens	2.3.1 Pastagens
	2.4 Áreas agrícolas heterogéneas	2.4.1 Culturas anuais associadas às culturas permanentes 2.4.2 Sistemas culturais e parcelares complexos 2.4.3 Agricultura com espaços naturais 2.4.4 Sistemas agro-florestais
3. Florestas e meios semi-naturais	3.1 Florestas	3.1.1 Florestas de folhosas 3.1.2 Florestas de resinosas 3.1.3 Florestas mistas
	3.2 Vegetação arbustiva e herbácea	3.2.1 Pastagens naturais 3.2.2 Matos 3.2.3 Vegetação esclerofítica 3.2.4 Espaços florestais degradados, cortes e novas plantações
	3.3 Zonas descobertas e com pouca vegetação	3.3.1 Praias, dunas e areais 3.3.2 Rocha nua 3.3.3 Vegetação esparsa 3.3.4 Áreas áridas 3.3.5 Neves eternas e glaciares
4. Zonas húmidas	4.1 Zonas húmidas interiores	4.1.1 Paais 4.1.2 Turfeiras
	4.2 Zonas húmidas costeiras	4.2.1 Sapais 4.2.2 Salinas 4.2.3 Zonas intertidais
5. Massas de água	5.1 Águas interiores	5.1.1 Linhas de água 5.1.2 Planos de água
	5.2 Águas marinhas	5.2.1 Lagunas litorais 5.2.2 Estuários 5.2.3 Mar e oceano

ANEXO 2

Guiões das entrevistas

GUIÃO DE ENTREVISTA A APLICAR AOS AGRICULTORES DAS LOCALIDADES DE CORTE BRIQUE E DE CORTE SEVILHA NO ÂMBITO DO PROJECTO PERTENCER, DA RESPONSABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO TAIPA EM COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Código da Entrevista (Iniciais do Local- nº da entrevista- Iniciais do entrevistador

Nome do Entrevistador _____

Local da entrevista _____ Dia _____ Hora _____

Nome _____

Morada _____

Telefone _____

Nacionalidade _____

Idade _____

- >18 e < 25 anos
- >25 e < 50 anos
- > 50 e < 65 anos
- > 65 anos

Género _____

Profissão _____ Habilitações Literárias

Situação do inquirido relativamente ao local de residência

- Reside neste lugar há menos de 5 anos. Onde viveu antes? _____
- Reside neste lugar há mais de 5 anos. Onde viveu antes? _____
- Sempre residiu neste lugar

Caracterização da exploração

1. Descreva a sua exploração nos aspectos que lhes parecerem mais relevantes.

Historial da exploração

2. A que transformações tem estado sujeita a sua exploração nos últimos 50 anos?

- Agricultura – Pastagem
- Agricultura – Floresta
- Agricultura – Matos
- Matos – Agricultura
- Matos – Pastagem
- Outras culturas agrícolas
- Outras _____

Gestão da exploração

2. Beneficiou de apoios da PAC? Se sim, de que medidas?

4. Está satisfeito com as oportunidades que a PAC incluiu?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Insatisfeito

5. Qual a sua opinião relativamente às medidas previstas pela PAC (2007-2013)?

- Muito adequadas
- Adequadas
- Pouco adequadas
- Não sabe

6. Que planos tem para a exploração à luz dessas medidas?

- Continuar a mesma actividade
- Iniciar novas actividades
- Abandonar a actividade
- Não tem planos

Participação em redes locais

7. Que tipo de inter-relações estabelece com outros agricultores ou entidades que os representem?

- Reuniões locais informais
- Reuniões na Associação de Produtores
- Reuniões com outras entidades
- Não estabelece inter-relações

8. Estaria disponível para participar em estratégias locais para a gestão da paisagem?

GUIÃO DE ENTREVISTA A APLICAR AOS RESIDENTES DAS LOCALIDADES DE CORTE BRIQUE E DE CORTE SEVILHA NO ÂMBITO DO PROJECTO PERTENCER, DA RESPONSABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO TAIPA EM COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Código da Entrevista (Iniciais do Local- nº da entrevista- Iniciais do entrevistador

Nome do Entrevistador _____

Local da entrevista _____ Dia _____ Hora _____

Nome _____

Morada _____

Telefone _____

Nacionalidade _____

Idade _____

- >18 e < 25 anos
- >25 e < 50 anos
- > 50 e < 65 anos
- > 65 anos

Género _____

Profissão _____ Habilitações Literárias _____

Situação do inquirido relativamente ao local de residência

- Reside neste lugar há menos de 5 anos. Onde viveu antes? _____
- Reside neste lugar há mais de 5 anos. Onde viveu antes? _____
- Sempre residiu neste lugar

A. Acerca do conceito de paisagem

1. O que é para si a paisagem de Corte Brique/Corte Sevilha?

2. Identifique 5 dos principais elementos que a constituem

- 1. _____
- 2. _____
- 3. _____
- 4. _____
- 5. _____

B. Acerca das transformações da paisagem

6. Na sua opinião o que tem mudado nesta paisagem?

- As culturas agrícolas
- As pessoas
- O trabalho
- As tradições
- Outras _____

7. A que se deve a mudança?

- Ao mercado
- À Política Agrícola Comum
- À perda de população
- A todas
- Outra _____

8. Identifique aspectos positivos e negativos dessa mudança.

Positivo

Emprego
Ambiente
Qualidade de vida
Desertificação
Outra _____

Negativo

9. Na sua opinião o que fazia falta mudar?

10. O que acha que nunca deveria mudar?

C. Acerca do sentimento de pertença

11. Existe algum aspecto que o faça sentir-se particularmente ligado a esta paisagem? Se sim, qual/quais?

12. De que modo pode esta paisagem ser-lhe útil? Que funções tem para si?

D. Visão da paisagem do futuro

13. Como gostaria que fosse a paisagem de Corte Brique/Corte Sevilha num prazo de 20 anos?

14. Tem alguma proposta que pudesse contribuir para uma melhor gestão da paisagem?

15. Qual ou quais as instituições que mais influenciam a gestão da paisagem em Corte Brique/Corte Sevilha?

16. Sente-se satisfeito com o desempenho dessas instituições?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Nada satisfeito

17. Já alguma vez participou nas decisões que interferem na gestão da paisagem de Corte Brique/Corte Sevilha?

17.1. Se sim, em que situação?

17.2. Se não, gostaria de participar?

- Gostaria muito
- Gostaria
- Não gostaria

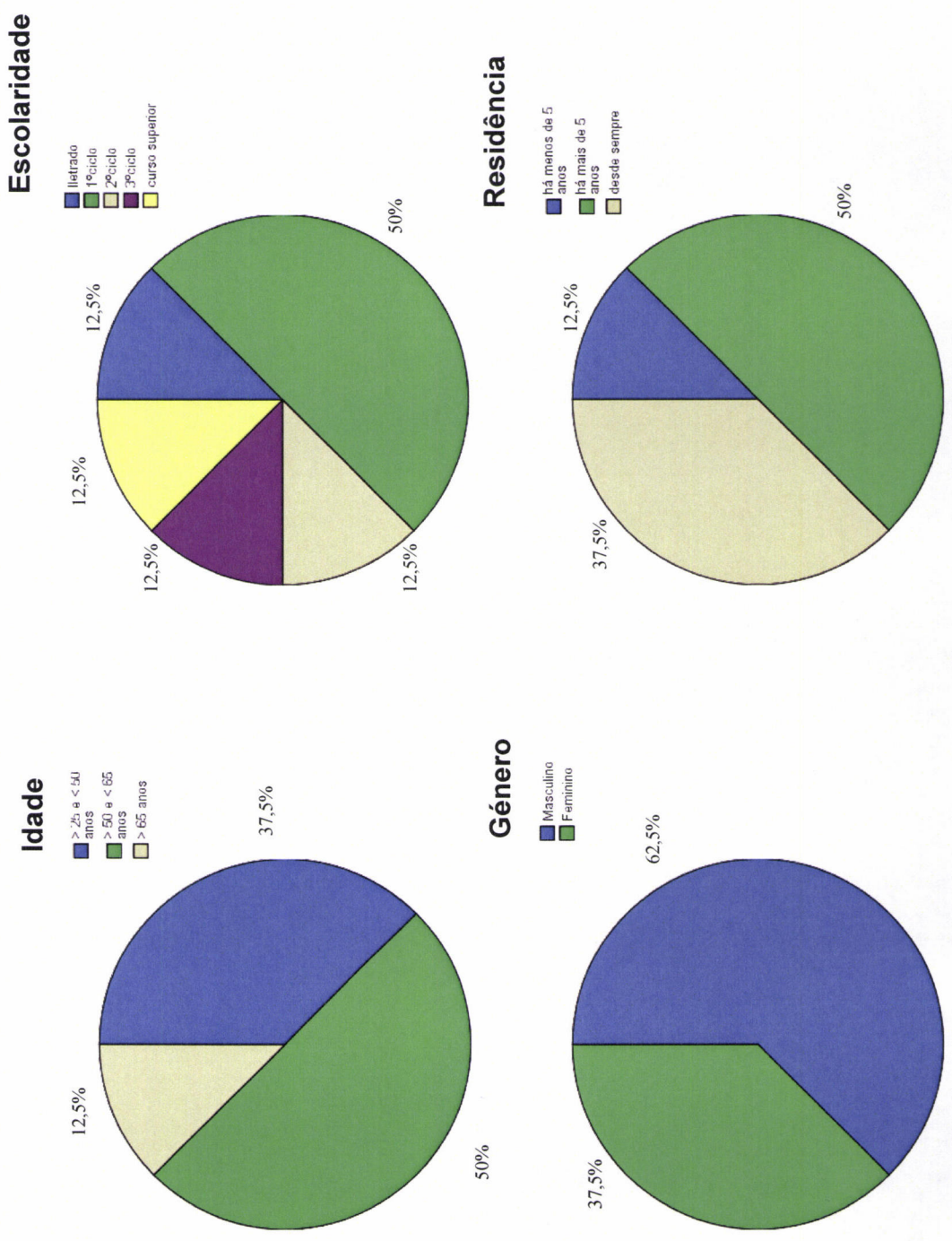
ANEXO 3

**Anexo 3A
Resultados das Entrevistas
aplicadas aos agricultores**

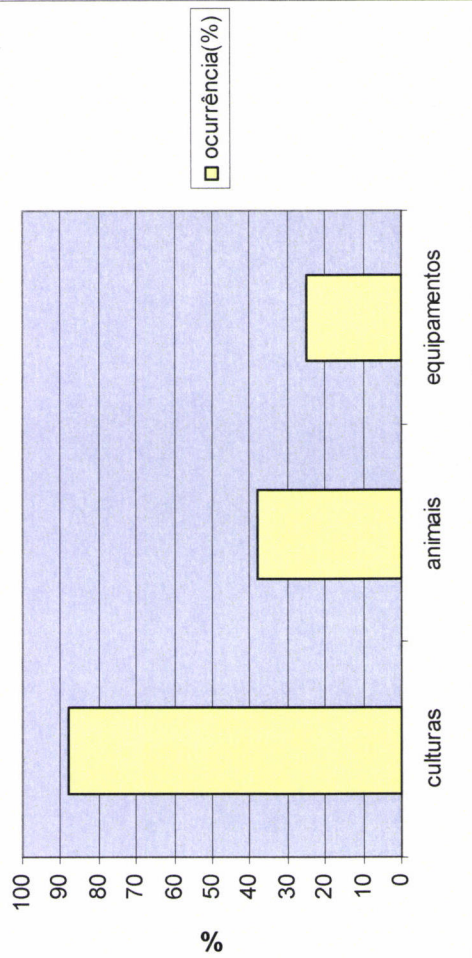
**Anexo 3B
Resultados das Entrevistas
aplicadas aos residentes**

Anexo 3A

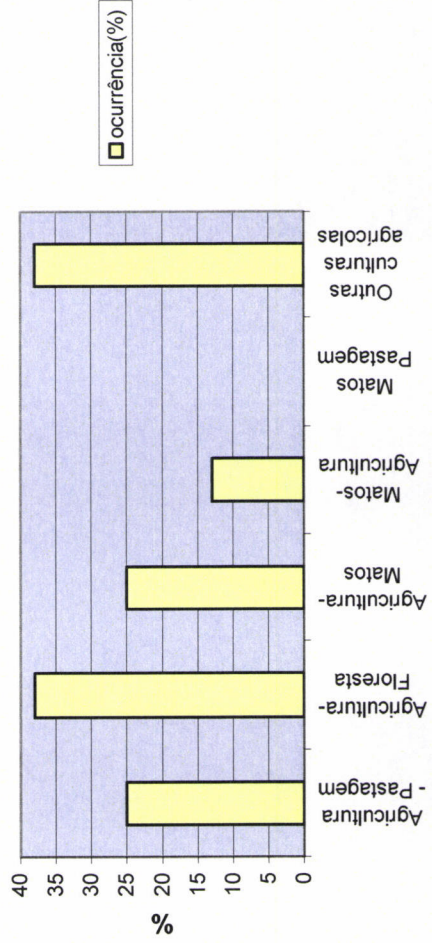
Caracterização da Amostra de Agricultores entrevistados (n=8)



Principais elementos que descrevem a exploração



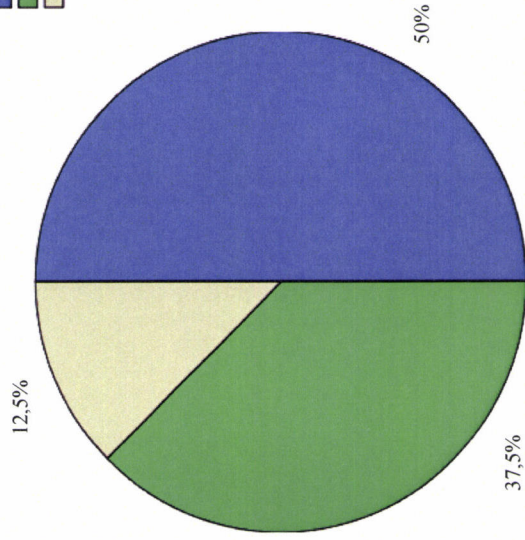
Principais transformações que ocorreram na exploração nos últimos 50 anos



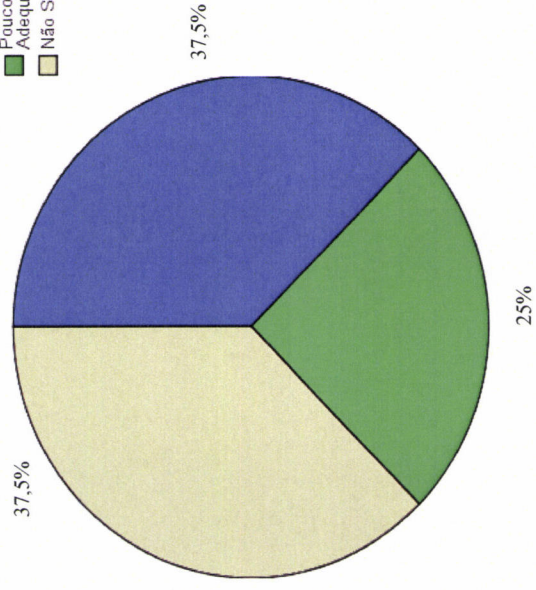
Avaliação da PAC

Opinião sobre a futura PAC (2007-2013)

Nível de satisfação com a PAC

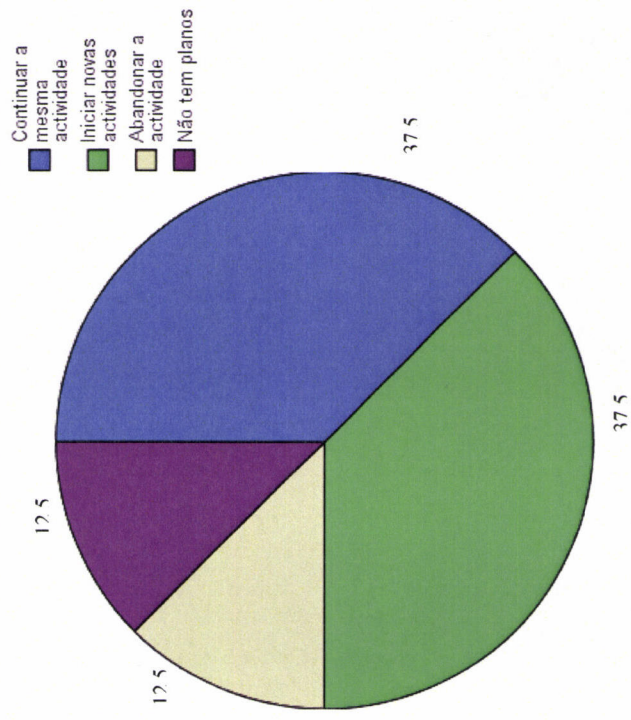


Opinião



Objectivos em relação ao futuro da exploração (Plano de Exploração)

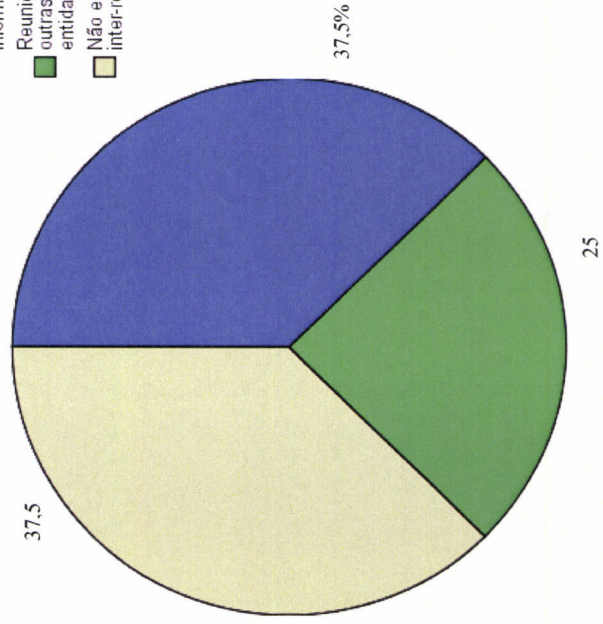
Plano de Exploração



Tipo de eventos em que participou

Tipo de eventos

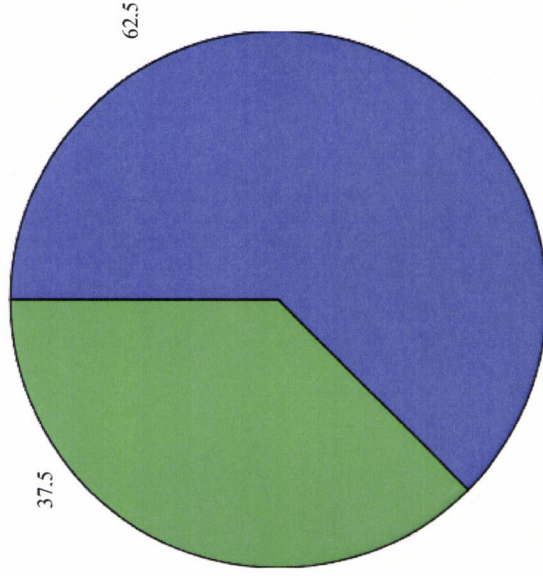
- Reuniões locais informais
- Reuniões com outras entidades
- Não estabelece inter-relações



Motivação para participação futura

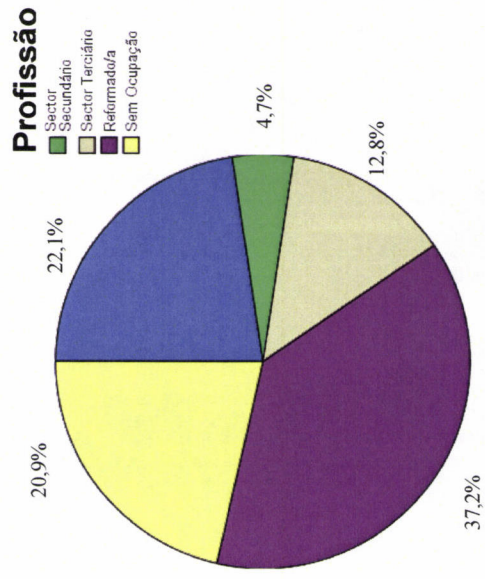
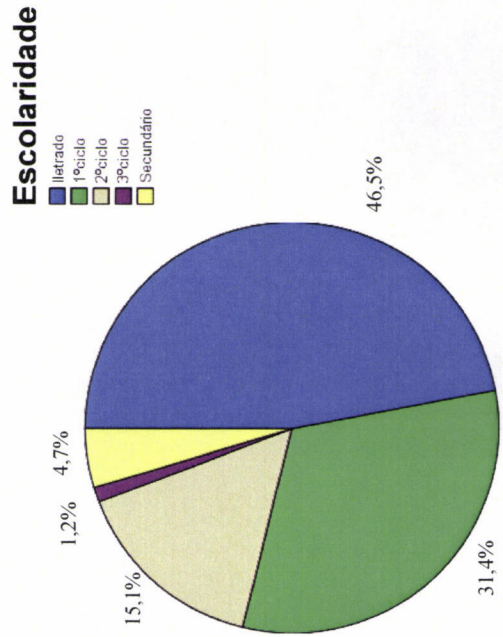
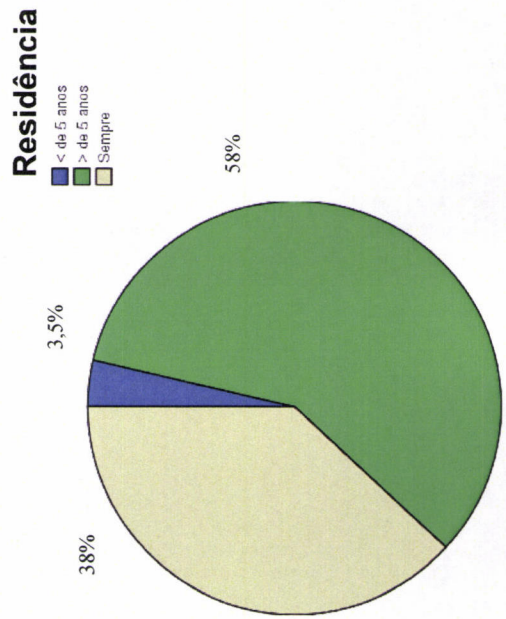
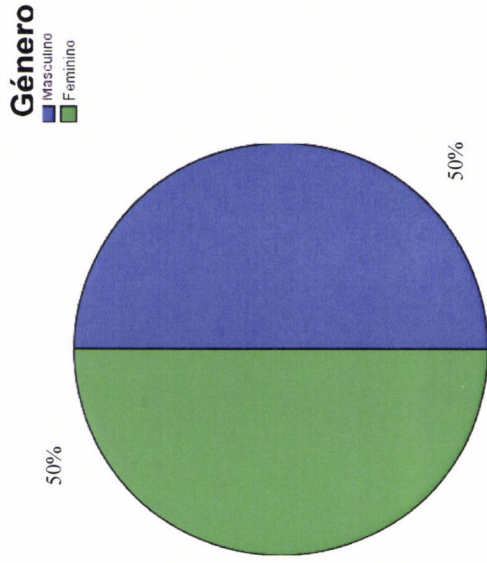
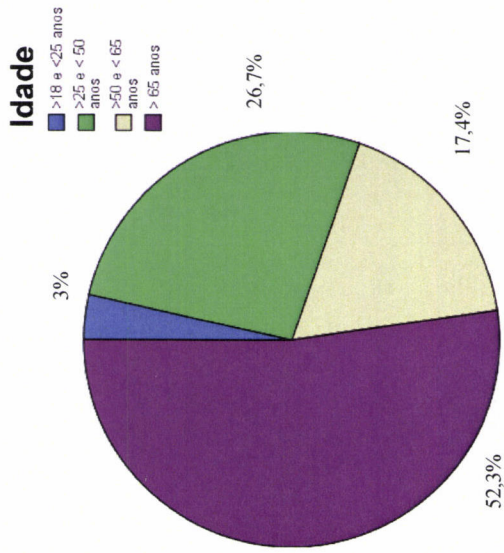
Motivação

- Sim
- Não

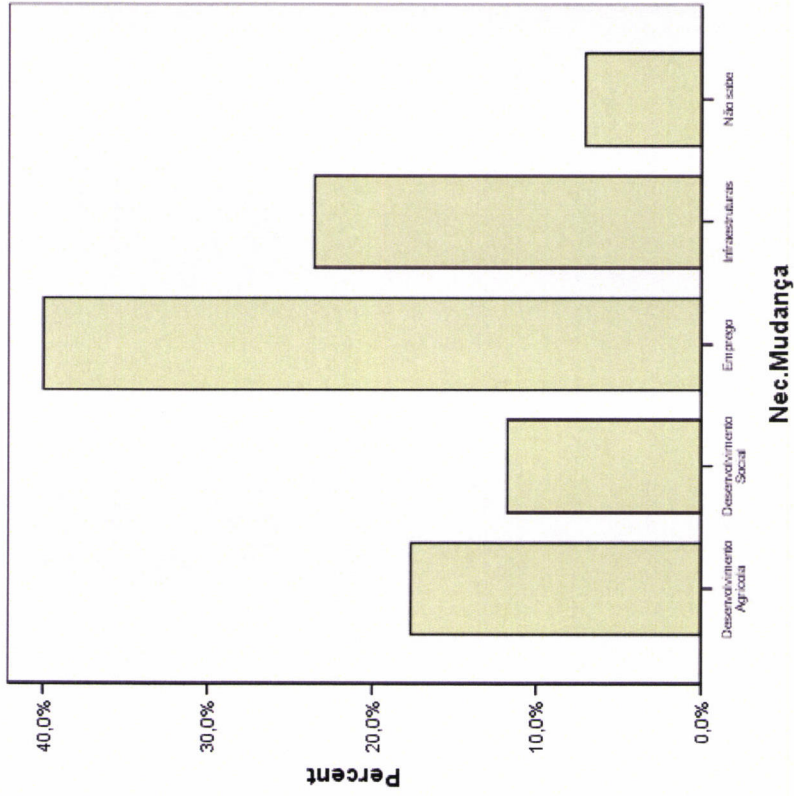


Anexo 3B

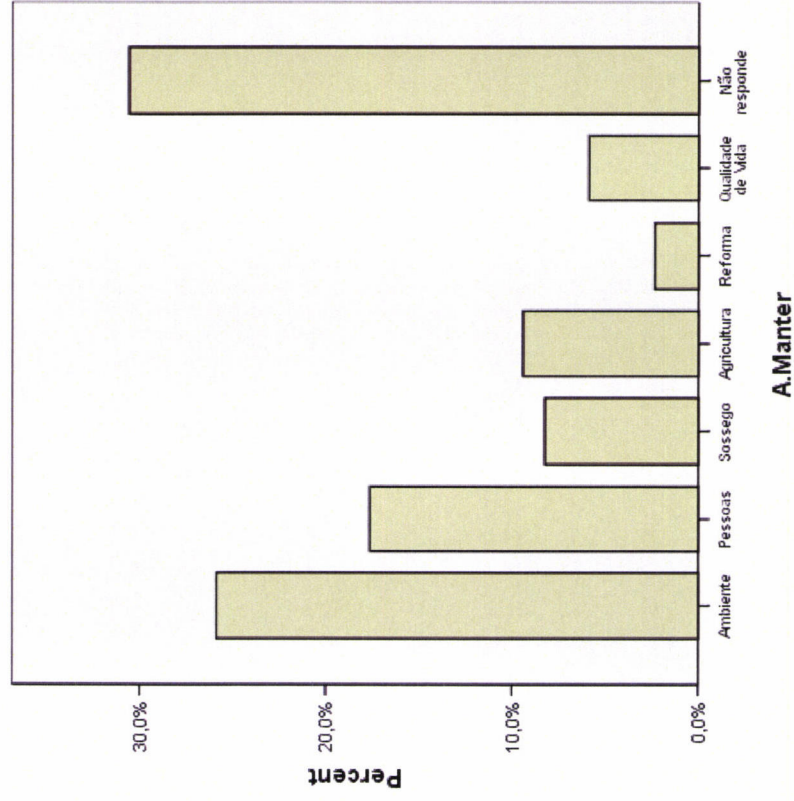
Caracterização da Amostra dos Residentes entrevistados (n=87)



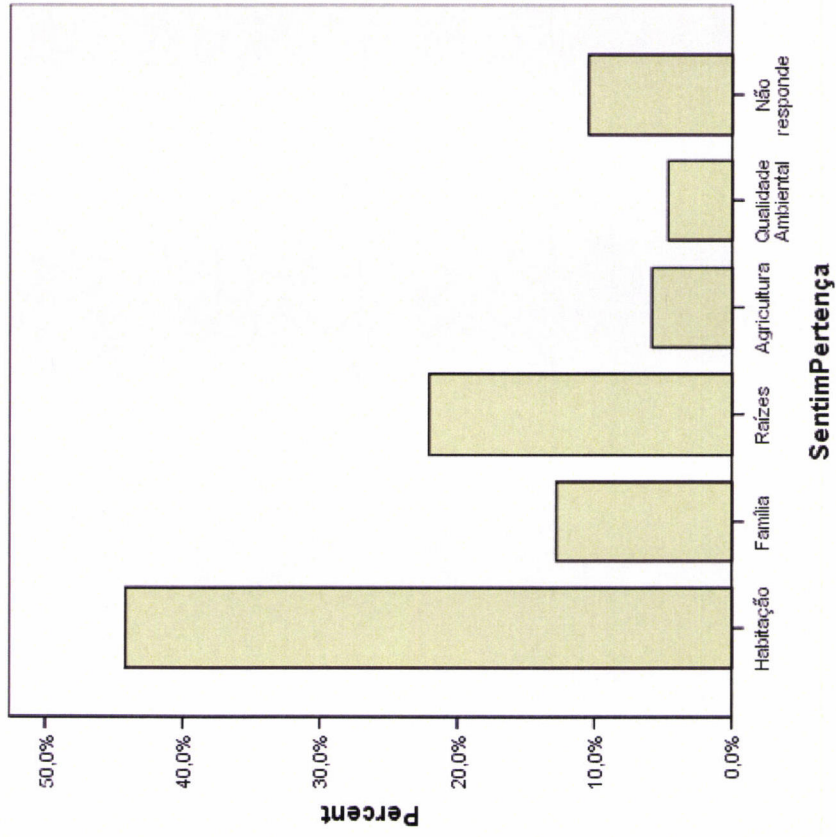
Necessidade de mudança nas áreas de estudo



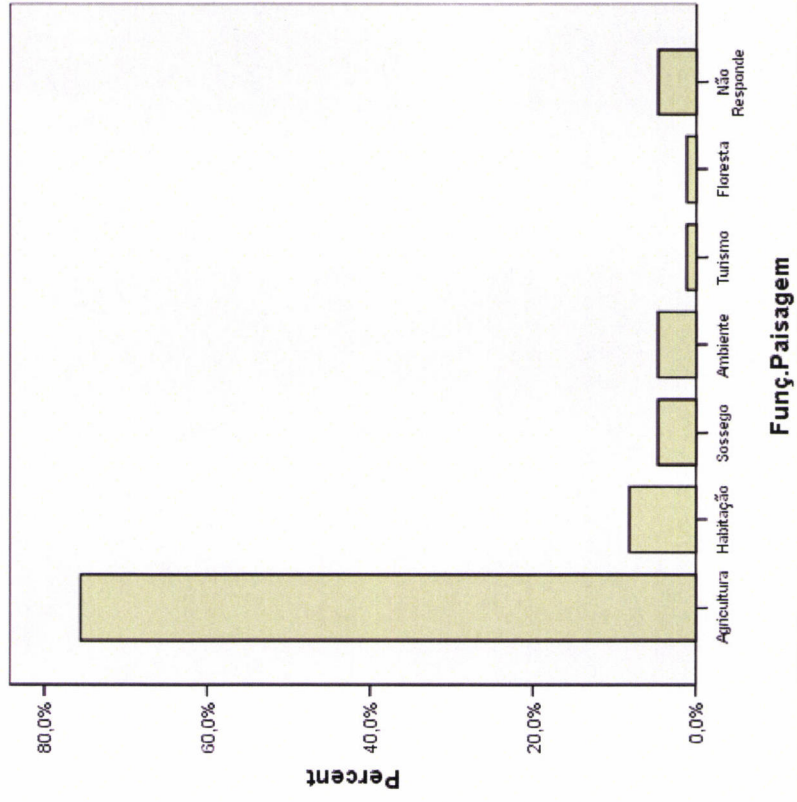
Aspectos a manter nas áreas de estudo



Sentimento de Pertença em relação ao local de residência



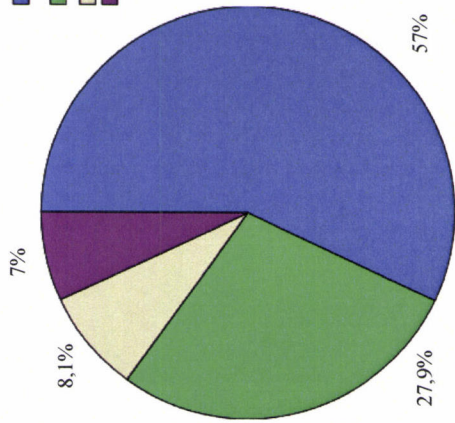
Funções mais relevantes da paisagem local



Contexto Institucional com influência na gestão da paisagem local

Instituições

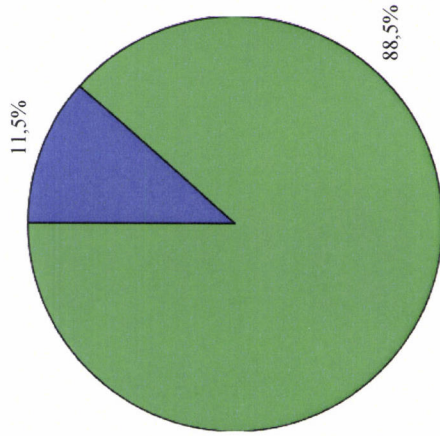
- Câmara Municipal
- Junta de Freguesia
- Outra
- NS/NR



Experiências de participação anteriores

Participação

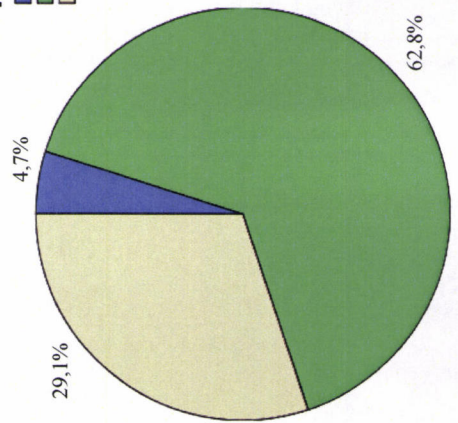
- Sim
- Não



Nível de satisfação quanto ao desempenho Institucional

Nível de satisfação

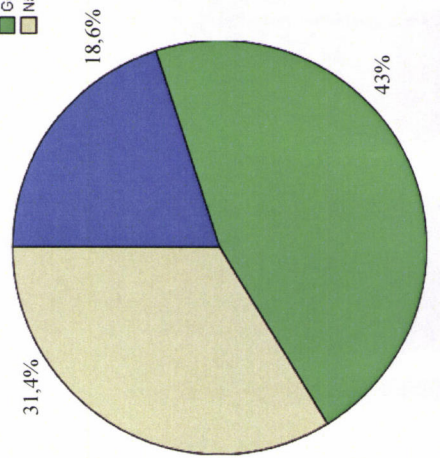
- Muito Satisfeito
- Satisfeito
- Nada Satisfeito



Motivação para a participação futura

Motivação

- Gostaria Muito
- Gostaria
- Não Gostaria



ANEXO 4

Elementos da historia local

Os vales de Corte Brique e Tramagueira/Telhares – elementos históricos

Por António Martins Quaresma

Um pouco a jusante da barragem de Santa Clara, alguns afluentes do rio Mira descem de norte e de sul para este rio, que encontram nas proximidades da povoação de Sabóia.

A norte, correndo da serra dos lados de S. Martinho, a ribeira de Corte Brique vai, nas proximidades da Padrona de Cima, afluir à de Luzianes que, por sua vez, se junta à ribeira do Totenique e desagua no Mira. Do lado sul, descem também na direcção do Mira algumas ribeiras, entre as quais a de Telhares que se junta com a da Tramagueira, do lado direito e a de Torquines do lado esquerdo. O nome ribeira de Corte Sevilha para designar a ribeira da Tramagueira também surge em documentação histórica, mas uma vez que a cartografia a designa por este segundo nome, optámos por ela no título deste trabalho.

A rede de cada um destes afluentes do Mira é definida pelas águas vertentes de cada um dos sistemas orográficos a norte e a sul.

Um dado histórico significativo: por estes dois vales corria, pelo menos desde a Idade Média, uma antiga estrada que vinha de Garvão para o Algarve¹⁶ e por eles foi estabelecida a fronteira entre o concelho (e, desde o século XV, também condado) de Odemira e terras do senhorio da Ordem de Santiago. Até às reformas do ordenamento administrativo do território português levadas a cabo pelo Estado liberal, no século XIX, essa fronteira subsistiu. Portanto, eixos de circulação e limites entre domínios senhoriais, eis a prévia realidade histórica com que deparamos.

Como é frequente, a designação dos respectivos vales, enquanto unidades demográficas e económicas, não é historicamente datável, nem ainda hoje é clara. A norte, o vale de Corte Brique, com início na barragem de Corte Brique até aproximadamente aos Ameixais, é mais identificável pois o próprio ribeiro que nele corre tem o nome de Corte Brique. Talvez o antigo monte de Corte Brique, que se situava nas alturas sobranceiras ao vale, tenha dado nome a toda a área em data não muito longínqua. Se recuarmos pouco mais de um século, encontramos vários micro topónimos, mas não uma designação geral para todo o vale.

Sobre o topónimo *Corte* ou *Cortes*, vulgar no Sul, (Corte Bique, Corte Sevilha, Cortes Pereiras, Corte Pinheiro (ou Pinheira), Corte Redonda, Corte Malhão, etc.) pode, indirectamente, lembrar tractos de terra agricultados, eventualmente por colonos, se efectivamente o termo *corte* significa aqui “certa extensão de terreno lavrado”.¹⁷

Viterbo relaciona *corte* e *cortinha*, entre outros significados, com a lavoura, sendo que no caso de *cortinha* diz tratar-se de uma “belga de terra ou parte do campo, repartido em courelas ou leiras mais compridas do que largas [...]”.¹⁸ No entanto, um proprietário de S. Luís,¹⁹ comunicou-me que *corte* significa bocado de terra com pouca

¹⁶ Entre Garvão e S. Martinho, a estrada seguia também o vale do ribeiro de S. Martinho, antes de cortar à serra até Corte Brique.

¹⁷ Segundo JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, p. 455, 2.ª col.

¹⁸ Fr. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases [...]*, ed. crítica, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, II vol., pp. 138 e 139.

¹⁹ Francisco Simões.

aptidão agrícola, o que não é incompatível com a definição anterior: tratar-se-á, neste caso, de pedaços arroteados em terreno bravio, que comparativamente com terras mais úberes, nomeadamente as “cercas”, próximas de S. Luís, tinham menor aptidão. Esta opinião é aparentemente contraditória com a definição encontrada por Romero Magalhães na *Memória Paroquial* de uma terra algarvia, em meados do século XVIII. Para o pároco, *cortes* eram campos onde se semeava habitualmente, portanto terras mais férteis, que opunha às *roças*, terras de cultura temporária, na serra, que produziam após arranque e queima do mato e à custa das fertilizantes cinzas.²⁰ Esta “contradição” é mais aparente do que real, pois tudo depende das condições específicas de cada zona, dos termos de comparação e mesmo das próprias tradições de cultura da terra. Numa zona em que as *cortes* estiverem em terrenos mais pobres, de arroteamento mais recente, por necessidade de expansão de terra cultivada, é natural que a “ideia” de *corte* se relacione com terra menos fecunda.

Seguindo, porém, outro rumo de pesquisa sobre este topónimo, aliás não totalmente incompatível com o que atrás já foi dito, Moisés Espírito Santo e, na sua esteira, Fernando Almeida aduzem outros dados à questão, que remetem a origem de topónimos com a componente *corte* ou *cortes* para épocas bastante mais remotas da que se está a tratar.

Nesta perspectiva do problema, o topónimo *corte* pode provir de línguas semitas antigas e estar relacionado com a realização de pactos entre senhores e vassallos, associado à ideia de pacto. KRT BERIT, em hebraico antigo significa precisamente “estabelecer uma determinação”, “fixar as obrigações respectivas”. Os estudos de Moisés Espírito Santo sobre toponímia antiga relacionam a ideia/nome *corte* sobretudo com a noção de contrato social. Por outro lado “krt” significa em hebraico antigo “cortar”, “derrubar”, “abater”, e “kwr / kôr” designa “queimar, crestar”. “Kôrt” ou “kwrt”²¹ – “cortar e queimar”, ou “abater e crestar” corresponde, em termos gerais, à ideia de arrotear, e não está longe do significado de “certa extensão de terreno lavrado”.

Corte poderá ser então a expressão utilizada, em certo momento, para as arroteias de mato e conseqüente estabelecimento de campos agrícolas e colonos. Naturalmente essas primeiras e distantes arroteias das serras terão sido feitas sobre os melhores e mais férteis solos, que permitiram explorações agrícolas perenes. A fixação do topónimo será precisamente consequência desse facto. Criar um novo espaço humanizado terá implicado a sua diferenciação: o que até então era apenas mais um entre os vales sem nome passou a ser um espaço particular e diferenciado.

É fácil tipificar a morfologia associada às *cortes*, que surgem quase exclusivamente em três situações diferentes: há as que se situam em topos aplanados de serras; as que ocupam episódicos vales abertos do curso médio de ribeiros; e as que se instalaram sobre as cabeceiras dos cursos de água. Em qualquer dos casos a *corte* corresponde topograficamente a uma situação de ilha isolada de outras áreas agricultáveis de forma perene.

Tanto a distribuição regional como as características dos sítios *corte*, parecem permitir duvidar fundamentadamente da hipótese de as *cortes* resultarem, em primeira-mão e exclusivamente, das *cohortes* latinas, pelo menos no que se refere ao Sul do país.

²⁰ JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES, *O Algarve Económico. 1600-1773*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, pp. 135 e 136.

²¹ Segundo FERNANDO ALMEIDA, *Em torno da toponímia antiga – Corte*, inédito (por gentileza do autor), a existência de palavras/conceitos complexos que resultam da fusão de dois ou mais conceitos elementares pode parecer estranha, mas ele também a vislumbra na decifração das inscrições do Sudoeste.

É possível, contudo, que com a presença romana no território, a *corte* semita (*kwrt*) e a *corte* latina (*cohorte*) se tenham quase fundido num fenómeno de convergência fonética e semântica, já que as ideias que encerram e a pronúncia de qualquer dos termos seriam na origem relativamente próximos.

Em resumo, *corte* pode ter sido simplesmente o nome dado a uma área arroteada na zona serrana (onde se integram estes dois vales), e que apareceria como que uma ilha de paisagem humanizada entre o mar de primitivos matagais mediterrâneos da região. Seria cumulativamente terra desbravada, local onde se recolhiam e protegiam os gados, onde se habitava, onde se produzia e divulgava a norma.

Se assim for, o povo que pela primeira vez desbravou essas terras, ou pelo menos que as baptizou, falava uma língua semita antiga da família do Ugarítico, do Hebraico Antigo ou do “Fenício” de Sidon ou Tiro, o que concorda com as referências dos escritos antigos, com os mais recentes trabalhos arqueológicos realizados no Sul de Espanha e Portugal, e com o que defende Moisés Espírito Santo baseado nos estudos da cultura popular portuguesa.²²

Um outro tipo de topónimos, relacionado no caso com Corte, chama a atenção, desde logo pela sua terminação em *-ique*: Totenique (Relíquias e Sabóia), Corte Brique (Santa Clara a Velha), Vale Brique (S. Martinho das Amoreiras), e mesmo fora do concelho, mas próximo, os nomes de Ourique, Monchique e a extinta Marachique. Desconhece-se o significado de Brique e Totenique, mas a sua origem árabe, pelo menos de Totenique, é recusada por arabistas como David Lopes. Segundo este autor, contudo, a presença muçulmana até tarde ajudou a imobilizar a terminação romanizada anterior *-icu*, na forma *-ique*, que no Norte evoluiu para *-iz* ou *-igo* (por exemplo, Romarigo (Arouca) e Romariz (Vila da Feira).²³ De facto, por baixo de alguma influência da língua árabe, podem encontrar-se palavras de mais antiga origem. Torquines, nome de ribeiro e de lugar (Sabóia), por seu lado, terá origem em língua muito anterior.²⁴ Curiosamente, todos estes topónimos têm em comum a proximidade de ribeiros, ou são eles próprios nomes de ribeiros, o que não exige, é verdade, relação de causalidade na formação do topónimo, até porque era natural que a presença humana se efectivasse preferencialmente próximo de água.

Portanto, seja qual for a interpretação a dar ao topónimo *corte* ou *cortes*, mesmo a que segue a linha de Moisés Espírito Santo e Fernando Almeida, que, não obstante o seu interesse, se pode julgar algo especulativa, o nome relacionar-se-á sempre com terreno preparado para a agricultura e respectiva colonização humana. Quanto aos nomes de terminação em *-ique*, como Brique, nada mais se pode avançar, para já, relativamente ao seu significado e origem.

Vejamos agora o vale mais a sul, a que se chamará Corte (de) Sevilha, devido à existência deste topónimo (Corte Sevilha de Cima, Corte Sevilha de Baixo e Corte

²² Esta parte do texto relacionada com o topónimo *corte* ou *cortes* foi baseada, muitas vezes *ipsis verbis*, em FERNANDO ALMEIDA, *op. cit.*

²³ DAVID LOPES, *Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano: Notas marginaes de historia e lingua portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911 (separata do Boletim de Segunda Classe, Academia Real das Ciências de Lisboa, vol. III e vol. IV), pp. 146-165.

²⁴ Ver JOÃO FERREIRA DO AMARAL & AUGUSTO FERREIRA DO AMARAL, *Povos Antigos em Portugal. Paleontologia do território hoje português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1997, p. 237.

Sevilha do Meio), já porque um dos ribeiros teve também esse nome, como antes se viu, já porque é o topónimo mais repetido do vale.

O elemento Sevilha poderá, por hipótese, memorizar a origem geográfica de povoador ou povoadores, chegado(s) em data incerta. Comparece-se com o caso de Sabóia, nome da sede da freguesia, cuja antiguidade remete pelo menos ao século XIII (é citado no foral velho de Odemira, de 1256), geralmente considerado, já pelas narrativas populares, já pelos autores que a este topónimo se têm debruçado,²⁵ como sinal da presença de gente originária da região alpina de Sabóia.

De resto, alguns antigos topónimos, particularmente Castelo e Quinta Nova do Castelo, remetem para povoamento antigo, proto-histórico e romano, de que existem outros vestígios na região.

Por estes dois vales, eixos de circulação por excelência, corria, como inicialmente se frisou, a antiga estrada que vinha de Garvão e São Martinho das Amoreiras e seguia para o Algarve, onde entrava por Monchique – a estrada que um documento medieval (foral de Odemira de 1256) designava por “estrada de Sabóia” e que remonta hipoteticamente à época romana. É possível que por ela, como já sugeriu Abel Viana, se tenham introduzido no Algarve as forças de D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago, que, na fase final da Reconquista, fizeram uma bem sucedida incursão à área de Silves. Muito mais tarde, em 1495, D. João II, vindo de Colos, também por aqui terá passado, na sua derradeira e vã jornada em busca dos poderes curativos das Caldas de Monchique.²⁶

Entre Santa Clara e São Martinho a estrada sofreu rectificação no percurso em finais do século XVIII, época do lançamento de obras em vias de comunicação. Um viajante assinalava, em 1798, que, a uma boa meia hora de caminho de Santa Clara, se abria uma bifurcação: o caminho velho, à esquerda, e a “estrada nova”, à direita.²⁷ Ainda hoje é possível verem-se vestígios de obras de arte no troço entre São Martinho e Santa Clara, que a população recorda como “estrada real”. Esta ligava o Alentejo e Lisboa com o Algarve e percorria, entre Garvão e São Martinho, o vale da ribeira de São Martinho. Nesta povoação, a Rua da Estalagem recorda a passagem de viajantes. Daqui prosseguia, para sul, por Vale d’el Rei, serra acima, até descer ao vale de Corte Brique. Neste, alguns topónimos sugestivos: Estalagem e Estalagem Velha, bem como Venda Velha, presumivelmente referindo-se ao mesmo “estabelecimento”. Próximo, o monte das Romeiras poderá mesmo, por hipótese, evocar a passagem de peregrinos.

Junto a Santa Clara, o topónimo Vendinha relaciona-se com um desses pontos de apoio a viajantes. E, na aldeia, existia uma estalagem, em meados do século XIX.²⁸ O Mira atravessava-se a vau, quando o nível das águas o permitia. A ponte cujas ruínas

²⁵ JOAQUIM DA SILVEIRA, “Toponímia Portuguesa (Esboços), em *Revista Lusitana*, XXIV, 1-4, Lisboa, 1922, 1921-1922, p. 198, nota; J[OSÉ] LEITE DE VASCONCELOS, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p. 38; PEDRO CUNHA SERRA, “Incidências Italianas na Toponímia Portuguesa (Esboço)”, em *Philologische Studien Für Joseph M. Piel*, Heidelberg, Carl Winter-Universitätsverlag, 1969, p. 196.

²⁶ ABEL VIANA, “Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo”, em *Arquivo de Beja*, XVII, 1-4, Beja, 1960, p. 219; JOÃO CARLOS GARCIA, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da península Ibérica*, Lisboa, INIC – CEG, 1986, pp. 91 e 92.

²⁷ LÍVIO DA COSTA GUEDES, “A Viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold (1798)” (Separata do 60 vol. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*), 1992, p. 172.

²⁸ A. D. B., Governo Civil, Maço 88, n.º 530, Inventário dos Bens das Confrarias de Santa Clara (1861), fl. 12.

podemos hoje ver, muitas vezes incorrectamente designada por romana, data na realidade do fim do primeiro quartel do século XIX, quando o Estado lançou sobre o território um novo olhar, que correspondia às teorias do emergente capitalismo contemporâneo. Um programa de realizações no campo das comunicações foi levado a cabo a partir de 1780 e, depois de interrompido devido às invasões francesas, retomado de 1816 em diante. Sabe-se que em 1822 a ponte de Santa Clara estava em construção, inscrevendo-se portanto nesse esforço nacional de aperfeiçoamento da rede viária que observamos no tempo de D. Maria I.²⁹ A própria estrada que seguia para norte na direcção de São Martinho havia sido, como se disse, objecto de alterações no seu traçado anos antes,³⁰ o que mostra um projecto ambicioso para este percurso de ligação Norte-Sul. O local para a construção, um pouco a montante da aldeia, foi certamente escolhido por se adequar melhor para o seu lançamento do que na planície junto à povoação. Em 1833, por ela passou a divisão expedicionária liberal do duque da Terceira, que veio a entrar vitoriosa em Lisboa.³¹ Apesar do bom aparelho construtivo, a ponte cedo começou a apresentar problemas de conservação, aparentemente relacionados com as fundações, tendo acabado por desabar já no século XX, depois de dois dos pilares terem cedido.

O caminho prosseguia pelo vale formado pelas ribeiras de Telhares e Tamargueira (a que chamámos de Corte Sevilha), onde se encontrava Palhota (em rigor, no termo de Sabóia), “um dos piores albergues de Portugal”, no dizer do viajante Heinrich Friedrich Link. *Palhota* era, a propósito, o nome dado no Alentejo aos albergues isolados e pobres.³² Note-se que a estrada corria pela fronteira entre Santa Clara e Sabóia, isto é, entre Odemira e Ourique, e, durante muito tempo, entre as terras da Ordem de Santiago e as do condado de Odemira, seguindo frequentemente os vales, corredores de circulação por excelência.

Um último topónimo, Porto dos Almocreves, aparentemente na ribeira de Telhares ou da Tramagueira, nas proximidades de Monte Ruivo e Casas Novas, indicava aqui a passagem de homens e mercadorias.³³ Hoje, esse topónimo desapareceu, surgindo um Porto dos Almocreves mais a sul, nas proximidades de S. Marcos da Serra. Devemos, porém, notar que este topónimo seria certamente frequente, embora muitos deles não tenham perdurado até aos nossos dias.

Não podemos deixar de referir esta estrada como eixo do fluxo do cereal, entre o Alentejo e o Algarve, e dos gados e outras mercadorias da importante feira de Garvão, verdadeira capital regional do comércio do gado, cujas referências no século XVIII e XIX não deixam dúvidas.³⁴

Há cerca de século e meio, um *mapa* dos lugares e população da freguesia de Santa Clara indicava para a zona de Corte Brique: Casa Branca, Quintal e Cortes de

²⁹ ANTÓNIO MARTINS QUARESMA, *A Barca de Odemira*, Odemira, C.M.O., 1993, pp. 20-21.

³⁰ LÍVIO DA COSTA GUEDES, *A Viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold (1798)*, cit., *ibid.*

³¹ I. P. G. C., *Mapoteca, Carta Corografica do Reino do Algarve*, n.º 238.

³² HEINRICH FRIEDRICH LINK, *Voyage en Portugal fait depuis 1797 jusq'en 1799 [...]*, vol. II, Paris, Levrault, Schoell & C. ie, p. 121.

³³ A toponímia aqui referida foi extraída de HEINRICH FRIEDRICH LINK, op. cit., pp. 120 e 121; da *Carta Militar de Portugal*, Serviços Cartográficos do Exército, escala 1:25 000, folhas 562 (Santa Clara a Velha) e 570 (Pereiras, Odemira), edição de 1954; e de A. H. M. O., AG 2/2, *Estatística das povoações, lugares, casais, quintas, fogos e almas, Mapas das Paróquias de Sabóia, Santa Clara e São Martinho* (s. d., entre 1855 e 1875). No troço de estrada descrito aparece também o topónimo *Estação*, talvez relacionado com uma *statio* romana.

³⁴ ALBERT SILBERT, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, 2.ª ed., Lisboa, INIC, 1978, vol. II, p. 631, e III mapa 15, em *fine*.

Brique, com 35 fogos (161 almas); Mezinhas, Estalagem, Serrinho e Ameixiais, 4 fogos (14 pessoas); Monte da Corte de Brique, Vale de Água e Cumeadas, 6 fogos (28 pessoas).³⁵

Vê-se assim que, além do Monte de Corte de Brique, havia, no vale, um núcleo de povoamento significativo que agrupava três lugares, um deles Cortes de Brique. A importância demográfica do vale era já clara, e, parece, o nome Cortes de Brique, dito no plural, indicará ocupação humana e aproveitamento agrícola.

Provavelmente, no século XX, Corte Brique continuou a crescer demograficamente, acompanhando a evolução demográfica da região, sofrendo, porém, nas últimas décadas, como as mais áreas rurais, forte erosão económica e populacional. Nos censos da primeira metade do século XX, o topónimo não aparece explícito, sendo decerto os seus fogos contabilizados em “outros lugares” ou “isolados”, mas em 1960, época já recessiva, Corte Brique aparece, na freguesia de Santa Clara, com 68 fogos, 112 prédios e 194 pessoas (população residente), e na freguesia de Sabóia, com 22 fogos, outros tantos prédios e 67 residentes.

No vale a que chamámos de Corte Sevilha, os fogos são contabilizados como isolados, mas, apesar de não haver um núcleo de nomeada, a evolução populacional terá sido do mesmo tipo.

A recessão demográfica e o envelhecimento da população que caracteriza todo o tradicional mundo rural, e, no que nos interessa, esta região, tem-se agravado, desde meados do século XX até aos nossos dias. Como sinal dessa evolução, notemos que as escolas de Corte Sevilha de Cima e Corte Brique, criadas num período em que o número de habitantes o justificava, foram extintas por escassez de alunos: a de Corte Sevilha, em 1997 (no ano lectivo de 1996/97 tivera 4 alunos) e a de Corte Brique, em 2006 (no ano de 2005/06 foi frequentada por 6 alunos. Na última década, a frequência desta escola oscilou entre os 4 e os 13 alunos, inclusive com um pequeno período de crescimento entre 1998 e 2001. O desejo municipal relativamente às pequenas escolas rurais tem sido o de mantê-las abertas, pois considera-se que a sua existência constitui um elemento que contraria a desertificação humana dos lugares, mas, especialmente nos últimos anos, a política governamental tem ido no sentido de fechar escolas com poucos alunos (ultimamente, foi considerado o limite mínimo de 10 alunos), sob pretextos pedagógicos, mas certamente sobretudo por motivos económicos. Pode dizer-se, relacionando os dois factos, que enquanto o número de crianças e jovens diminui drasticamente (não só nos espaços em análise), o Lar de 3.^a Idade, de Sabóia, é hoje a principal instituição desta zona, empregando cerca de 60 trabalhadores.

Entretanto chegaram à região alguns estrangeiros, inclusive com filhos em idade escolar, mas não se têm fixado nos dois vales em apreço. Ao que se diz, preferem maior isolamento.³⁶

Outro exemplo que cremos de algum modo ilustrativo da situação demográfica ocorreu há pouco tempo com um elemento da religião popular local. No vale de Corte Sevilha, do lado de Santa Clara, perto dos montes da Casa Nova e da Referta de Baixo, uma *Fonte Santa*, de água milagrosa, que entre outras virtudes curava males de pele, atraía, pelo S. João, inúmeras pessoas, algumas até de certa distância, como Benamor,³⁷ originando ambiente de festa e danças, com canto baldão e despique, e uma barraca de bebidas para satisfazer a afluência. Mais uma vez, o poder miraculoso da água,

³⁵ Arquivo Histórico Municipal de Odemira, *Mappa da Parochia de S.^{ta} Clara, Divisão Projectada*, AG 2/2.

³⁶ Conforme Anastácio Custódio Guerreiro e sua mulher Maria Guiomar Domingos Guerreiro.

³⁷ Como nos disse Ana Maria da Conceição, de 75 anos, moradora agora na Casa Nova, mas oriunda daquele lugar.

recolhida antes do nascer do sol, na manhã de S. João, o santo a que se assimilaram antigas crenças sobre o poder purificador e curativo das águas, e velhos ritos e práticas relacionadas com fontes. Neste caso, a valia da água trazia também pessoas para se abastecerem noutras alturas do ano. A construção de um pontão rodoviário sobre a linha-férrea, durante as recentes obras na via, destruiu-a e prejudicou a várzea – sem necessidade, ao que se diz, pois poderia ser localizada mais apropriadamente noutra lugar – revelando um novo mundo onde não há lugar para *fontes santas*, em que tecnocratas de fora, além de ignorarem a realidade agrícola, arrasam significantes elementos materiais da mitologia local, que a escassa e idosa população do lugar já não tem energia para defender.³⁸

Do ponto de vista da apropriação económica do espaço, as terras mais fecundas dos vales citados e a presença de água deram origem a uma agricultura de tipo intensivo, inclusive com regadio, e consequente repartição da propriedade e o surgimento de parcelas cultivadas.

Referências de meados do século XVIII e princípios do XIX, alusivos a Santa Clara e Sabóia, embora sem referir concretamente Corte Brique e Corte Sevilha, mencionam a produção de trigo, cevada, centeio e algum milho, e legumes como fava e feijão. O cereal panificável, isto é, o trigo, era decerto o mais cultivado. Quanto ao milho, que as informações não esclarecem se se tratava de milho grosso, era possivelmente já, em alguns casos, milho de regadio e portanto cultivado nestes vales, bem como noutros lugares com água. Note-se, porém, que, tanto em Corte Brique como em Corte Sevilha, as informações que temos de antes do regadio das barragens referem sobretudo milho de sequeiro.

O uso da água era então regulamentado no que respeita aos lagos do linho, produto pouco mencionado nas fontes históricas, mas visível nas disposições regulamentares que procuravam resolver o conflito entre as necessidades de bebedouros para os gados e da preparação do linho. Uma postura de cerca de 1770, determinava que, na freguesia de Sabóia, se podia enlugar linho na ribeira próximo do monte da Palhota (Ribeira de Telhares), e da Foz das Estacas para baixo (ribeira de Corte Brique) entre outros locais. Na primeira metade do século XX, as terras do vale, em Corte Sevilha, tinham dois tipos de utilização: uma parte de “baldio”, para pastagens e também para cultura de cereal de sequeiro, e outra de “hortas” e “quintas”, cercadas com os competentes muros de taipa para defesa das culturas da acção nociva dos gados, que eram muitos. Nessas cercas, eram cultivados hortícolas (feijão, tomate, batata, algum milho, frutas, etc.). O tomate e a batata, produtos de origem americana, só bastante tarde entraram nos hábitos alimentares da população. A batata, por exemplo, apenas em pleno século XX passou a constituir elemento importante na alimentação local. Quanto ao tomate, houve intensificação da sua produção, especialmente em Corte Sevilha, parte dele para venda e certamente destinado à indústria, após o início do regadio do plano de rega do Mira (barragem de Santa Clara), tal como aconteceu noutras áreas irrigadas (charneca litorânea).

O milho continuava a ser importante, mas nunca foi panificado, como em todo o Sul; o consumo humano do milho fazia-se através das papas, que se comiam no Inverno. De resto, a popular açorda, a couve com carne de porco, também no Inverno, o feijão e o grão eram elementos da dieta local.

A Carta Agrícola e Florestal de Portugal, do SROA, folha (folha 570), cujo reconhecimento de campo é de 1951 e a actualização de 1957, assinala algumas faixas

³⁸ Informação de António Ângelo e sua mulher Maria Luzia Guerreiro Simão.

de “culturas arvenses de regadio” e “culturas hortícolas em regadio”. Portanto cerealicultura e horticultura, esta especialmente para auto-consumo.³⁹

Nesta agricultura predominantemente de base familiar, não deixava de haver associações para a exploração. As chamadas “meias”, por exemplo, em que o dono da terra recebia de outrem, o cultivador (que podia também ser, ele próprio, dono de uma courela), metade da produção; ou à “reção”, em que quem “fazia” a propriedade, geralmente em trigo, aveia e cevada, pagava uma parte ao dono da dita propriedade. Um dos moradores de Corte Brique (Froa) chegou a produzir quatro moios de trigo (240 alqueires), para consumo próprio e venda, de que pagava por seis molhos, um.⁴⁰ Curiosa a persistência da designação tradicional das medidas de capacidade tradicionais até bem tarde, comum a todos os espaços rurais.

E, se recuarmos, no tempo, vemos que a Fábrica da Igreja de Santa Clara tinha foros em Corte Brique, e que a de Sabóia os recebia da Palhota. O contrato de aforamento, ou *enfiteuse*, muito comum, em que o domínio directo era separado do domínio útil, também existia nestes vales, e, nos casos concretos referidos, teriam tido origem em legados pios. Este tipo de bens da Igreja e confrarias, ditos de “mão-morta”, que não podia ser sujeito a transacção, seria objecto de ataques dos liberais que os extinguiram na maioria e depois dos republicanos. A própria enfiteuse como contrato de exploração da terra foi extinta pela República e substituída pelo capitalista arrendamento, embora o Estado Novo recuperasse o instituto, sobretudo ao serviço dos seus planos de colonização interna. Em muitos casos os foreiros tornaram-se proprietários plenos, especialmente nestas áreas de pequenas courelas.

Carente de água, esta agricultura de carácter intensivo exigia a abertura de poços, boa parte com noras (Horta da Referta, Foz da Referta, etc.), uma vez que as ribeiras não eram suficientes, secando, por vezes, no Verão e sendo pouco prático o seu aproveitamento mesmo tendo água. A forma mais usual era fazer uma ligação entre o leito da ribeira e um tanque ou mesmo um poço, através de uma “canha”, isto, é um cano tapado por cima.⁴¹

Quanto ao vale de Corte Brique surgem, na citada Carta Agrícola e Florestal (folha 562), faixas de culturas hortícolas de sequeiro e de regadio, assim como uma área de arrozal, na zona de Ameixiais. Também na zona de Corte Sevilha foi feita rizicultura, embora aparentemente um pouco mais tarde. No caso do arroz, cuja cultura em Portugal sofreu nítido incremento nos anos 30 do século XX, proliferava em todas as zonas húmidas propícias. Hoje, a cultura do arroz desapareceu destes vales. Acrescente-se, a propósito, que há cerca de meio século, também desta zona saíam ranchos de pessoas para trabalharem sazonalmente nos trabalhos dos grandes arrozais do Sado (Comporta), forma de sobretudo jovens e casais obterem um rendimento extra nesta economia pouco monetarizada.⁴²

Igualmente em Corte Brique, as cercas de taipa dividiam a propriedade e impediam a intrusão do gado especialmente nas culturas hortícolas, situação hoje também alterada pois a escassez de gado não exige esse tipo de medidas.

Ainda é recordada a cultura do trigo, que praticamente já não existe, de uma época (desde o século XIX) em que a cerealicultura era largamente dominante e mesmo protegida pelo poder central, de que é exemplo a política agrária do Estado Novo. No ribeiro de Corte Brique há vestígios de moinhos de água, um deles, o do Pé da Serra, com a estrutura bem legível (câmara do rodízio, eixo do rodízio e seteira, mas com a

³⁹ Conforme Anastácio Custódio Guerreiro.

⁴⁰ Anastácio Custódio Guerreiro.

⁴¹ Informação de António Joaquim Ângelo e mulher Maria Luísa Guerreiro Simão, da Referta de Baixo.

⁴² Como D. Maria Guiomar Guerreiro.

caldeira recentemente entulhada). Este moinho, situado perto da base da barragem de Corte Brique, chegou a moer todo o ano, caso não muito frequente em moinhos de água, o que mostra o volume do caudal e também a vantagem da sua situação pois a utilização da água para outros fins só se fazia mais a jusante.⁴³ No último registo consultado, ainda o moinho funcionava, a propriedade não era do moleiro, ou pelo menos não era só dele; constam como proprietários, Florêncio da Silva e outros, residentes em Santa Clara.

Além deste, existia ainda o moinho do Armazém, hoje muito arruinado, e o da Foz das Estacas, muito alterado e só reconhecível pela existência de várias mós nas proximidades. Num afluente do ribeiro de Corte Brique, o Barranco da Craveira, um outro moinho, o da Maia moía também. Na carta do SROA (folha 562), está marcado outro nos Ameixiais de Baixo. Para além dos moinhos de água, existiam ainda os moinhos de vento, de que destacamos nas alturas que limitam Corte Brique, o moinho da Torre, recentemente adquirido por estrangeiros que iniciaram obras mas não as concluíram, e, defronte de Corte Sevilha, o moinho de Vento da Referta, com dois aferidos.

Desconhecemos a data de construção de cada um, mas certamente a maioria foi edificada no século XIX e primeira metade do XX, acompanhando o aumento da produção de cereais e o crescimento populacional que nesse período se verificou.

No monte das Casinhas, vimos duas pequenas mós manuais, destinadas a moer milho para obter farinha para as papas e também para dar aos pintos. O morador disse-nos que antes do regadio da barragem de Santa Clara, a maior parte do milho era de sequeiro, pois a água não era muita apesar dos ribeiros; aliás, a água andava mais “à flor” da terra. O que condiz com informações sobre Corte Brique, onde as terras eram “mais frescas”. Daí uma maior produtividade das terras e também o recurso aos poços, parte deles dotados com os sistemas de nora e até cegonha para extracção da água,⁴⁴ como antes se referiu. No entanto, o milho de regadio já se fazia a partir da água dos poços e coexistia com o de sequeiro, este hoje praticamente abandonado.⁴⁵

Esta presença das culturas de sequeiro, que podiam incluir legumes, como o feijão, ligada a uma maior humidade natural da terra, é uma característica que os testemunhos dos residentes não deixam de salientar. Quanto à perda de frescura superficial, essa falta de “sangue” da terra, há quem a presuma consequência das lavras mais profundas que se iniciaram com a mecanização da remoção dos solos.

Evidentemente, como em todo o lado, hoje todo este tipo de moagem está desactivado – as próprias fábricas de moagem de Sabóia (e de outras terras do concelho), que, de algum modo os vinham substituir, há muito que deixaram de moer – e chega a parecer o símbolo de um espaço rural, em que pouco cereal há para moer, em que a população escasseia e em que a agricultura tradicional em definitivo praticamente desapareceu. Um mundo rural em agonia ou mesmo extinto. No fundo, encontramos nestes vales, *grosso modo*, as mesmas produções e a mesma estrutura agrária que existiam há duzentos anos, mas, como se frisou, em profunda decadência.

É verdade que ainda encontramos campos de milho semeados, tanto em Corte Brique como na zona de Corte Sevilha, milho que no concelho de Odemira teve, como antes se viu, a sua difusão, em regadio, no século XVIII (embora não saibamos se aqui ele foi introduzido tão cedo). O milho actualmente produzido serve hoje para consumo próprio, especialmente em forragem para os animais, embora, nos anos mais fartos, algum seja vendido para fora. Também se apanha azeitona e se faz alguma horticultura.

⁴³ Informação de Anastácio Custódio Guerreiro.

⁴⁴ Informação de Serafim Maria José e de Cremilde Maria José, do monte das Casinhas.

⁴⁵ Informação de António Guerreiro, de Corte Sevilha.

Alguns têm também um pequeno número de pés de parreira, de que fazem vinho apenas para gasto de casa.⁴⁶

Tudo em pequena escala, frequentemente para auto-consumo, e sem capacidade para permitir uma dinâmica económico-social integrável em parâmetros modernos.

Naturalmente, outros produtos, como os ovos provenientes das capoeiras, podiam ser comercializadas pelas redondezas, por quem os tinha em excesso. Ainda do ponto de vista comercial, é recordado um sardineiro algarvio que vinha até Corte Brique (o Ezequiel) com o seu produto, haverá uns 60 anos. E, obviamente, a existência de uma “venda”, onde, além de vinho, se vendiam outras mercadorias, especialmente mercearias, na posse da mesma família há algumas gerações. Hoje, chama-se Café Rosa seguindo o hábito do tempo, mas quase todos lhe continuam a chamar venda como sempre. Próximo, existe o Café Paraíso, aberto muito mais recentemente (1994).

O moderno regadio chegou com a barragem de Santa Clara (1968), para a zona de Corte Sevilha, cuja construção se integrou no Plano de Rega do Alentejo (1.^a fase), do Estado Novo, e depois a de Corte Brique (1993), cuja área de regadio (87 hectares) abrange exclusivamente a zona de Corte Brique. Evidentemente, uma componente importante da barragem, desde o início, era o abastecimento doméstico. Na realidade, a água, nomeadamente em Corte Brique, não foi elemento suficiente para deter a erosão demográfica e o declínio da agricultura, cuja consciência é muito patente entre a população restante.

Curiosamente, não foi nas áreas em apreciação que o novo regadio (Santa Clara) teve impacto qualitativo significativo, mas sim, longe, na charneca do litoral, onde se pratica uma agricultura empresarial, em moldes modernos, intensiva nos métodos e na aplicação de capitais.

Nesta área agrícola, a instalação de uma unidade industrial introduziu na área de Corte Sevilha, durante algumas décadas, uma saída para o emprego de várias famílias e criou uma alternativa à agricultura e à emigração. Trata-se de uma fábrica de cerâmica, a Saborâmica, criada por uma sociedade de quatro sócios, há cerca de 40 anos, que laborou até inícios da década de 90 passada, e que chegou a empregar 60 trabalhadores, o que para o meio foi economicamente significativo. Produzia, sobretudo, tijolos, mas também outros elementos cerâmicos para construção, como tijoleira e “mantas” (espécie de mosaico para os fornos), que escoava para o Algarve, carente de tijolo, face ao grande número de obras de construção civil, e também para o Alentejo. A matéria-prima era extraída da área da fábrica e herdada da Manteiga, próxima da fábrica. Note-se, entre parênteses, que havia alguma tradição na zona de fabrico cerâmico, como mostra a anterior existência de uma fabriqueta de telhas (Telheiro).

Os proprietários sucederam-se e, na expressão de uma moradora na área, “encheram-se” (expressando os fartos lucros que tiraram da fábrica), até que a empresa acabou na falência. Muitos dos trabalhadores, gente residente na área, além de perderem o emprego ficaram com ordenados por pagar, uns mais, outros menos, num total de muitos milhares de contos. Um dos prejudicados ainda foi à zona de Mangualde, onde residia o último proprietário, para tentar receber uma dívida de 2800 contos, mas sem sucesso.

A empresa conheceu várias vicissitudes ao longo da sua vida. Tratava-se de uma unidade em que o trabalho era quase todo manual, mas aparentemente ainda houve intenção de a modernizar, pois recebeu maquinaria que nunca foi montada e acabou por ser levada de novo.

⁴⁶ Informação de António Guerreiro.

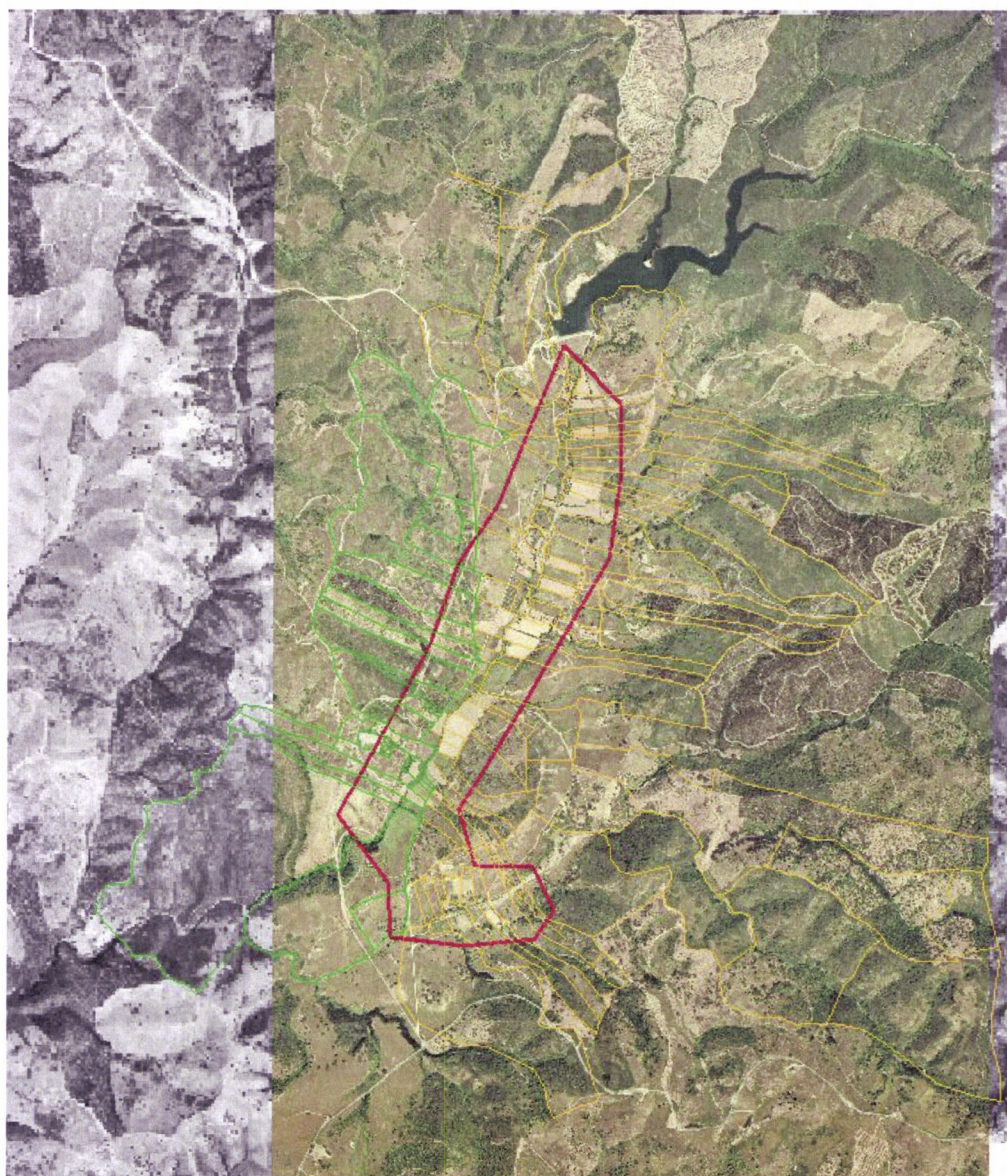
Hoje, ainda se fala com grande pena na extinção de uma boa empresa, a que não faltava clientela, cuja laboração toda a gente gostaria de ver retomada.

Um dos antigos trabalhadores recebe uma pequena reforma por invalidez (150 euros), devido a um acidente na fábrica que lhe afectou um braço. Com 75 anos, semeia alguns legumes para consumo de casa e alguma aveia e trigo para alimento de quatro vacas. Diz, porém, que vai acabar com o gado. O seu tom é pessimista quanto ao futuro da região, que, diz, já só tem velhos, pois os novos buscam fora solução para as suas vidas.⁴⁷

No fundo, o desaparecimento da fábrica faz, por contraste, evidenciar a já citada agonia do velho mundo rural, a que não fogem os micro espaços irrigados, de agricultura “intensiva”, ou “semi-intensiva”. Por algumas diferenças que notemos entre a agricultura extensiva das herdades e a destes vales, ambas se integravam no mesmo universo económico.

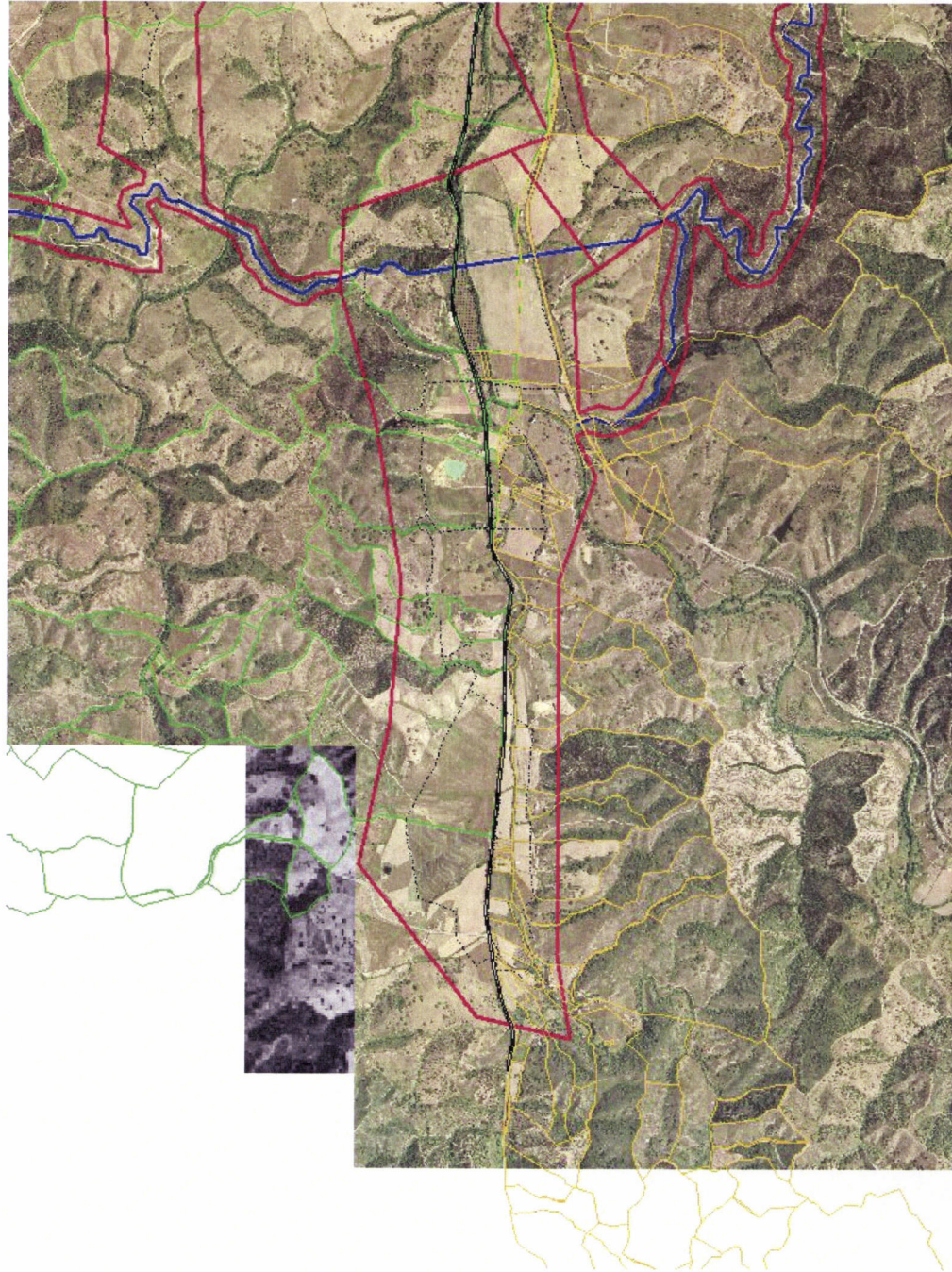
⁴⁷ Informação de Manuel José Afonso e de sua mulher Idalina Maria Silveira, moradores em Corte Sevilha.

ANEXO 5
Estrutura da Propriedade
Corte Brique
Corte Sevilha



1:25000

Estrutura da Propriedade no Vale de Corte Brique (A vermelho a área abrangida pelo Plano de Rega do Mira; a amarelo e verde os limites das propriedades)



1:25000

Estrutura da Propriedade no Vale de Corte Brique (A vermelho a área abrangida pelo Plano de Rega do Mira; a amarelo e verde os limites das propriedades)

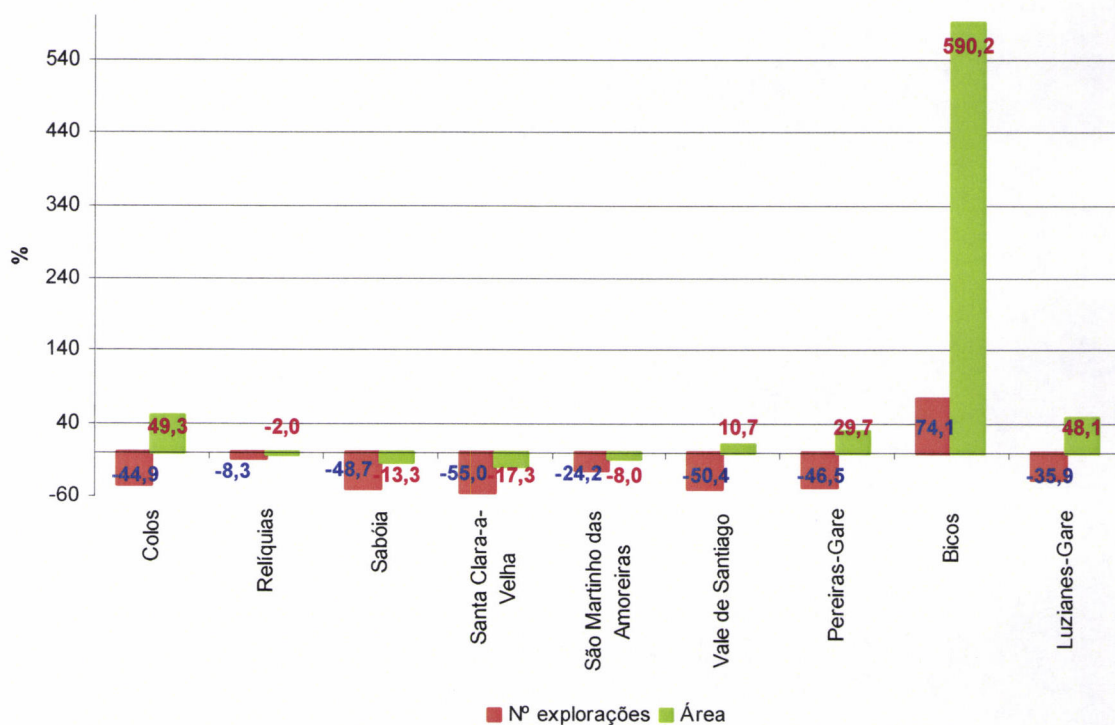
ANEXO 6

**Caracterização das explorações
agrícolas das freguesias da Zona
Interior do concelho de Odemira**

Caracterização das explorações agrícolas das freguesias da Zona Interior do concelho de Odemira

Por Superfície Agrícola Utilizada (SAU) entende-se toda a área afectada à exploração agrícola. No concelho de Odemira este tipo de utilização/ uso do solo encontra-se em franco declínio no que concerne ao número de explorações tendo registado uma diminuição de 42,6% (menos 1431 do que no ano de 1989). Situação inversa ocorre relativamente à área ocupada pela SAU, ou seja, entre 1989 e 1999 verificou-se um aumento de 10672,78 ha correspondendo a um crescimento de 15,9%.

Procedendo uma análise pelas nove freguesias que fazem parte da área em estudo (gráfico 1 e quadro 2), de um modo geral, o número de explorações sofreu um decréscimo em toda a área, à excepção da de Bicos (situada na parte mais a Norte do concelho). Esta freguesia foi a única que teve variações positivas tanto em número de explorações (74,1% que corresponde a um aumento de 20 entre 1989 e 1999) como em área ocupada por SAU com quase seis vezes mais que ano de 1999 (aumento de 3755 ha no período de 10 anos). Ainda relativamente ao número de explorações, as freguesias que registaram um decréscimo acima dos 50% foram duas (Vale de Santiago e Santa Clara-a-Velha) sendo que é na última freguesia citada que se verificou a maior perda com 55% (que corresponde a uma diminuição de 99 explorações). Será importante destacar também a freguesia de Sabóia que registou uma diminuição perto dos 50% (48,7%).



Freguesia	Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº explorações	Área (ha)	Nº explorações	Área (ha)
Colos	-66	2130,66	-44,9	49,3
Relíquias	-14	-100,09	-8,3	-2,0
Sabóia	-131	-909,37	-48,7	-13,3
Santa Clara-a-Velha	-99	-497,18	-55,0	-17,3
São Martinho das Amoreiras	-56	-330,72	-24,2	-8,0
Vale de Santiago	-59	531,34	-50,4	10,7

Pereiras-Gare	-40	432,62	-46,5	29,7
Bicos	20	3755,27	74,1	590,2
Luzianes-Gare	-42	1250,96	-35,9	48,1
Concelho	-1431	10672,88	-42,6	15,9

Em termos de área ocupada pela SAU, o comportamento mantém-se quase semelhante. As únicas exceções (para além da freguesia de Bicos já mencionada) temos mais quatro freguesias que registaram aumento, embora não muito significativos, a saber: Colos, Pereiras-Gare, Vale de Santiago e Luzianes-Gare, seguindo a tendência concelhia. Em termos absolutos as perdas mais acentuadas de área afectada à SAU ocorreram em Sabóia (perdeu 910 ha em 10 anos). Este facto associado à diminuição do número de explorações poderá indiciar uma diminuição da actividade agrícola bem como da própria utilização da terra para esse fim. Em termos percentuais, as maiores perdas fizeram-se sentir, mais uma vez, em Santa Clara-a-Velha com menos 17,3% de área em relação a 1989.

Perante estes valores e tendo em consideração especificamente as áreas de Corte Brique e Corte Sevilha depreende-se que a actividade agrícola tem vindo a perder peso uma vez que são nas freguesias de Sabóia (Corte Sevilha) e Santa Clara-a-Velha (Corte Brique) que se registaram as maiores reduções do número de explorações e da área ocupada pela SAU.

Usos/ utilizações das terras

São três os parâmetros utilizados para a realização da análise às diferentes utilizações da terra: o *total de terra arável limpa (TAL)*, o *total de culturas sob-coberto de matas e florestas (TCSCMF)* e *total de culturas permanentes (TCP)*.

O total de terra arável limpa (TAL) permite aferir da evolução da ocupação da terra arável com culturas temporárias em cultura principal; significa a parcela de terra cultivada não associada a sob-coberto de matas e florestas. As culturas sob-coberto de matas e florestas constituem áreas cobertas com árvores ou arbustos de povoamentos puros e/ou mistos, onde há actividade agrícola. Por fim, as culturas permanentes são todas as culturas que ocupam a terra durante períodos de tempo suficientemente longos para fornecer repetidas colheitas.

O quadro seguinte (quadro 2) representa a evolução (em percentagem destes três usos da terra entre 1989 e 1999 nas freguesias que fazem parte da área de estudo e no concelho de Odemira.

Quadro 2 - Usos/utilizações da terra. Variação da área entre 1989 e 1999 pelas freguesias da área de estudo

Freguesia	TAL	TCSCMF	TCP
Colos	39,4	48,4	21,1
Relíquias	-24,8	21,5	98,4
Sabóia	-39,5	-85,7	-23,1
Santa Clara-a-Velha	-79,3	127,1	35,1
S. Martinho das Amoreiras	-50,4	370,2	-28,7
Vale de Santiago	34,9	946,2	121,7
Pereiras-Gare	-59,6	71,9	74,8
Bicos	734,7	492,7	393,6
Luzianes-Gare	-4,8	20,9	200,0
Concelho	-14,0	47,3	32,6

Legenda: TAL (total de terra arável limpa); TCSCMF (total de culturas sob-coberto de matas e florestas (TCSCMF) e TCP (total de culturas permanentes)

Pela sua análise é possível verificar que a nível concelhio somente a terra arável limpa é que sofreu uma diminuição (14% que correspondem a uma perda de cerca de 6399 ha entre 1989 e 1999). Essa situação não é semelhante por todas as nove freguesias sendo que é na de Bicos que se observa o maior aumento (mais de sete vezes relativamente a 1989 que corresponde a um aumento de 1728 ha). Por sua vez, mais uma vez, é em Santa Clara-a-Velha que se registou a maior perda percentual com 79,3% correspondendo também à maior diminuição absoluta (1874 ha entre 1989 e 1999). As restantes freguesias com influência directa sobre cada uma das área-estudo registaram diminuições de área de terra arável limpa.

Realizando uma análise por cada parâmetro que integra as terras aráveis limpas percebemos que a nível da variação do número de explorações em todos os parâmetros e em quase todas as freguesias se verificou uma diminuição entre 1989 e 1999; a única excepção tem a ver com as áreas de terra arável limpa com pousio que registou um aumento em Luzianes-Gare, Colos, Vale Santiago e o mais elevado em Bicos (84 vezes mais em relação a 1989).

No que concerne à variação de área, mais uma vez, em quase todos os parâmetros e unidades geográficas se verificou uma redução; as únicas excepções são as áreas de pousio nas freguesias de Vale Santiago e Bicos, sendo que nesta mesma freguesia registou-se um aumento de 76,2% de área com culturas temporárias.

Quadro 3 - Variação relativa de área a explorações de Terra arável limpa por parâmetro

	Culturas temporárias		Pousio		Horta familiar	
	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área
Colos	-18,8	-52,3	132,3	-33,8	-77,5	-64,6
Relíquias	-43,2	-37,4	-7,7	-20,6	-38,9	-24,3
Sabóia	-42,3	-50,4	-37,0	-56,9	-68,3	-44,7
Santa Clara-a-Velha	-65,0	-64,2	-88,4	-87,5	-33,9	-26,7
S. Martinho das Amoreiras	-70,9	-41,0	-36,9	-24,1	-66,1	-45,6
Vale de Santiago	-5,0	-62,6	299,6	311,1	-48,5	-45,2
Pereiras-Gare	-8,4	-40,9	-79,5	-69,1	-34,2	-42,4
Bicos	493,1	76,2	8430,5	357,1	-45,6	-25,0
Luzianes-Gare	-19,8	-36,7	12,7	-37,9	-61,1	-35,4
Concelho	-2,3	-48,5	-23,2	-49,1	-43,0	-45,9

Relativamente às freguesias que tem relação directa com Corte Brique e Corte Sevilha, quanto à variação das explorações, Santa Clara-a-Velha (Corte Brique) registou a maior perda do número de explorações e de área de terras aráveis com pousio (88,4% e 87,5% respectivamente). Por sua vez, Sabóia (Corte Sevilha) teve diminuições de área a rondar os 50% em todos os parâmetros.

A análise do uso da terra relativo às culturas sob-coberto de matas e florestas (TCSCMF) irá ter em consideração somente o ano de 1999 uma vez que nem todos os parâmetros possuem dados nos dois períodos. O quadro 4 mostra que as áreas de pastagem permanentes com sob-coberto de matas e floresta é o parâmetro que tem maior expressão em termos de área e explorações. É em S.Martinho das Amoreiras que se observa a maior quantidade de explorações (68) com 1800 ha de área. Mais uma vez as freguesias de Sabóia e Santa Clara-a-Velha registam valores baixos não chegando a ultrapassar as 30 explorações nem os 700 ha no conjunto.

Quadro 4 – Distribuição do nº de explorações e área com sob-coberto de Matas e Florestas por parametro

	PP		CT		Pousio	
	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área
Colos	22	1673,48	8	185	12	669,35
Relíquias	53	2073,34	3	55,5	5	325,55
Sabóia	10	268,76	1	...	-	-
Santa Clara-a-Velha	19	420,47	1	...	2	...
S Martinho das Amoreiras	68	1799,16	4	32,89	3	47
Vale de Santiago	11	1240,57	2	...	17	988,64
Pereiras-Gare	8	246,67	1	...	-	-
Bicos	8	675,71	3	70	15	1563,02
Luzianes-Gare	33	784,85	2	...	10	66

PP-Pastagens Permanentes; CT – Culturas Temporárias

Por fim, a utilização de terra com culturas permanentes (TCP), à semelhança do anterior, não é possível fazer uma comparação dos dois períodos por parâmetro. A análise a ser feita irá incidir sobre o ano 1999 (quadro 5) onde se percebe que, por exemplo, as hortas familiares como cultura permanente têm uma expressão insignificante tanto em número de explorações como de área. A maior quantidade de explorações e de área verificam-se nas culturas permanentes sem sob-coberto. As freguesias de Santa Clara-a-Velha e Sabóia, mais uma vez são as que têm os valores mais reduzidos.

Quadro 5 – Distribuição do nº de explorações e área de culturas permanentes por parametro

	SCSC		CT		Pousio		Horta familiar	
	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área
Colos	15	8348	8	1999	13	2428	-	-
Relíquias	36	2622	18	2910	35	8524	7	147
Sabóia	10	956	4	275	2	...	2	...
Santa Clara-a-Velha	3	268	3	433	1	...	1	...
S. Martinho das Amoreiras	28	6157	10	1795	25	6950	1	...
Vale de Santiago	19	5320	7	1170	7	1304	3	38
Pereiras-Gare	11	860	2	...	3	350	-	-
Bicos	7	2568	-	-	6	1400	1	...
Luzianes-Gare	8	895	2	...	2	...	-	-

SCSC – sem culturas sob coberto; CT – culturas temporárias

O quadro seguinte representa a variação relativa de outros três parâmetros importantes na análise de usos da terra: pastagens permanentes em terra limpa (PPTL), matas e florestas sem culturas sob-coberto (MFSCSC) e superfície agrícola não utilizada (SANU).

As pastagens permanentes em terra limpa são "(...) pastagens que não estão associadas ao sob-coberto de uma cultura permanente (pomares, oliveiras, videiras e outras), nem estão sobcoberto de matas e florestas" (INE). Desta forma, somente as freguesias de S.Martinho das Amoreiras, Relíquias e Vale de Santiago tiveram variações negativas quanto ao nº de explorações e/ou área.

Quadro 6 – Variação relativa de área a explorações de Pastagens Permanentes em terra limpa, Mata e floresta sem cultura sob-coberto e Superfície Agrícola não utilizada

	PPTL		MFSCSC		SANU	
	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área
Colos	200,0	314,2	8,3	11,6	-81,8	----
Relíquias	-36,8	13,0	-25,8	-13,9	-83,7	-90,0
Sabóia	4,7	191,2	-30,4	4,9	-67,6	-70,9
Santa Clara-a-Velha	213,0	379,6	-53,7	-13,3	-44,4	-76,2
São Martinho das Amoreiras	-66,0	-60,9	-44,3	7,8	-86,3	-94,3
Vale de Santiago	-71,2	-2,3	0,0	46,6	200,0	----
Pereiras-Gare	65,2	667,0	-53,7	35,3	-30,4	16,0
Bicos	100,0	2288,5	533,3	1283,9	400,0	----
Luzianes-Gare	85,2	224,0	-36,2	8,3	50,0	271,4

Por sua vez, Sabóia e Santa Clara-a-Velha tiveram um aumento de explorações deste uso da terra tendo sido na última freguesia que se registou o maior aumento relativo de explorações (2 vezes mais do que em 1989).

As matas e florestas sem culturas sob-coberto, representam, de uma forma geral, áreas cobertas com árvores ou arbustos de povoamentos puros e/ou mistos, onde não se pratica qualquer tipo de actividade agrícola (INE).

Na área de estudo, ao nível das explorações a maioria das freguesias sofreu decréscimo à excepção de Colo, Vale de Santiago e Bicos. Santa Clara-a-Velha juntamente com Pereiras-Gare tiveram a maior perda relativa (53,7%). Quanto à variação de áreas somente em Relíquias e Santa Clara-a-Velha tiveram diminuições deste parâmetro.

Por fim, a Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) registou aumentos em nº de explorações em três freguesias: Luzianes-Gare, Bicos e Vale de Santiago. Principalmente na freguesia de Bicos é uma situação inversa ao que se tem registado, uma vez que tem tido sempre aumento de explorações e áreas nas outras utilizações da terra. Este aumento poderá reflectir que determinados locais da freguesia tem sofrido aumentos de terras agrícolas abandonadas ao invés de outras onde se verificou aumento da actividade, ou pelo uso da terra para agricultura.

Dispersão da SAU

A análise deste parâmetro está relacionada com a dimensão que os blocos com superfície agrícola utilizada se distribuem pela área de estudo (quadro 7). Como seria evidente, devido à localização no Sul, predominam blocos com área superior a 100 ares, sendo que a área de estudo possuem quase metade dos blocos com estas características de todo o concelho. Apesar deste facto, nas freguesias que integram as áreas de Corte Brique e Corte Sevilha não são as que têm maior quantidade de blocos com SAU.

Blocos com SAU

	<20	20-50	50-100	100-500	>500
Colos	...	3	4	19	18
Relíquias	6	34	50
Sabóia	6	6	11	21	35
Santa Clara-a-Velha	...	4	4	13	19
São Martinho das Amoreiras	4	6	11	24	46
Vale de Santiago	5	12	11

Pereiras-Gare		...	6	6	10
Bicos		-	3	11	10
Luzianes-Gare		6	3	9	9
	10	25	53	149	208
Concelho	13	58	140	362	568

ANEXO 7

Fotos das áreas de estudo e das actividades do projecto

Aspectos da paisagem de Corte Brique



Foto 1. Vista a partir da Barragem de Corte Brique para o vale de Corte Brique.



Foto 2. Vista a partir da estrada de Corte Brique. Povoamento disperso ao longo do vale.



Foto 3. Plano de água da albufeira de Corte Brique.



Foto 4. Encosta do vale de Corte Brique. Apicultura como actividade complementar à agricultura

Aspectos da paisagem de Corte Sevilha



Foto 5. Paisagem envolvente de Corte Sevilha.



Foto 6. Vale de Corte Sevilha.



Foto 7. Aspecto de Corte Sevilha na base da encosta do seu vale fértil.



Foto 8. Estrada junto a Corte Sevilha que liga Corte Sevilha a Santa Clara-A-Velha. .



Foto 9. Workshop com a população local em Corte Brique



Foto 10. Workshop com a população local em Corte Sevilha.



Foto 11. Workshop com representantes da entidades locais, na sede da Taipa, em Odemira.



Foto 12 e Foto 13. Seminário Pertencer para apresentação e discussão dos resultados do projecto na sede da Associação de Beneficiários do Mira, em Odemira.

ANEXO 8

Programa do Seminário de divulgação e discussão dos resultados do projecto PERTENCER

PERTENCER PAISAGEM

Seminário de divulgação e discussão dos resultados do Projecto Pertencer

OBJECTIVOS DO PROJECTO PERTENCER

- Identificar os valores de referência nos quais se baseia a relação da população com a paisagem a nível local
- Identificar as condições que podem determinar novas dinâmicas funcionais da paisagem como base para o desenvolvimento local

21 de Junho 06 ODEMIRA

Audatório da Associação de Beneficiários do Mira

Data Limite para Inscrição: 16 de Junho 06
Enviar para: paula.lourenco@taipa-desenvolvimento.pt

PROGRAMA

9:30 Sessão de Abertura

António Camilo* (Câmara Municipal de Odemira) Manuel Coelho* (Assembleia Municipal de Odemira) Telma Guerreiro (TAIPA) José Castro (APEP)

10:00 Apresentação dos resultados do projecto Pertencer

Rosário Oliveira (Universidade de Évora), Filipe Oliveira (Consultor Taipa), Telma Guerreiro (Taipa)

10:30 A leitura da paisagem e a aplicação de cenários

Isabel Loupa Ramos (APEP)

11:00 Pausa para café

11:15 As perspectivas do Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013) para área rurais socioeconomicamente deprimidas

José da Veiga (Direcção Regional da Agricultura do Alentejo)

11:45 A inovação em espaço rural como factor de desenvolvimento local

Patricia Rego (Universidade de Évora)

12:15 Plano de paisagem. Uma proposta de gestão participada

Rosário Oliveira (Universidade de Évora)

12:45 Almoço Livre

14:00 **Discussão dos resultados com base em metodologia participativa** que permita aprofundar cada uns dos 4 temas apresentados, envolvendo os convidados, representantes das entidades locais e participantes.

16:00 Apresentação das conclusões

16.45 Inauguração do Centro de Transformação de Produtos Agrícolas de Luzianes

* A Confirmar

Organização



Entidade Promotora



Financiado por



Parceiros



ANEXO 9

Artigo

**From the Landscape Perception until Landscaping Action.
How long is the way? (in press)**

**From knowledge of landscape to landscaping action
International Conference
Bordeaux, 2- 4 December 2004**

From the landscape perception until landscaping action.

How long is the way?

Oliveira, Rosário; Dneboská, Milena and Pinto Correia, Teresa

University of Évora, Portugal

Email mrgo@uevora.pt

Abstract

The landscape is today seen in Europe as the fundamental basis for the integration of cultural and natural aspects and the combination of different perspectives. As mentioned in the European Landscape Convention (Council of Europe, 2000) “*Landscape is an area as perceived by people (...)*”, but each stakeholder or user of the landscape has his own perception of the reality concerning many different factors. In this way landscape management demands an integration of different visions in order to achieve good and viable solutions.

Nowadays expressions like public participation / citizens participation / awareness of the civil society are becoming more and more heard (Arhus Convention, 2001) in both scientific and political speeches related with decision-making processes, at least in the context of environment, rural and regional policies, even if the real meaning of those concepts is still very unclear. On the other hand, even though public participation presumes a concrete application on the field involving stakeholders in various ways, it is very difficult to define adequate methodologies and tools to succeed.

Based on two project experiences and results we can argue that local scale is a good framework to develop and apply concrete methodologies for reaching a deeper comprehension of each landscape and, at the same time, to better understand how each group of stakeholders actually perceive it and how we can, as researchers, contribute to solve possible conflicts respecting environmental and human needs.

These two projects have been developed in south of Portugal and both are focused on stakeholders' perception about landscape changes. One of them is located in the region most threatened by desertification and where important landscape changes took place in close relation to the framework of the Common Agriculture Policy (Mértola municipality); the other one is based on a river corridor in Ribeira Grande (Monforte). The first one aims to build up recommendations to a more adequate design of instruments within the Common Agriculture Policy design. The second one aims to make proposals for the future management, focusing on the preservation of special features of this river landscape. The intention is to integrate the public's landscape representations, expectations and needs in the proposals. Case study results are important to be discussed as a way to improve knowledge and inspiration allowing to achieve participation as a shared concept applied in reality.

Resumé

Le paysage est actuellement vu en Europe comme une base fondamentale pour une intégration des aspects naturelles et culturelles et pour une combinaison des différentes perspectives. Comme il est mentionné dans la Convention Européenne du Paysage (Conseil de l'Europe, 2000) „*Le paysage est comme un espace, est perçue par les gens*“, mais chaque auteur ou utilisateur du paysage a sa propre perception de la réalité, en fonction des différents facteurs. De cette façon la gestion du paysage nécessite de l'intégration de différentes visions de sorte à obtenir des solutions viables.

Actuellement, des expressions telles que participation publique/participation civique/ et consociation de la société civile sont devenues plus courantes, tant dans les discours scientifiques que politiques en relation au processus de décisions, du moins dans ce qui se réfère au contexte des politiques environnementales rurales et régionales, même si la vraie signification de ces concepts demeure peut-être claire. D'autre part, même si la participation publique présuppose une application concrète englobant des différents acteurs à des divers niveaux, il est très difficile de définir des méthodologies adéquates et des instruments de succès.

D'après l'expérience et les résultats de deux projets nous pouvons argumenter que l'échelle locale est l'encadrement adéquat pour le développement et application de méthodologie concrète pour obtenir une plus profonde compréhension de chaque paysage et, en même temps, pour mieux comprendre le mode comme chaque groupe d'acteur actuellement la comprend et comment nous pouvons nous, comme investigateur, contribuer à la résolution de conflits possibles en relation avec des nécessités environnementales et humaines.

Ces deux projets ont été développés dans le sud du Portugal et tous deux ont abordé les perceptions des utilisateurs du paysage vis-à-vis de ses transformations. L'un d'eux se localise dans une des zones les plus menacées de désertification ou d'importantes transformations du paysage ont eu lieu dans le cadre de la Politique Agricole Commune (Région de Mértola); l'autre correspond à un tronçon de Ribeira Grande (Région de Monforte). Dans le premier cas un des objectifs est de proposer des recommandations pour un design plus adéquat du design des instruments de la Politique Agricole Commune. Le second vise à proposer des propositions pour une future gestion, en particulier pour la préservation des spécificités de ce paysage fluvial. L'intention est d'intégrer les représentations, les attentes et les besoins des communautés dans les propositions à présenter. Il est important de débattre les études de cas comme moyens d'augmenter la connaissance et l'inspiration qui permette d'atteindre la participation comme un concept partagé et appliqué à la réalité.

Introduction

New challenges for integrative science

During the last centuries science was more and more focused on ambitious and exigent challenges and goals. Hand in hand with technical progress the importance of humans' understanding and affective relation to nature had been vanishing. Between microcosms and macrocosms, man as individual was often lost. As a consequence of a parallel incredible speed of economical growth in the developed world, man was progressively driven faraway of the nature and, inescapably, faraway of himself (Nowotny, 2002; Lorenz, 1997).

Restablishing the proximity between man and nature presupposes the formulation of new knowledge, concepts and the understanding of various meanings implicit on this relationship. At the same time, a raising awareness and responsibility is needed from the policy until the individual spheres.

The complexity of this demand requires integrative concepts like the landscape, so that nature and society can be assumed as a whole, including different perceptions and interests from different sectors and groups (Kaur, 2004; Tress, 2001). Thus, the integration between natural and social scientific research can play an important role in complementing old fashion planning and management practices, where decision about landscape was under the domain of the technical, research or political perspective and did not consider other points of view such as of local people (Gobster, 2004; Buchecker, 2003). Landscape approach, in the framework of this paper, presupposes a deep knowledge about what locals think and feel in relation with their landscape and how much they are still engaged with it. Accordingly, research can be seen as a practical scientific field oriented towards solutions of environmental, social, economical, aesthetical and cultural problems as it can also be an important contribution to understand, from a theoretical point of view, the complexity of the concept and of all the transdisciplinary connections (Tress, 2001).

Our approach in this paper is placed within the holistic study of spatial reality and human context. The objective is to understand whether the landscape perception can act as an interface between landscape planning and an active and consequent management in remote rural areas under concrete socio-economic circumstances and with quite uncertain future perspectives of development. We use empirical data for the study of the landscape perception from two case studies in southern Portugal, both with similar characteristics to many others in the Mediterranean region.

What does perception mean within the landscape research approach?

In Portugal, and maybe in most of the Mediterranean countries, landscape planning and landscape design has a longer tradition than landscape management. Often, there is an excess of plans and regulations, but a weak and unsatisfactory application on the field (Cancela d'Abreu et al, 2004). Planning without management is a kind of sterile exercise. This controversial situation is one of the reasons for many conflicts and for a difficult acceptance of conservation proposals by local people (Buchecker, 2003; Scott, 2002). Plans and rules are something, which an expert can handle in the office. But landscape management is something more complex and requires a more detailed

knowledge of the situation. As proclaimed by Council of Europe (2000) “landscape management means actions from a perspective of sustainable development, to ensure the regular upkeep of a landscape, so as to guide and harmonise changes which are brought about by social, economic and environmental processes”. Thus, action involves people and different people have different perceptions about the same landscape and reality (Stewart, 2004; Bell, 2001).

Facing the role of landscape perception seems to be fundamental if we wish to communicate with people about the landscape and if we want to integrate their visions, needs and expectations of and for their territory in the management proposals and involve them in an integrated management practice.

The concept of perception is far away from a clear and simple definition and very often is used in different contexts from psychology, until physiology, medicine, philosophy, arts, aesthetics, communication and landscape research. Even within the landscape context, perception can mean many different things. In our study we define landscape perception as the result of the relationship between individuals, groups of the local community and the landscape. This also includes, beyond the cognitive process, a critical and affective attitude regarding a concrete landscape and its changes. These perceptions were assessed through personal interviews.

Searching on landscape perception it is possible to find out some important concerns within local groups, which should be considered in management proposals and which allow increasing the success of the planning and achievement of its goals (Palmer, 1997). In this way we start from the assumption that there should be a strong interrelation between perception and landscape management.

Dipping on remote rural landscape - two case studies from Alentejo

In remote Mediterranean regions many aspects of rurality keep unrevealed, evolving in their physical, social and cultural emptiness (Pedroli, 2000; Vos, 1999).

However, the importance of the rural spaces has been increasing since new functions beyond the agricultural production have been broadly required. More and more people are temporally or permanently seeking for relations with nature and landscape, and particularly looking for places to which they can feel site anchored. These transformations are rather complex and dependent on multiple drivers, impossible to approach in the framework of just one research project.

Both studies were developed under the applied research perspective, in the sense that their final results and conclusions could be integrated into concrete policy and planning tools. Nevertheless, only some of results obtained in these projects were used on this article.

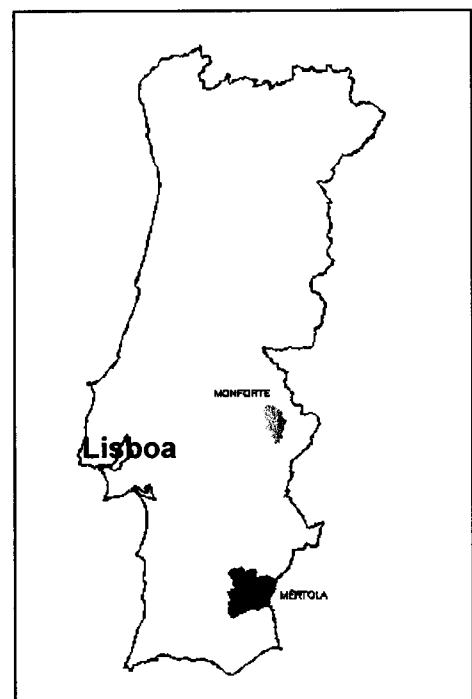


Fig 1. Location of the two case-study areas (Mértola and Monforte municipalities) in Portugal

The municipality of Mértola

Context and problems

Mértola is a peripheral rural municipality located in the southeastern part of Portugal. It is a very sparsely populated area (less than 7 inhabitants/Km²), with a very low level of economic dynamism. As most of the areas in the south of Portugal, since the beginning of the 20th century, wheat production was the main land cover in the region and almost all the economy was agricultural based. In the 70's, due to the changes in national and world policies and markets, a significant exodus started to empty the villages and surrounding fields. The poor and inapt soils for agriculture production had already been eroded and this area falls among the most threatened by desertification (CCD, 1997). Many agricultural areas shifted their function and production's ideal started to make part of the past. Agricultural fields were abandoned and scrubs grew up. While the dramatic change on the landscape was happening, people faced this transformation without any other alternative and hope for the future. In the municipality of Mértola, shrubland was the main land cover in 1985 (60%) (Casimiro, 2002) just before Portugal became part of the European Union, and that situation corresponded to a very strong human and economical depression.

Since 1986, the Common Agricultural Policy (CAP) introduced new opportunities for agriculture and afforestation activities and it has, been, since then, the main economical support to stimulate local farmers to continue their activities (Oliveira, 1998; 2001). Also new landowners started to be attracted by the area, particularly for hunting. The introduction of livestock premium, the application of agri-environment and afforestation schemes, especially Regulation 2080/92, presupposed land use and landscape changes. From 1985 to 1995 approximately 50% of the area shifted from shrub land into a productive use where extensive livestock systems occupied 35% and approximately 15% restarted to be cultivated (Casimiro, 2002). On the other hand between 1985 and 2000 the afforestation occurred in 14% of the municipality area.

Even though it was not the major quantitative land cover change in the municipality along the last decades, the afforestation in Mértola corresponds to one of the highest rates in Portugal between 1992 and 2000, and local people refer it as the most significant transformation in interviews conducted during 2003-2004.

Methodology

The research focusing on the Mértola case-study, financed by the National Foundation for the Science and Technology, aims at evaluating and understanding the land cover changes occurred in the municipality of Mértola in the last decades and to comprehend how people perceive these landscape changes.

Based on satellite image interpretation the land cover changes were analysed in three different periods – 1985, 1995 and 2001. Different users of the landscape (Local residents, Landowners and Farmers, Visitants), were interviewed in three areas in the municipality of Mértola (Amendoeira da Serra, João Serra and Fernandes), each of them with about 2200 hectares. These areas represent different kind of landscapes and various

implicit dynamics. Two of them are located inside a Natural Park, which occupies roughly half of the municipality, and one stays outside of the Park. At different levels (local, regional and national) technical staff and decision makers were also interviewed.

In total 123 interviews were conducted, each of them lasting about 1,5 hour. The interviewees were selected not by statistical representativity but rather by maximum variety (Buchecker, 2003; Hunziker, 1995). Qualitative analysis was separated in two blocks, one considering local residents, farmers/landowners, visitants and the other technical staff and decision makers. There were thus two groups of questions, each of them including five thematic subjects.

For the purpose of this article only two of the concerned subjects were considered – the perception of landscape change and the knowledge about CAP.

Results

Land cover changes were quantified both in the municipality area and in the three areas in three different periods since 1985 until 2000. Based on this, we observed that in none of the areas the afforestation with pine tree (*Pinus pinea*) was the main change occurred. Nevertheless, independently of the quantitative land cover change, the majority of people (74%) perceived pine tree afforestation as the main change occurred in the last ten years. It seems to indicate that this new land cover has a special impact on landscape change perception.

Some individuals see afforestation positively and others negatively. The appreciation is positive when it is considered that: (1) It introduces some new aesthetical impressions on a dry landscape; (2) It provides an appreciative income to the farmers. When the appreciation is negative, it is related with: (1) It does not fit with “traditional” landscape; (2) It does not contribute significantly to the local economic dynamics; (3) It reduces/replaces agricultural and hunting areas (4) It increases significantly the population lost and contributes to the human emptiness of the area.

Some other people (20%) identify the decrease of cereal production as the main land cover change occurred on the area, even if it happened more than 20 years ago. They refer many positive aspects besides landscape composition on this period (economic activity, social and cultural coherence, more employment) in comparison with nowadays. At the same time the education level of interviewed people is really low and most of them (81%), either residents or landowners/farmers are not able to describe any kind of financial support, even though they are critical about subsidies, which are mentioned as something abstract that they both associate to the national or European level. Many of the farmers (33%) recognise that it is not possible to continue any agricultural or forestry activities in this area if they cannot have financial supports. Furthermore, some (20%) consider the Natural Park as an important obstacle for developing the area, because it is very strict concerning activities which can be in conflict with nature conservation priorities and 38% have no idea about the role of this entity. In that way, it can be expected a kind of stuckness concerning motivation and capacity building to stimulate conditions to react in an active and positive way against the depopulation and loss of attachment with the land and with the landscape.

Even though people recognise many advantages of the CAP financial opportunities nowadays, sometimes they feel very pessimist towards the future, as they don't believe on the inversion of depopulation, abandonment and impoverishment trends of the region. The majority of locals are sure about the total dependency of the agricultural and forestry activities regarding CAP subsidies and this is an important cause for them to feel sceptical about the future. As this cycle of desperation gets stronger these negative perspectives get clearer and a loss of attachment of people with the surrounding landscape takes place.

CAP was recently reformed and more policy changes will be considered, at least until 2013 (Cordovil, 2003). New schemes and opportunities will appear in the second pillar of the policy. Thus, rural development requires a big effort to promote innovation and capacity building to activate many bottom-up processes, which can guarantee the improvement of life, environment and landscapes quality and many others requirements implicit on the new CAP.

Ribeira Grande in Monforte Municipality

Context and problems

Driven by the intention to revert the process of abandonment and increasing decay of the Monforte municipality, the municipal council launched a project aiming at possible valorisation of the landscape. This should concern recreation functions, both for locals and as a way to attract tourists. The river of Ribeira Grande is the strongest natural value of the municipality, with interesting landscape features and heritage components. Research on the cultural landscape emerged also due to new comprehension of monuments within their context, considering the existence of several classified monuments close to the river.

The complexity of the whole project that should support the valorisation of the landscape (including also biophysical and ethnography research) was possible thanks to the INTERREG program on river bio-corridors. The study presented in this paper searched on the local landscape memory, through interviews to local stakeholders about the river landscape, its history, actual relation with it and its future management, focusing on the preservation of special features.

The study area is located in the western part of municipality of Monforte in Northern Alentejo, close to the Spanish border. It concerns particularly the landscape surrounding the initial part of the small river Ribeira Grande, within the municipality boundaries. The traditional rural landscape consists of gently undulated hills covered mainly with mixed montado (agro-silvo-pastoral system of semi-open forests of holm and cork oaks).

The municipality of Monforte has a large area, but low demographic density (8 inhabitants /km²). There is a weak secondary sector (13%), meanwhile agriculture (38%) and services (49%), are the most important sectors. As the entire Alentejo region, the area registers a slow and permanent loss of population. Monforte inhabitants are predominantly elderly people (35% over 60 years), with a clear lack of middle age generation, and slight dominance of women over men.

The Ribeira Grande landscape registers almost uninterrupted human presence since pre-historic times. Till the first half of the last century, the place has been marked by the increasing population density and intensity of land use, based on large-scale cereal plantations. Since then, the slow but constant process of human desertification has started. Now most of the land is used as extensive pastures, mainly for cattle and sheep.

This transformation together with the lack of shepherds led to parcelling of landscape with barbed wire fences, which make very difficult the access to it. Former landscape use along the river is documented by ruins of various water mills, small bridges, and other constructions; and there still partially exist other features connected to the water element such as vegetable gardens, wellsprings or orchards.

Although the larger landscape pattern and image of Ribeira Grande has not changed much, the more detailed observation can reveal the diminishing of functions and uses of the territory, as well as loss of more detailed mosaics. Together with the change in land use, there has been a changing in the attitude of people towards their landscape, growing the alienation from it.

Essential for future management and landscape recovery is to know the present relation of population with the landscape and its memory structure. The memory structure of cultural landscape is understood in this study as a web composed by essential elements and their connections. These elements, here called ‘angular stones’, generate the life inside the landscape, and mark people so that they refer them later on as the places of special importance and affective relation (Oliveira C., 2001).

For a revitalization of the landscape, creation of new uses within it, and especially for the renovation of relation man – landscape, it is necessary to know the most important elements of its landscape structure. It is assumed that angular stones are the possible gates into the landscape revitalization through the relation and attachment of population to these elements within their landscape (Çilek, 2000).

Supposing that the essential elements of landscape structure inherited from the past are still present in today landscape, the study aimed, through interviews, to identify the most frequently mentioned places and elements. These are considered as the ‘angular stones’ of the current river landscape, which meanings are retained in local memory.

The analysis should help identifying which places, still present within the local memory, are the ‘angular stones of landscape memory structure’, that should be used in its recovery.

Methodology

Forty two inhabitants were interviewed, divided in seven different landscape user groups. Criteria for selection of respondents among the population were age and variety in uses of landscape: professional or amenity users like farmers, hunters, fishermen, etc. Four groups of questions were defined, concerning the knowledge of landscape, its past and present uses, and expectations for its future development.

Analysis of the familiarity of population with the river landscape, was centred on frequency and variety of places visited in different times by different groups of stakeholders. The following groups were compared due to the contrasting characteristics of group and relation towards the landscape: Elderly citizens versus Young students and Farmers versus the Amenity users.

For the analysis on the present paper two main groups of questions are considered:

- Questioning about the frequency of landscape visits in the past and in the present, it was expected to obtain an image of the relation and proximity of the interviewed with landscape.
- Questioning about the quantity and localization of places visited (in past, present and those suggested for the future), it was expected to obtain the identification and localization of angular stones.

Results

Comparing the visits to the area around the river in the past and in the present, the frequency and especially the number of places strongly diminish. The spatial distribution of places visited, based on the stakeholders' answers, showed noticeable decrease of visits to more distant places, and to those located far from main roads, not reachable by car.

This reduction of formerly and nowadays visited sites is especially striking (decrease of almost 50%) in groups of elderly citizens and farmers, who used to be in a closest relation with the landscape, since the childhood.

Different reasons were given for not entering into landscape today. Among elderly citizens, the argument is mainly the need for resting in village after the whole life of hard work in fields and by the river, and also the impenetrability because of fences and brambles. The younger generation does not visit river landscape for reasons of being frightened to get lost, no interest in it, or too many brambles and no defined paths.

Even though the elderly citizens used to be rather present in river landscape, some of them even living there; nowadays the frequency decreased and there are many of them (34%), who do not visit it any more. Among students there are some who in the past never went to the river (16%), and all of them are now visiting at least the closest places from time to time. Farmers are others whose presence in the area used to be almost permanent, and due to the work, they keep frequent access to it (85% several times a week). Among other amenity users, the frequency of visits has in general diminished (with the biggest representation of these who visit the area once a month – 35%), with exception of those who never used to go there before (10%) and those who never visit it now (5%).

The quantity of elements still remembered (specially by elderly citizens), together with the lack of variety of places visited (especially by younger generations), signify that the landscape of Ribeira Grande is now at the 'turning point'. There are many things preserved in local memory, which should be transferred to future landscape users and on which should be based landscape valorization and new functions, like open air sportive and educative, natural and cultural activities.

To attract the return of people to the landscape, as well as to increase and motivate its new users, landscape must provide them new functions. Only then they could start feeling that they should care about its future and that way cooperate on the true participative management (Buijs, 2003).

A joined reflection and conclusion

In both case studies people lost or are still losing the traditional functional connection with their landscape leading to the loss of affective relationship with it. Together with the lack of relation, the lack of interest on its management conducted to the alienated landscape management neither understood nor accepted by the locals.

Former traditional landscape management was assuring a more effective attachment between people and their landscape due to their direct and permanent involvement. Actually the attachment as well as the landscape history knowledge and the meanings of landscape antecedents are disappearing, as clearly shown on the Ribeira Grande case study.

Even though, the new functions emerging in recent times are considered as an opportunity by some users of landscape, others do not seem to be enough aware about these possibilities nor knowing how to get engaged with them. This was exemplified by new pine afforestation in the case study of Mértola.

When approaching future landscape management, it is important to define functions that can assure the attachment of people with the landscape and to stimulate new perceptions that might generate new directions for the management.

Landscape is not only something perceived by people, as defined by European Landscape Convention (Council of Europe, 2000), but also something that has to be managed by people. In this understanding, not only experts, but also the population should make part of landscape management process.

But how can a really new rural landscape development strategy succeed, if people have been for a long time losing their attachment to the landscape?

We can consider local participation as the fundamental tool for introducing innovative proposals to reach consensus and motivation among all the stakeholders. Only in that way is possible to expect an increase of intellectual and social capital and thus to shift the actual process of identity loss to a more creative and active relation, where local people and decision makers can integrate their visions within the same building process. This cooperation then, like a raising spiral, supported by a plurality of people's perceptions and landscape management actions, can lead towards more sustainable future landscapes, lived and appreciated by their users. To reach this 'idealistic scenery' it is necessary that stakeholders would become, step by step, aware of the importance of their participation on the decision and landscape management process.

Based on both research experiences, we consider interviews as one of the steps towards an active exchange of informations about the landscape. While the researchers are getting aware of problems within the concrete landscape, the interviewed are gaining consciousness about the importance of the topic through the concerning demonstrated by the investigators.

It is important to let people know not only the reasons and aims of the study, but also to share with them the proposals based on the research results. This should be the opportunity for reaching consensus conciliating the population expectations and viable technical solutions based on landscape potentials.

Perception and management should be considered as making part of the same whole. Local participation is a way to deal with changing process. People change their attitude if they are able to share their visions and opinions with others, trying to get common

solutions. This is the fundamental basis of participation and in our opinion an important step to find out how people can reinvent landscape. Understanding landscape perception appears to open a door towards landscaping action. In this way landscaping action could be considered the landscape management in which human dimension and direct involvement of people is assured. Nevertheless, we cannot forget that there is still a considerable distance between the best theoretical proposal and its concrete application, especially in situations where the public is not enough instructed and motivated to get involved as in both of our case studies.

Despite the complexity of this issue, we believe that local level is the right scale to stimulate the public awareness and participation process.

None of our studies intended to reach all the steps up till the direct involvement of local people in their landscape management. Their contribution was primarily to understand, through the landscape perception study, the weaknesses of present landscape management models and to present suggestions to be incorporated in the management and planning processes for the future.

In the case study of Mértola, the results will be incorporated in the final version of proposals that the research will bring up. In the smaller study of Ribeira Grande, final proposals for valorisation of the river landscape were delivered to the municipality council and presented to the public. The results will be also considered on the municipal plan of development.

Local participation is requested nowadays not only because new perspectives on landscape research are coming up, but also because during the last decades we observed that a technical approach is not enough to guarantee a successful landscape management (Cílek, 2002).

Most of European rural areas demand creative and innovative management models and solutions. Local participation practices belonging to deliberative democracy reveals inefficient in landscape management, since the citizens' involvement in social and cultural life is very narrow and restricted almost only to voting. We should proceed towards new models. Such a way seems to be the one of participative democracy where an active and effective participation is expected.

Local participation can be seen as a practical bridge between research and planning, between planning and management. Nevertheless, integration between research and applications is still only emerging (Stewart, 2004). At the same time planning processes are rarely enough sensitive to articulate either environmental meanings or represents a plurality of visions of the community.

Participatory approaches imply strong persistence and time and can be often misleading if all the landscape specificities and interests of its users are not well cared. A strategy and an action plan for participation should be developed for each case. Even though the studied landscapes have many similarities, it is impossible to define a common action plan. Based on our experiences, we are only sure about some important aspects, which are determinant for the beginning of the way towards an active participation.

- 1- **Information** to the population, according to the characteristics of each local community and the subjects to highlight.

2 – **Stimulation and Encouragement** of an active citizenship through local initiatives, such as debates for sharing ideas related with concrete landscape problems and needs.

3 – **Demonstration** of the public willingness to participate in the decision making process related with the landscape management as the result of local initiatives.

4 – **Cooperation** between local communities and local authorities in the application of identified and viable common solutions.

Thus, through landscape perception knowledge we can improve our research and planning skills on landscape management. But we are only able to reach the holism, the integration and the sustainability if public awareness and participation play an equal role as the expert perspectives (Scott, 2002; Luz, 2000).

Cosgrove (1985) reformulated the concept of landscape perception, which was strongly natural scientific orientated until twenty years ago, in order to “*allow for the incorporation of individual, imaginative and creative human experience into studies*”.

Now it is time to include the idea of public participation into to the landscaping action and in that way bring back the individual to himself, to nature, to the society and to the landscape.

References

- Bell, S., 2001. Landscape pattern, perception and visualisation in the visual management of forests. *Landscape and Urban Planning* 54, Elsevier, pp 201-211
- Buchecker, M., Hunziker, M., Kienast, F., 2003. Participatory landscape development: overcoming social barriers to public involvement, *Landscape and Urban Planning* 64, pp 29-46
- Buijs, A., Pedroli, B., Luginbuhl, Y., 2003. From hiking through farmland to farming in a leisure landscape: Changing social perceptions of the european landscape. Submitted to *Landscape Ecology*, Nov. 2003
- Cancela d'Abreu, A., Pinto-Correia, T., Oliveira, R., 2004. Contribuição para a Identificação e Caracterização das Paisagens de Portugal Continental, Universidade de Évora, Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa
- Casimiro P., 2002. Uso do Solo, Teledeteção e Estrutura da Paisagem – Concelho de Mértola, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- Cauquellin, A., 2002. *Le site et le paysage*, Quadrige/Puf, Presses Universitaires de France, Paris.
- CCD, 1997. Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Programa de Acção Nacional, Organização Nacional para a aplicação da CCD
- Cílek, V., 2002. *Krajiny vnitřní a vnější*, Dokorán, Praha
- Cílek, V., 2000. Paměťová struktura krajiny a památné kameny (= memory structure of landscape and memorial stones); in: *Kulturní krajina, téma pro 21 století aneb proč ji chránit?*, Ministry of Environment of Czech republic, pp 69-73
- Cordovil, F. et al, 2003. A política Agrícola Comum e a União Europeia, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Lisboa
- Council of Europe, 2000. *European Landscape Convention*. T-Land (2000) 6. Strasbourg
- Cosgrove, D. 1985. Prospect, perspective and evolution of the landscape idea. *Trans. Inst. Br. Geogr.*, N.S. 10, pp. 44-62

- Firmino, A., 1999. Agriculture and landscape in Portugal, *Landscape and Urban Planning* 46, Elsevier, pp 83-91
- Gobster, P., 2004. The Social aspects of landscape change: protecting open space under the pressure of development, *Landscape and Urban Planning* 69 (Introduction), pp 149-151
- Hjortso, C., 2004. Enhancing public participation in natural resources management using Soft OR – an application of strategic option development and analysis in tactical forest planning. *European Journal of Operational Research*, 152-3, pp 667-683
- Hunziker, M., 1995. The spontaneous reforestation in abandoned agricultural lands: perception and aesthetic assessment by locals and tourists, *Landscape and Urban Planning* 31, Elsevier, pp 399-410
- Jacobs, P., 1985. *Achieving Sustainable Development*, Landscape Planning, 12, Elsevier Science Publishers, Amsterdam, pp 203-209
- Kaur, E., Palang, H., Soovali, H., 2004. Landscape in change – opposing attitudes in Saaremaa, Estonia, *Landscape and Urban Planning* 67, Elsevier, pp 109-120
- Lorenz, K., 1997. *Oduvirání lidskosti*, Mladá Fronta, Praha)
- Luz, F., 2000. Participatory landscape ecology – A basis for acceptance and implementation, *Landscape and Urban Planning* 50, Elsevier, pp 157-166
- Nowotny, H., Scott, P., Gibbons, M., 2002. *Re-Thinking Science – Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty*, Policy Press.
- Oliveira, C., 2001. *Lugar e memória (testemunhos megalíticos e leituras do passado)*, Colibri, Lisboa
- Oliveira, R., 1998. Causas para a desflorestação e degradação da floresta – Estudo de Caso para o concelho de Mértola – Portugal, Mediterrâneo – Desertificação, *Revista semestral*, n°s 12/13 Instituto Mediterrânico, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, pp 75-93
- Oliveira, R., 2001. Política Agrícola Comum – Uma Reflexão Aplicada ao concelho de Mértola, *Revista Municipal* n°3, 1º semestre de 2001, Câmara Municipal de Mértola, pp 20-33
- Palmer, J.F., 2004. Using spatial metrics to predict scenic perception in a changing landscape: Dennis, Massachusetts, *Landscape and Urban Planning* 69, Elsevier, pp 201-218
- Palmer, J.F., 1997. Stability of landscape perceptions in the face of landscape change, *Landscape and Urban Planning* 37, Elsevier, pp 109-113
- Scott, A., 2002. Assessing Public Perception of Landscape: The LANDMAP experience, *Landscape Research* 27 – 3, pp 271-295
- Stewart, W.P., Liebert, D., Larkin, K.W., 2004. Community identities as visions for landscape change. *Landscape and Urban Planning* 69, Elsevier, pp 315-334
- Stool-Kleemann, S., 2001. Barriers to nature conservation in Germany: A model explaining opposition to protected areas, *Journal of Environmental Psychology*, Academic Press, pp 369-385
- Tress, B., Trees, G., 2001. Capitalising on multiplicity: a transdisciplinary systems approach to landscape research, *Landscape and Urban Planning* 57, Elsevier, pp 143-157
- Vos, W., Meekes, H., 1999 Trends in European cultural landscape development: perspectives for a sustainable future, *Landscape and Urban Planning* 46, Elsevier, pp 3-14